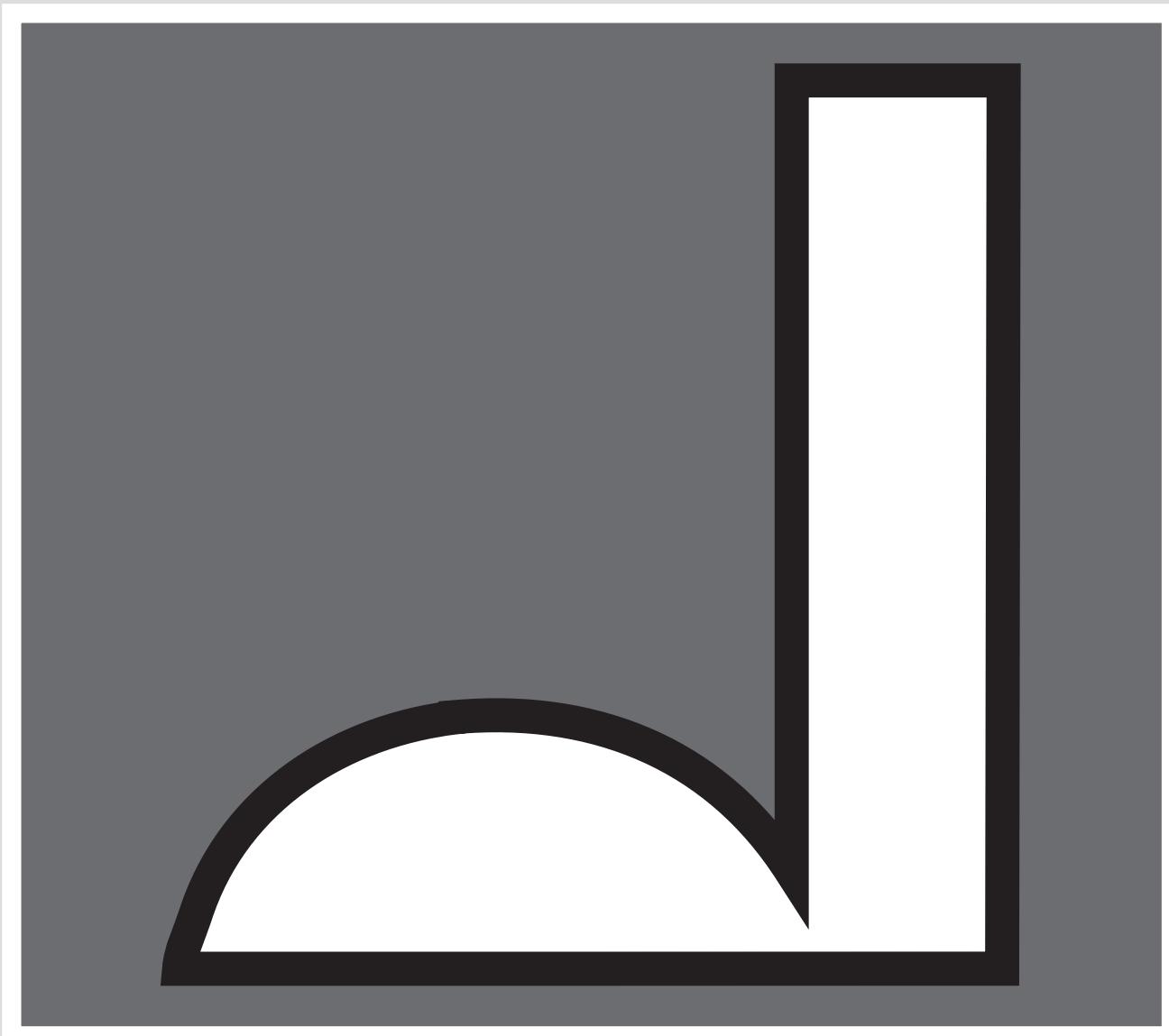




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - N° 048 - TERÇA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário César Borges – PFL-BA
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Magno Malta – PR-ES
2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR	Suplentes de Secretário
1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB	1º - Papaléo Paes – PSD-AP
2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES	2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3º - João Vicente Claudino – PTB-PI 4º - Flexa Ribeiro – PSD-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) – 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Lúcia Vânia
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PFL – 17 José Agripino
	LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti	VICE-LÍDERES DO PFL Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio
	LÍDER DO PTB – 5 Epitácio Cafeteira	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	
	LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá
VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias		VICE-LÍDERES DO GOVERNO

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 48ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE ABRIL DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 444, 448 e 455, de 2006; e 7 e 13, de 2007.....

09789

1.2.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 67/2007 (nº 236/2007, na origem), comunicando que se ausentará do País nos dias 16 e 17 de abril, a fim de realizar visita à Ilha Margarita, na Venezuela, por ocasião da Cúpula Energética Sul-Americana.....

09797

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 349, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide e outros Senhores Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2002, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, dispondo sobre o trabalho do preso.

09789

Nº 350, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide e outros Senhores Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2002, que dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional e dá outras providências.....

09790

1.2.4 – Aviso do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 58/2007/MC, de 11 do corrente, apresentando as considerações a respeito das recomendações constantes o Relatório Final dos Trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios”, relativas à área de competência daquele ministério, em atenção ao Ofício SF nº 1.634/2006, de 11 de setembro de 2006.....

09792

1.2.5 – Parecer

Nº 249, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 17, de 2006 (nº 678/2006, na origem), da Secretaria de Estado dos

09794

Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, bem como na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao processo de contratação de parceria público-privada.

09797

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Remessa à Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, adequado aos termos propostos no parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

09810

1.2.7 – Pareceres

Nºs 250 e 251, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. (nos termos do art. 133, V, “d”, do Regimento Interno).

09810

1.2.8 – Ofício do Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Nº 92/2007, de 29 de março último, comunicando a aprovação, com duas emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003.

09817

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização em Novo Hamburgo (RS), da 31ª Feira Internacional de Couros, Químicos, Componentes e Acessórios, Máquinas e Equipamentos para Calçados e Curtumes. Chamada de atenção do Governo Federal para o setor coureiro-calçadista do Vale dos Sinos. Manifestação contrária à utilização dos recursos do FAT para o pagamento de dívidas do agronegócio.

09817

SENADOR PAPALEO PAES – Destaque para a urgência que se faz necessária no diagnóstico e combate às causas da criminalidade. Aplausos à decisão de transformar em permanente a Subcomissão de Segurança Pública, que

funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	09820	<i>Lula faz</i> ", publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 4 do corrente.....	09847
SENADOR JOÃO PEDRO – Manifestação em defesa da Zona Franca de Manaus. Apelo no sentido da aprovação da Medida Provisória nº 352....	09822	SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada <i>"Reforma que é bom, nada"</i> , publicada na revista Veja , edição de 28 de março último.....	09848
SENADOR GILVAM BORGES – Considerações sobre matéria publicada no jornal Correio Braziliense do último domingo, sobre o "golpe do celular".....	09825	SENADOR MARCONI PERILLO – Registro do artigo intitulado <i>"O custo incerto da ambigüidade"</i> , publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 7 de março último.....	09850
SENADOR ADELMIR SANTANA – Registro do anúncio, pelo Governador José Roberto Arruda, de um Plano de Investimento em Obras do Distrito Federal para 2007.....	09829	SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da matéria intitulada <i>"País não cresce mais de 3,8%, diz IIF"</i> , publicada no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 19 de março último.....	09851
SENADORA MARISA SERRANO – Necessidade de uma reforma tributária efetiva.....	09830	SENADOR EDISON LOBÃO – Comemoração, hoje, do Dia Mundial da Voz.....	09852
SENADOR MÃO SANTA – Denúncia sobre o drama dos aposentados do INSS no Piauí, em razão do cancelamento do convênio entre o INSS e os Correios.....	09832	1.2.11 – Comunicação da Presidência Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 17, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	09852
SENADOR JOSÉ SARNEY – Cobrança de medidas de proteção às vítimas da violência.....	09837	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR MÁRIO COUTO – Lamento pelo desprezo do Governo Federal com a Ilha de Marajó. Comentários sobre a matéria intitulada <i>"Ministro sai pela porta dos fundos"</i> , publicada no jornal O Liberal , edição de 14 do corrente.....	09837	SENADE FEDERAL	
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Comentários sobre a matéria do jornal O Globo , a respeito do Ministro da Defesa, Waldir Pires; e à prisão anteontem, na Bahia, do tio do Ministro Geddel Vieira Lima.....	09843	2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação	09844	3 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da matéria intitulada <i>"O anticlímax de mais de dois meses de espera"</i> , publicada no jornal Valor Econômico , edição de 22 de março último.....	09844	4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
SENADOR PAPALEÓ PAES – Registro da matéria intitulada <i>"O retorno do mensalão"</i> , publicada no jornal O Estado de S Paulo , edição de 15 de março último.....	09846	5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
SENADOR MÁRIO COUTO – Registro do artigo intitulado <i>"O mal que o cachimbo sindical de</i>		6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESO NACIONAL	
		10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 48ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de abril de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Gilvam Borges, Paulo Paim, João Pedro e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) –

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2006**

(nº 2.283/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Cidade de Goiandira – GO, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiandira, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2006**

(nº 2.213/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Candangos do Paranoá – ACP, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Paranoá, Distrito Federal;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2006**

(nº 2.257/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Acácia Branca, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2007** (nº

1.276/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação da Cidadania e dos Direitos Humanos – ACDH, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2007** (nº

2.303/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Maior de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Elisiário, Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comis-

são de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM N° 67, DE 2007

(Nº 236/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País nos dias 16 e 17 de abril próximo, a fim de realizar visita à Ilha Margarita, na Venezuela, por ocasião da Cúpula Energética Sul-Americana.

Brasília, 12 de abril de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 316 – C. Civil

Em 12 de abril de 2007

A Sua Excelência o Senhor

Senador Efraim Moraes

Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 16 e 17 de abril próximo, a fim de realizar visita à Ilha Margarita, na Venezuela, por ocasião da Cúpula Energética Sul-Americana.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Mensagem que acaba de ser lida será juntada ao processado da Mensagem nº 6, de 2007, e vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 349, DE 2007

Nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o desarquivamento do PLC nº 47, de 26/04/2002, que Altera a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, dispondo sobre o trabalho do preso.

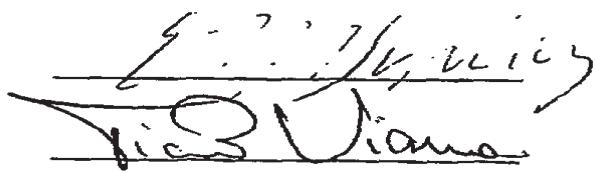
Sala das Sessões, 16 de abril de 2007.



SENADORA FÁTIMA CLEIDE

Senador(a)

Assinatura



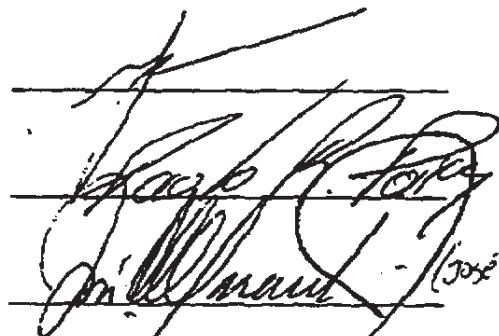
Vicente Viana

CEZARO MESQUITA

SILVIA MACHADO



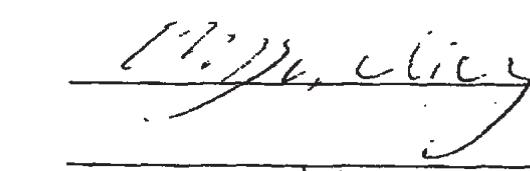
GERSON CAMATA



José Agripino (José Agripino)

SENATO CASAGRANDE

MALADARES



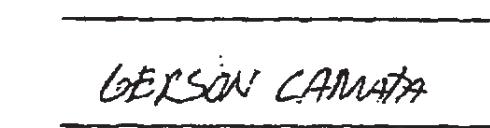
Júlio Magalhães



Antônio Horta



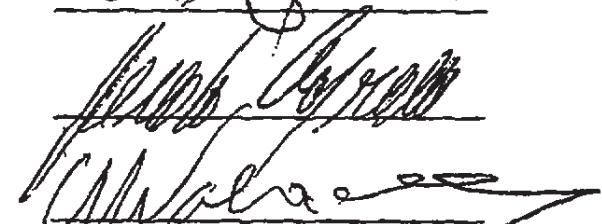
Gervásio Maia



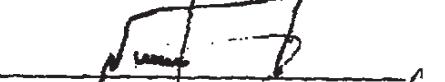
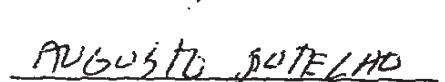
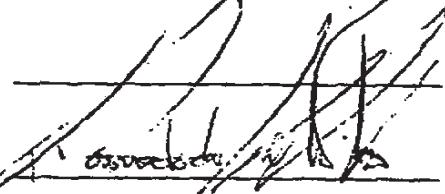
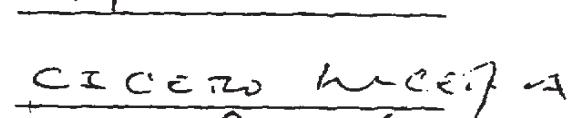
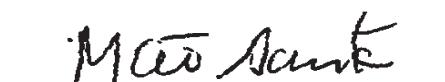
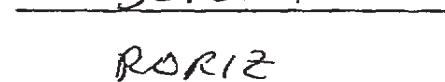
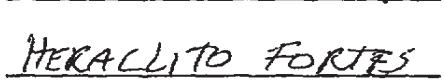
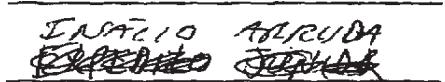
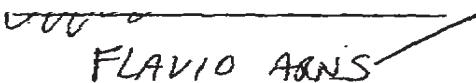
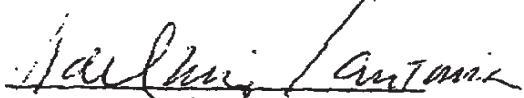
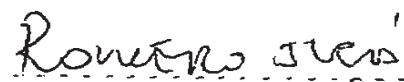
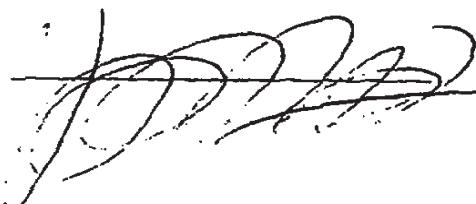
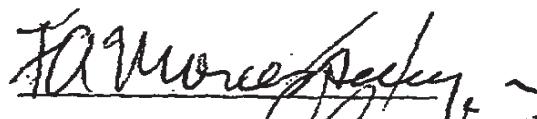
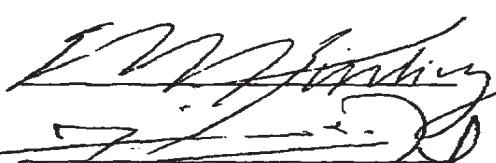
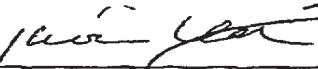
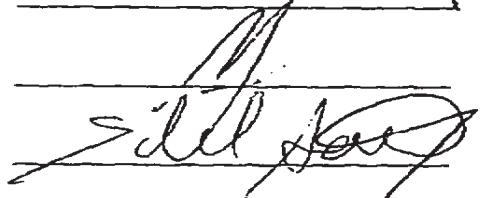
Fernando Collor



Eunício Oliveira (Eunício)



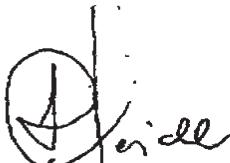
José Sarney



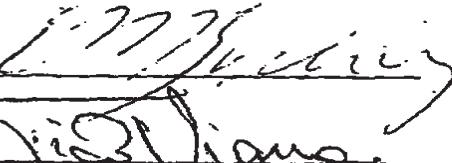
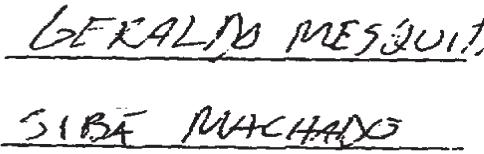
REQUERIMENTO Nº 350, DE 2007

Nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o desarquivamento do PLC nº 33, de 16/04/2002, que Dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional e dá outras providências.

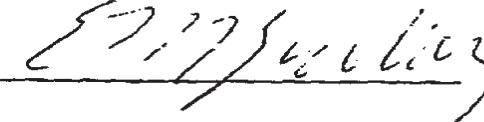
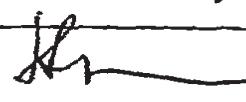
Sala das Sessões, 16 de abril de 2007.

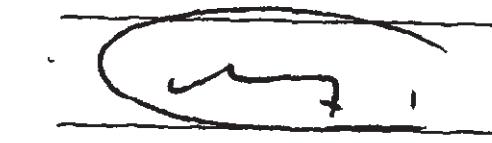

SENADORA FÁTIMA CLEIDE

Senador(a)

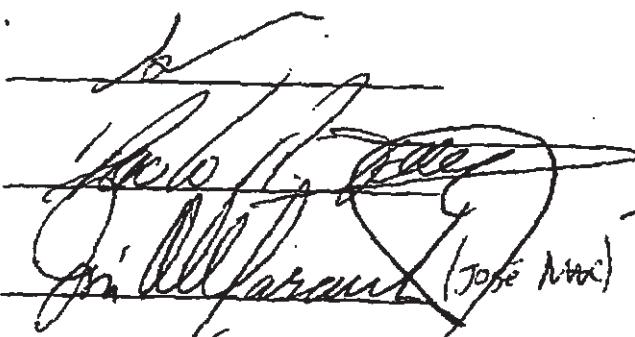

GERALDO MESQUITA


Assinatura

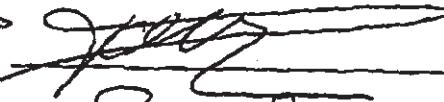
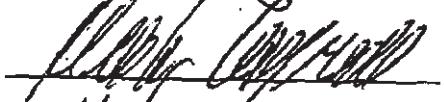




SIBA MACHADO


JACKSON CAMATA


José Macêdo
SENADOR FASANELA


JACKSON CAMATA


Eraldo Góes (Lodoés)

José Macêdo

VALADARES

Aldo Matheus

A.

José Sá

Góis

juiz da

EMÍLIO

Mário Santa

Cícero Lucena

D. M. J. J. J.

Waldo

FLÁVIO AGUIAR

ROSEANA

IOLCI

VILTE R TEREIRA

INÁCIO AGRUADA

BRENTANO

HERACLITO FORTES

SUPLICY

KORIZ

YAMAROS SAGAN

L. - D. J. P.

Augusto SOTELO

Felix Ribeiro

Neudo de Conto

Romero Jucá

Padre Luiz Gonzaga

José Pimentel

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos lidos vão à publicação e serão votados oportunamente. Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

Aviso nº 58/2007/MC

Brasília, 11 de abril de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Assunto: Relatório Final dos Trabalhos da Comissão
Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios”

Senhor Presidente,

1. Em atenção ao OF. SF nº 1.634/2006, de 11 de setembro de 2006, apresento as considerações a respeito das recomendações constantes do Relatório Final dos Trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios”, relativas à área de competência do Ministério das Comunicações:

a) Quanto ao constante da alínea **a** da página 656, no sentido de que seja efetuada avaliação legal, técnica, econômica e financeira de a ECT vir a dispor de aeronaves próprias destinadas a operar as principais linhas da RPN, informo que, para atendimento às recomendações e orientações da CPMI, a ECT contratou a empresa de consultoria Bain & Company, especializada no segmento de transporte aéreo de carga, para o desenvolvimento de um trabalho abrangendo as seguintes vertentes:

a.1. definição de uma metodologia para formatação de custos referenciais para ser utilizada em processos de contratação de serviços e de prorrogações contratuais pela ECT;

a.2. estudo de viabilidade econômica, legal e operacional para execução direta de linhas da RPN; e

a.3. estudo de Reformulação da Malha de Transporte Aéreo da ECT.

Esse trabalho foi concluído e a ECT constituiu um grupo, composto por empregados da área operacional da Administração Central e das Diretorias Regionais de São Paulo Metropolitana e Rio de Janeiro, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pela Bain & Company para implantação da nova malha da RPN. A expectativa é de que em breve haja a conclusão dos trabalhos do referido grupo;

b) quanto á recomendação constante da alínea f. 1 página 658, para que sejam adotadas medidas visando capacitar funcionários de conhecimentos técnicos específicos relativos a custos do transporte aéreo, informo que a Bain & Company elaborou e disponibilizou à ECT um modelo econômico e financeiro para cálculo dos custos do transporte aéreo e treinou empregados da ECT em sua utilização;

c) quanto à recomendação contida na alínea f.2 da página 658, de que a ECT promova a abertura de procedimentos administrativos próprios destinados a: declaração de nulidade com efeitos **ex-tunc** dos contratos já executados e que tenham como contratadas as empre-

sas Skymaster e Beta; declaração de nulidade dos contratos originados da Concorrência nº 6/2004; e processar disciplinarmente alguns empregados da ECT, informo que o processo administrativo encontra-se na área jurídica da ECT, que, em função da natureza e complexidade do assunto, solicitou parecer a jurista especialmente contratada, de modo a bem atender às recomendações da CPMI. Dessa forma, encontra-se sob análise jurídica final, com vistas à adoção das providências cabíveis;

d) quanto à recomendação contida na alínea g da página 659, para que o Ministro de Estado das Comunicações promova a abertura de procedimento administrativo próprio, com fundamento no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para fins de aplicação de pena de declaração de inidoneidade para contratar ou licitar com a administração pública contra as empresas Beta e Skymaster, a ECT em todas as avaliações feitas, concluiu que o mercado nacional de aviação de cargas não tem capacidade para absorver os volumes decorrentes de uma eventual descontinuidade dos atuais contratos da RPN.

O processo de contratação formal das empresas de transporte aéreo, assim como a execução dos contratos, ocorreram dentro da normalidade. Houve denúncia publicada pela imprensa de suspeita de conluio entre as empresas Beta e Skymaster, pela formalização de documento em cartório, com condições para participação no certame licitatório. A ECT realizou auditoria especial constatando a inexistência de instrumento público, porém foi detectada a existência de documento particular nesse sentido, sem conhecimento daquela Empresa. Assim, foi encaminhada demanda ao Ministério Público a fim de apurar o ocorrido, estando o assunto, agora, sob a alcada daquela instituição. Caso o andamento do processo acuse a existência de prejuízos, com reflexos na contratação realizada pela ECT, as medidas cabíveis serão adotadas.

A ECT, em busca de alternativas operacionais na gestão de contratos de transporte aéreo de carga, em fevereiro de 2006, após o desenvolvimento de novos estudos técnicos, realizou o Pregão Eletrônico 6000027/2006/CPL/AC com o objetivo de contratar um avião cargueiro paletizado para a execução da linha 74-01 (Goiânia/Guarulhos/Brasília/Goiânia). Como nas tentativas anteriores, a resposta do mercado não correspondeu às necessidades da Empresa, pois houve a apresentação de apenas uma oferta. Em abril de 2006, buscando alternativas em caso de contingências relacionadas a alguma das atuais operadoras da

RPN, a ECT realizou consulta a 6 (seis) companhias aéreas (VARIGLOG, TOTAL, BRA, OCEANAIR, GOL e TAM) sobre a disponibilidade de aeronaves paletizadas. Quatro delas informaram que não dispunham de aviões cargueiros paletizados e as demais sequer responderam à consulta.

Como a aeronave paletizada é o modelo técnico e economicamente adequado para a execução da RPN, o uso de aeronave de menor porte, não paletizada, indica que, além de mais oneroso, é operacionalmente inviável para o cumprimento dos padrões de qualidade dos serviços prestados pela ECT;

e) quanto à recomendação à página 760, de que a ECT providencie todos os meios necessários para que, no fim da vigência da Lei nº 10.577/2002, licie os novos concessionários dos Correios, sem que haja descontinuidade na prestação dos serviços postais, que realize estudos para reestruturação da rede franqueada e que a SSPO/MC estabeleça parâmetros necessários à regulamentação dos serviços postais, fixando condições que garantam a economia de escala da ECT, apresento as informações a seguir:

Diante da recomendação da CPMI, a ECT criou o Programa de Modelagem e Implantação de Agência Terceirizada Comercial – PROAT, que vem adotando, tempestiva e adequadamente, os procedimentos pertinentes à realização de licitações para substituir a rede de unidades franqueadas até o dia 27-11-2007.

A discussão acerca da reestruturação da rede de atendimento vem sendo realizada em conjunto com a ECT, observando os princípios constitucionais, para que sejam emitidas as normas que remodelem a atual Rede de Unidades de Atendimento da ECT.

A emissão de normas, como as mencionadas a seguir, diretamente relacionada ao estabelecimento e à configuração de Rede de Unidades da ECT como um todo, reflete, exatamente, o exercício legal deste Ministério das Comunicações frente às suas competências, contrariando a tese de omissão levantada pelo relatório da CPMI.

e.1. IN/SSP/MC Nº 1, de 17 de julho de 2002, que trata da nova configuração da Rede de Atendimento da ECT;

e.2. IN/SSP/MC Nº 2, de 25 de julho de 2001, que regulamenta a implantação de Agências de Correios Comercial Tipo I – ACC I;

e.3. PRT/MC Nº 386, de 17 de julho de 2001, que autoriza procedimentos licitatórios para a ACC I;

e.4. PRT/MC Nº 1, de 23 de outubro de 2001, que aprova a norma que estabelece os

critérios e disciplina os procedimentos para seleção de interessados em obter permissão para operação da ACC I;

e.5. IN/SSP/MC N° 2, de 19 de julho de 2002, que regulamenta a implantação de Agência de Correios Comercial Tipo II – ACC II; e

e.6. PRT/MC N° 1.331, de 18 de julho de 2002, que autoriza procedimentos licitatórios para a ACC II.

Além disto, a ECT está revisando suas normas internas pertinentes, de modo a evitar interpretações equivocadas sobre os procedimentos a serem adotados no cálculo de comissões de ACF. A minuta do manual pertinente encontra-se em exame no Departamento Jurídico da Empresa.

Ainda, o TCU realizou auditoria operacional no Ministério das Comunicações e na ECT, com o objetivo de verificar os “procedimentos adotados relativamente à regulação e à fiscalização das Agências Franqueadas dos Correios”, sendo que o relatório final não foi apresentado até o momento.

Importante ressalvar que a Instrução Normativa nº 1/2002 estabelece os limites para a atuação comercial das Agências de Correios Comercial Tipo II – ACC II, que pode ser própria ou terceirizada, e, ao contrário do que se supôs, não fixa limites para que clientes corporativos com faturamento anual de até R\$21.600.000,00 passem das agências próprias da ECT para as ACC II;

f) quanto à recomendação à página 760, no sentido de que a ECT seja informada sobre as migrações de grandes clientes (Itaú, Unibanco, Real e Santander) com a utilização da média histórica de 2002, uma vez que tais migrações não foram devidamente motivadas, não observaram a supremacia do interesse público, não respeitaram o Manual de Comercialização e Atendimento dos Correios e causaram um pagamento desnecessário de comissão de R\$3.440.340,42, no período de janeiro a julho de 2005, a empresa, em cumprimento a determinação do TCU, instaurou, em 21-12-2006, Tomada de Contas Especial, cujos autos foram remetidos à CGU em 8-1-2007, por meio do Ofício/DAUDI-06.0273.0002/2007. Conforme mencionado anteriormente, o TCU realizou auditoria operacional no Ministério das Comunicações e na ECT, abrangendo a regulação e a fiscalização das Agências de Correios Franqueadas, sendo que o relatório final ainda não foi emitido;

g) sobre a recomendação constante da página 804, de que seja encaminhado o re-

latório ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, para que dêem continuidade à apuração das irregularidades, bem como à ECT, para as providências administrativas que couberem, informo que embora a recomendação não seja dirigida à ECT ou ao Ministério das Comunicações, cumpre informar que o processo de contratação da empresa Autotrac foi objeto de exame por parte do Tribunal de Contas da União (TC-019.118/2005-6), que acolheu as razões de justificativa apresentadas pelos envolvidos e determinou à ECT tão somente aprimoramentos de cunho processual;

h) quanto às observações gerais relativas ao processo conhecido como “mensalão”, baseado na contratação de serviços de publicidade, constantes das páginas 1.286 e 1.287, subitem 7.6.16.9, a ECT, em 2003, realizou processo licitatório na modalidade de concorrência, sob o nº 3/2003, para contratação de agências de propaganda e publicidade. Os respectivos contratos foram firmados em 15-12-2003 com as agências vencedoras para prestação de serviços de publicidade, quais sejam: Giovanni FCB S/A, Link Bagg Comunicação e Publicidade Ltda. e SMP&B Comunicação Ltda. Esses contratos foram aditados em 2004 e 2005.

Entretanto, com os desdobramentos dos trabalhos da CPMI e em atenção às recomendações dos órgãos de controle, em 27-10-2005 ocorreu a rescisão unilateral do contrato com a agência SMP&B após realização de processo administrativo pela ECT.

Em 2006 foi iniciado trabalho com vistas ao desencadeamento de novo processo licitatório para contratação de agências de propaganda e publicidade, com diversos aprimoramentos, conforme edital publicado em 28-2-2007. Esse procedimento licitatório encontra-se em andamento.

2. Na expectativa de ter esclarecido os pontos destacados no ofício em referência, coloco-me ao dispor de Vossa Excelência, para prestar outras informações acaso necessárias.

Atenciosamente, – **Hélio Costa**, Ministro de Estado das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O expediente lido, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005-CN (CPMI dos Correios), vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 249, DE 2007

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,
sobre o Ofício "S" nº.17, de 2006 (nº 678/ 2006,
na origem), da Secretaria de Estado dos Transportes
Metropolitanos do Governo do Estado de São
Paulo, que *encaminha ao Senado Federal, nos*
termos do § 1º do art. 28 da Lei 11.079, de
2004 (parceria público-privada), documentação
pertinente aos estudos, informações e demonstrativos
relativos ao cumprimento, por parte do Estado
de São Paulo, dos limites e parâmetros
estabelecidos na citada Lei, bem como na Lei
Complementar nº 101, de 2000, (Lei de
Responsabilidade Fiscal), referente ao processo de
contratação de parceria público-privada.

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I - RELATÓRIO

Encontra-se em exame nesta Comissão o Ofício "S" nº 17, de 2006 (Ofício nº 00678, de 28/11/2006, na origem), enviado pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo (STM/SP), em cumprimento ao § 1º do art. 28 da Lei 11.079/04 (Lei das Parcerias Público-Privadas).

O documento refere-se à intenção do Governo do Estado de São Paulo de celebrar parceria público-privada para operar a Linha 4 do metropolitano de São Paulo, sob a modalidade de concessão patrocinada precedida de obra pública. O projeto tem um valor total de R\$ 3,98 bilhões, dos quais R\$ 3,23 bilhões – que representam 81% do total – ficariam a cargo do Tesouro estadual, e os R\$ 751 milhões restantes corresponderiam ao investimento do parceiro privado. O prazo do contrato será de 32 a 35 anos, para garantir o período de operação de 30 anos, suficiente para amortizar e remunerar de forma justa o investimento a ser realizado pelo parceiro privado. As obras serão realizadas em três fases progressivas, sendo a primeira em 2008 e a segunda em 2012. Não há previsão para a implantação da terceira fase, que dependerá da decisão do concessionário, durante a execução do contrato.

A justificativa oferecida para a contratação de parceria público-privada baseia-se na escassez de recursos orçamentários e no esgotamento dos limites de financiamento do Estado de São Paulo. O documento informa que não se pretende modificar a política tarifária vigente, que busca a modicidade para o passageiro, além de conceder gratuidade em níveis diversos para vários segmentos da população, inclusive idosos, estudantes, militares, desempregados e portadores de deficiência física. Para compatibilizar sua política tarifária com a viabilidade do investimento privado, o contrato separa a tarifa cobrada do passageiro (chamada de “tarifa pública”) da tarifa que reverterá em benefício do parceiro privado (conhecida como “tarifa de remuneração”). Dessa forma, a fixação da tarifa pública pode ser feita independentemente da remuneração devida ao operador privado do sistema.

A tarifa de remuneração dependerá também de indicadores de desempenho do operador privado, que avaliarão, entre outros aspectos, a manutenção do sistema e a qualidade do serviço oferecido. O contrato estabelecerá mecanismos de redução de riscos para o investidor, em especial os riscos cambiais e aqueles relativos à demanda pelo serviço e ao atraso das obras. Os riscos cambiais serão, em parte, aliviados pela adoção do IGP-M, com peso de 50%, na fórmula paramétrica utilizada para fins de reajuste do contrato nos primeiros quinze anos de vigência. Além disso, o documento alude, sem explicitar detalhes, a um segundo mecanismo de mitigação de riscos cambiais, por meio do cálculo do impacto cambial. Quanto ao risco de demanda, o contrato prevê que, se a demanda verificada ficar entre 80% e

90% da prevista, o Governo do Estado de São Paulo ressarcirá ao parceiro privado 60% da diferença entre a receita realizada e a projetada. Se a receita ficar entre 60% e 80% da prevista, o ressarcimento corresponderá a 90% da diferença entre os valores previstos e os realizados. Se a demanda ficar abaixo de 60% da projetada, o contrato deverá ser rediscutido. Em caso de atraso das obras que comprometa o início das operações da Linha 4, o Governo do Estado de São Paulo deverá pagar multa ao parceiro privado.

O Governo do Estado de São Paulo fornecerá dois tipos de garantias ao parceiro privado. A primeira é a realização da medição e da arrecadação das receitas do sistema de transportes metropolitanos por meio de mecanismo de *clearing house*, que efetuará automaticamente a repartição dos recursos. A segunda é a entrega de valores à Companhia Paulista de Parcerias (CPP), para proteção do parceiro privado contra inadimplência do setor público, conforme o inciso V do art 8º da Lei nº 11.079, de 2004.

O documento apresenta ainda estimativas das despesas do Governo do Estado de São Paulo a título de contraprestação ao parceiro privado, durante a vigência do contrato, segundo estudo realizado pela consultoria do Unibanco e conforme simulações realizadas pela STM/SP, considerando diversos cenários possíveis.

Segundo o documento, as contraprestações conterão duas parcelas. A parcela fixa foi estabelecida, no processo licitatório, em R\$ 75 milhões, a serem pagos em 48 meses, a partir do início da operação da primeira fase do projeto. Desse total, a CPP receberá um aporte de R\$ 60 milhões, a ser registrado em conta segregada, o que possibilita a dedução de montante equivalente da estimativa de contraprestações do Estado. Pela mesma razão, outro aporte à CPP, no valor de R\$ 150 milhões, implica a exclusão das multas compensatórias por atrasos na obra das estimativas de despesas relativas à parceria público-privada.

A parcela variável depende de vários fatores, tais como o número de passageiros a serem transportados, o grau de utilização por parte de passageiros com direito a gratuidade, a defasagem entre a tarifa pública e a tarifa de remuneração, as despesas relativas ao compartilhamento de riscos cambiais, o cumprimento do cronograma de obras, as multas contratuais eventualmente aplicadas e a possível redução de contraprestações, devido a falhas na manutenção ou na operação do serviço.

As hipóteses adotadas nos estudos, para estimar o montante das despesas do Governo do Estado de São Paulo, são as seguintes: intervalo de dois anos no reajuste da tarifa; reajuste pelo índice de preços ao consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC/Fipe); remuneração integral, refletindo avaliação positiva da prestação de serviços aos passageiros.

O documento apresenta dois cenários diferentes. Ambos supõem atraso de 21 meses nas obras e início da operação comercial em outubro de 2010. No primeiro cenário, o número de passageiros efetivamente transportados seria 20% superior à demanda projetada. Nesse caso, a despesa média relativa ao contrato de parceria público-privada seria de R\$ 57,9 milhões, com máximo de R\$ 82,9 milhões em anos alternados, a partir de 2024. No segundo cenário, o número de passageiros ficaria 40% abaixo da demanda, a despesa anual média cairia para R\$ 54,8 milhões, e a despesa anual máxima seria de R\$ 116,9 milhões em 2020.

Com base nesses dois cenários, o documento anexo ao Ofício nº 17, de 2006, conclui que as despesas a serem suportadas em virtude do contrato de parceria público-privada representarão, no máximo, 8,16% do limite fixado na Lei, restando mais de 90% desse limite para parcerias futuras.

Cabe registrar que esta Comissão, diante do lamentável acidente ocorrido no dia 12 de janeiro último na construção da Estação Pinheiros da Linha 4 do Metrô, amplamente veiculado na imprensa nacional, aprovou, em reunião realizada em 12 de fevereiro do corrente ano, a criação de uma Comissão Externa, composta pelos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma, representantes do Estado de São Paulo; pelo Senador Garibaldi Alves Filho, dada sua condição de Relator do Ofício "S" nº 02, de 2007, em pauta (parceria público-privada do Governo do Estado de Pernambuco); pelos Senadores Cícero Lucena, Wellington Salgado e Marconi Perillo, e também pelo Relator da presente matéria, para *in loco* colher as informações pertinentes, inclusive as medidas adotadas no âmbito do Estado de São Paulo.

Em 26 de fevereiro do corrente ano de 2007 a Comissão se deslocou à cidade de São Paulo, onde colheu informações junto à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos e a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Governo de São Paulo; junto ao Ministério Público Estadual;

à Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô; ao Consórcio Via Amarela (responsável pela construção), e demais órgãos e pessoas com envolvimento nas obras. As informações estão relatadas de forma circunstanciada em documento específico, para conhecimento dos Senhores Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos.

Durante a visita ficou evidenciado que foram adotadas as medidas para verificação das condições de segurança das obras em todas as suas frentes de trabalho, para evitar riscos aos trabalhadores ; aos moradores do entorno; ao patrimônio público e privado, e aos cidadãos que eventualmente transitem pelos locais, com a instauração de procedimentos investigativos pelo Ministério Público Estadual e pela Secretaria de Estado de Segurança Pública. Foi assinado um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Preliminar para Tutela da Ordem Urbanística, entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, o Consórcio Via Amarela, a Companhia do Metropolitano de São Paulo e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, para definição das obrigações assumidas pelo Consórcio de construção das obras, de forma que as condições de segurança e tranquilidade sejam asseguradas em todas as frentes de trabalho.

As medidas adotadas demonstram o firme empenho do Governo do Estado de São Paulo e do Ministério Público Estadual na apuração dos fatos e no equacionamento das questões advindas do acidente.

Ficou, ainda, constatado, que o Contrato da Parceria Público-Privado foi assinado em 19/11/2006, para operar os serviços de transporte de passageiros da Linha 4 – Amarela do metrô de São Paulo, tendo o Governo do Estado, no mínimo, seis meses para emissão da Ordem de Serviço para elaboração de estudos e projetos da Fase I da parceria, a contar da data de assinatura do contrato. A partir da emissão da OS, a Concessionária tem, no mínimo, 24 meses para iniciar a operação comercial da Fase I. As obras de construção estão reguladas por instrumento contratual próprio, distinto do contrato que rege a PPP celebrada pelo Governo do Estado de São Paulo, o que resguarda o cumprimento do disposto no art. 28 da Lei das Parcerias Público-Privadas.

II – ANÁLISE

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, conhecida como “Lei das Parcerias Público-Privadas”, instituiu as normas gerais que regem a licitação e a contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública.

No mérito, não há dúvidas de que a parceria atende uma necessidade urgente da capital paulista. No entanto, cabe ao Senado Federal verificar o cumprimento da condição contida no *caput* do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004. Essa condição estabelece o limite de um por cento da receita corrente líquida do Estado para as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias contratadas pelos órgãos da administração direta e indireta. O limite aplica-se tanto aos valores verificados no ano anterior ao de assinatura do contrato, quanto aos projetados para cada um dos dez anos subsequentes.

Embora o documento enviado pela STM paulista contenha outras informações – inclusive porque a Lei das Parcerias Público-Privadas estabelece outras condições para a celebração do contrato –, cabe a esta Comissão pronunciar-se unicamente acerca do cumprimento da regra contida no *caput* do art. 28, conforme o disposto no § 1º do mesmo dispositivo.

Os números apresentados no documento asseguram que a despesa relativa à parceria não deverá extrapolar os limites fixados, representando, no máximo, 8,16% do limite previsto na Lei, restando mais de 90% desse limite para outras parcerias, em qualquer cenário que se adote como referência, inclusive atraso no início da operação comercial. O estudo enviado pela STM/SP já considera em suas estimativas um suposto atraso de 21 meses, dando uma garantia adicional da observância do limite legal.

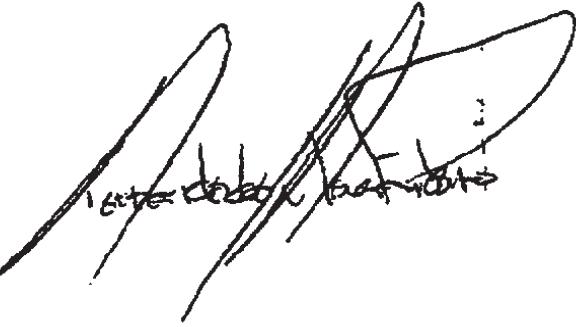
Cumpre observar, para futuras parcerias, que os estudos enviados levam em consideração a média das despesas ao longo de dez anos, não sendo essa a referência mais apropriada para verificar o cumprimento do disposto no art. 28 da Lei das PPPs, que estabelece o cumprimento do limite em cada ano.

Entretanto, convém lembrar que se trata do primeiro contrato de parceria a ser celebrado pelo Estado de São Paulo. A inexistência de outros contratos torna praticamente impossível a superação do limite para as despesas obrigatórias, o que enseja a conclusão de que a condição imposta pelo *caput* do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, foi atendida.

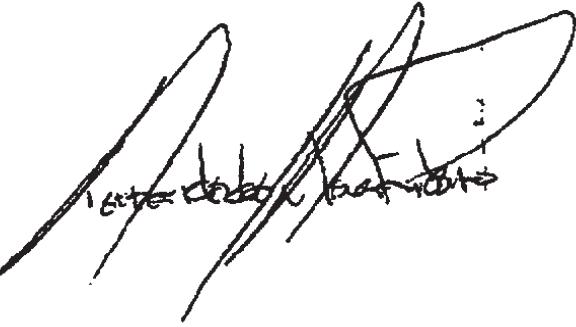
III – VOTO

Uma vez que a Comissão de Assuntos Econômicos recebeu, do governo do Estado de São Paulo, as informações relativas ao cumprimento dos requisitos para a contratação da parceria público-privada relativa à expansão da Linha 4 do metropolitano da cidade de São Paulo, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, opinamos pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Sala da Comissão, 20 de março de 2007.



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
OFÍCIO "S" Nº 17, DE 2006
NAO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/03/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELcíDIO AMARAL (PT)	3-DELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERRYS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)
PMDB	
ROMERO JUÇÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUCHE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ADELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-JOSÉ AGripino
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAINUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉREZ
------------	-------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI N° 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.**

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Art. 28. A União não poderá conceder garantia e realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 1% (um por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que contratarem empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas deverão encaminhar ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação, as informações necessárias para cumprimento do previsto no caput deste artigo.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Encontra-se em exame nesta comissão o Ofício “S” nº 17, de 2006 (Ofício nº 00678, de 28/11/2006, na origem), enviado pela Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos do Governo do Estado de São Paulo (STM/SP), em cumprimento ao § 1º do art. 28 da Lei 11.079/04 (Lei das Parcerias Público-Privadas).

O documento refere-se à intenção do Governo do Estado de São Paulo de celebrar parceria público-privada para construir e operar a Linha 4 do metropolitano de São Paulo, sob a modalidade de concessão patrocinada precedida de obra pública. O projeto tem um valor total de R\$ 3,98 bilhões, dos quais R\$ 3,23 bilhões – que representam 81% do total – ficariam a cargo do Tesouro estadual, e os R\$ 751 milhões restantes corresponderiam ao investimento do parceiro privado. O prazo do contrato será de 32 a 35 anos, para garantir o período de operação de 30 anos, suficiente para amortizar e remunerar de forma justa o investimento a ser realizado pelo parceiro privado. As obras serão realizadas em três fases, sendo a primeira em 2008 e a segunda em 2012. Não há previsão para a implantação da terceira fase, que dependerá da decisão do concessionário.

A justificativa oferecida para a contratação de parceria público-privada baseia-se na escassez de recursos orçamentários e no esgotamento dos limites de financiamento do Estado de São Paulo. O documento informa que não se pretende modificar a política tarifária vigente, que busca a modicidade para o passageiro, além de conceder gratuidade em níveis diversos para vários segmentos da população, inclusive idosos, estudantes, militares, desempregados e portadores de deficiência física. Para compatibilizar sua política tarifária com a viabilidade do investimento privado, o contrato separa a tarifa cobrada do passageiro (chamada de “tarifa pública”) da tarifa que reverterá em benefício do parceiro privado (conhecida como “tarifa de remuneração”). Dessa forma, a fixação da tarifa pública pode ser feita independentemente da remuneração devida ao operador privado do sistema.

A tarifa de remuneração dependerá também de indicadores de desempenho do operador privado, que avaliarão, entre outros aspectos, a manutenção do sistema e a qualidade do serviço oferecido. O contrato estabelecerá mecanismos de redução de riscos para o investidor, em especial os riscos cambiais e aqueles relativos à demanda pelo serviço e ao atraso das obras. Os riscos cambiais serão, em parte, aliviados pela adoção do IGP-M, com peso de 50%, na fórmula paramétrica utilizada para fins de reajuste do contrato nos primeiros quinze anos de vigência. Além disso, o documento alude, sem explicitar detalhes, a um segundo mecanismo de mitigação de riscos cambiais, por meio do cálculo do impacto cambial. Quanto ao risco de

demandas, o contrato prevê que, se a demanda verificada ficar entre 80% e 90% da prevista, o Governo do Estado de São Paulo ressarcirá ao parceiro privado 60% da diferença entre a receita realizada e a projetada. Se a receita ficar entre 60% e 80% da prevista, o ressarcimento corresponderá a 90% da diferença entre os valores previstos e os realizados. Se a demanda ficar abaixo de 60% da projetada, o contrato deverá ser rediscutido. Em caso de atraso das obras que comprometa o início das operações da Linha 4, o Governo do Estado de São Paulo deverá pagar multa ao parceiro privado.

O Governo do Estado de São Paulo fornecerá dois tipos de garantias ao parceiro privado. A primeira é a realização da medição e da arrecadação das receitas do sistema de transportes metropolitanos por meio de mecanismo de *clearing house*, que efetuará automaticamente a repartição dos recursos. A segunda é a entrega de valores à Companhia Paulista de Parcerias (CPP), para proteção do parceiro privado contra inadimplência do setor público, conforme o inciso V do art 8º da Lei nº 11.079, de 2004.

O documento apresenta ainda estimativas das despesas do Governo do Estado de São Paulo a título de contraprestação ao parceiro privado, durante a vigência do contrato, segundo estudo realizado pela consultoria do Unibanco e conforme simulações realizadas pela STM/SP, considerando diversos cenários possíveis.

Segundo o documento, as contraprestações conterão duas parcelas. A parcela fixa foi estabelecida, no processo licitatório, em R\$ 75 milhões, a serem pagos em 48 meses, a partir do início da operação da primeira fase do projeto. Desse total, a CPP receberá um aporte a R\$ 60 milhões, a ser registrado em conta segregada, o que possibilita a dedução de montante equivalente da estimativa de contraprestações do Estado. Pela mesma razão, o aporte de R\$ 150 milhões à CPP exclui as multas compensatórias por atrasos na obra das estimativas de despesas relativas à parceria público-privada.

A parcela variável depende de vários fatores, tais como o número de passageiros a serem transportados, o grau de utilização por parte de passageiros com direito a gratuidade, a defasagem entre a tarifa pública e a tarifa de remuneração, as despesas relativas ao compartilhamento de riscos cambiais, o cumprimento do cronograma de obras, as multas contratuais eventualmente aplicadas e a possível redução de contraprestações, devido a falhas na manutenção ou na operação do serviço.

As hipóteses adotadas nos estudos, para estimar o montante das despesas do Governo do Estado de São Paulo são as seguintes: intervalo de dois anos no reajuste da tarifa; reajuste pelo índice de preços ao consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC/Fipe); remuneração integral, refletindo avaliação positiva da prestação de serviços aos passageiros.

O documento apresenta dois cenários diferentes. Ambos supõem atraso de 21 meses nas obras e início da operação comercial em outubro de 2010. No primeiro cenário, o número de passageiros efetivamente transportados seria 20% superior à demanda projetada. Nesse caso, a despesa média relativa ao contrato de parceria público-privada seria de R\$ 57,9 milhões, com máximo de R\$ 82,9 milhões em anos alternados, a partir de 2024. No segundo cenário, o número de passageiros ficaria 40% abaixo da demanda, a despesa anual média cairia para R\$ 54,8 milhões, e a despesa anual máxima seria de R\$ 116,9 milhões em 2020.

Com base nesses dois cenários, o documento anexo ao Ofício nº 17, de 2006, conclui que as despesas a serem suportadas em virtude do contrato de parceria público-privada representarão, no máximo, 8,16% do limite fixado na Lei, restando mais de 90% desse limite para parcerias futuras.

II – ANÁLISE

A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, conhecida como “Lei das Parcerias Público-Privadas”, instituiu as normas gerais que regem a licitação e a contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública.

No mérito, não há dúvidas de que a parceria atende uma necessidade urgente da capital paulista. No entanto, cabe ao Senado Federal verificar o cumprimento da condição contida no *caput* do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004. Essa condição estabelece o limite de um por cento da receita corrente líquida do Estado para as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias contratadas pelos órgãos da administração direta e indireta. O limite aplica-se tanto aos valores verificados no ano anterior ao de assinatura do contrato, quanto aos projetados para cada um dos dez anos subsequentes.

Embora o documento enviado pela STM paulista contenha outras informações – inclusive porque a Lei das parcerias público-privadas estabelece outras condições para a celebração do contrato –, cabe a esta Comissão pronunciar-se unicamente acerca do cumprimento da regra contida no *caput* do art. 28, conforme o disposto no § 1º do mesmo dispositivo.

Os números apresentados no documento fazem crer que é mínima a probabilidade de a despesa relativa à parceria extrapolar os limites fixados. No entanto, a adoção, como referência, do cenário de maior custo médio não é a forma mais adequada de tratar a questão, pois a média das despesas ao longo do tempo de duração do contrato não é a referência última para julgar o cumprimento do disposto no art. 28 da Lei. O dispositivo é claro em exigir o cumprimento do limite em cada ano, considerado isoladamente. Uma folga maior em um ano específico não pode compensar um eventual excesso em outro ano. Logo, importa testar o cenário que apresenta valores individuais máximos, e não média máxima, ao contrário do que fazem os autores do documento enviado pela SMT/SP.

Além disso, o estudo parece não considerar a hipótese de desvalorização cambial, que, em vista da extensão do período contratual e do nível de valorização da moeda nacional, não é um evento improvável. As cláusulas contratuais que prevêem o ressarcimento de eventual prejuízo cambial do investidor privado representariam, nessa eventualidade, uma despesa para o setor público.

Apesar das estimativas não terem contemplado o universo de situações possíveis, consideramos que a condição imposta pelo *caput* do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, foi atendida. No entanto, isso se deve ao fato de se tratar do primeiro contrato de parceria a ser celebrado pelo Estado de São Paulo. A inexistência de outros contratos torna muito improvável a superação do limite para as despesas obrigatórias. Em operações subsequentes, será conveniente fazer uma avaliação mais criteriosa, devido à maior chance de esgotamento à medida que ocorrer a acumulação de contratos e a justaposição de efeitos financeiros.

III – VOTO

Uma vez que a Comissão de Assuntos Econômicos recebeu, do governo do Estado de São Paulo, as informações relativas ao cumprimento dos requisitos para a contratação da parceria público-privada relativa à expansão da Linha 4 do metropolitano da cidade de São Paulo, em atendimento ao § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, opinamos pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com relação ao parecer, que acabe de ser lido, referente ao **Ofício “S” nº 17, de 2006**, a Presidência encaminhará cópia do referido parecer ao Governo do Estado de São Paulo e, em observância à sua conclusão, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, recebeu os Pareceres nºs 250 e 251, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, respectivamente, contendo orientação à Comissão Diretora, para a elaboração do texto a ser remetido à Câmara dos Deputados.

Esses pareceres se limitaram a adequar a redação do projeto, uma vez que já se haviam completado os procedimentos de aprovação terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, assim como o transcurso do prazo de cinco dias úteis sem a apresentação de recurso para submeter a matéria ao Plenário.

Nestes termos, a Presidência determina a elaboração do texto final pela Comissão Diretora e a remessa da matéria à Câmara dos Deputados, adequada aos termos propostos no Parecer nº 251, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

São os seguintes os pareceres:

PARECERES N°S 250 E 251, DE 2007

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. (nos termos do art. 133, V, d do Regimento Interno.)

PARECER N° 250, DE 2007

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador Demóstenes Torres

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para os fins previstos no art. 133, inciso V, alínea **d**, do Regimento Interno, o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, de autoria do Senador Aloizio Marcadante que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

A proposição acrescenta artigo (244-B) ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), definindo

como crime “utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar os crimes que menciona”.

Submetida às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa a matéria foi aprovada, nesta última em decisão terminativa.

A Presidência do Senado Federal, ao proceder à preparação do texto final para ser encaminhado à Câmara dos Deputados, constatou que a Lei nº 6.368, de 1976, referida no art. 1º do projeto em apreço, foi revogada pela Lei nº 11.343, de 2006. Em decorrência veio o PLS nº 118, de 2003 a esta Comissão para os fins regimentais.

II – Análise

O artigo 133 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que “todo parecer deve ser conclusivo em relação à matéria a que se referir, podendo a conclusão ser... pela apresentação de... orientação a seguir em relação à matéria”.

Por sua vez, o **caput** e o inciso I, artigo 325 do mesmo Regimento dispõem que “verificada a existência de erro em texto aprovado e com redação definitiva, proceder-se-á da seguinte maneira:... tratando-se de contradição, incoerência, prejudicialidade ou equívoco que importe em alteração do sentido do projeto, ainda não remetido à sanção ou à Câmara, o Presidente encaminhará a matéria à comissão competente para que proponha o modo de corrigir o erro, sendo a proposta examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de submetida ao Plenário”.

No presente caso verifica-se, de forma cristalina, que houve equívoco na aprovação da matéria ao referir-se a crimes previstos na Lei nº 6.368, de 1976, revogada pela Lei nº 11.343, de 2006.

Verifica-se também, no texto final do projeto, pequena incorreção, meramente material, no número do novo artigo que se pretende criar. Está claro que o correto é art. 244-B – conforme consta originalmente no projeto – e não 224-B.

A comissão competente para propor o modo de corrigir o erro, conforme citado, é a de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que aprovou a matéria em decisão terminativa.

III – Voto

Pelos motivos expostos, o voto é pelo encaminhamento do PLS nº 118, de 2003 à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a fim de que ela proponha o modo de corrigir o erro. Antecipando-me, sugiro que seja dada a seguinte redação ao **caput** do art. 244-B, mantendo-se inalteradas as demais disposições:

"Art. 244-B. Utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor, ou dos

crimes previstos nos arts. 33, 34 e 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2007. – Senador **Valter Pereira**, Presidente em exercício – Senador **Demóstenes torres**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS N° 118 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/03/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO:	<i>Valter Pereira</i>
RELATOR:	<i>Demóstenes Torres</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SHLESSARENKO	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLICY	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE	4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	7. JOSÉ NERY
PSOL	
PMDB	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES (RELATUR)	3. JOSÉ AGripino
EDISON LOBÃO	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

PARECER N° 251, DE 2007,
(Da Comissão de Direitos Humanos
e Legislação Participativa)

Relatadora: Senadora **Lúcia Vânia**
Relator **ad hoc**: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado n° 118, de 2003, de autoria do Senador Aloisio Mercadante, que altera a Lei n° 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A proposição acrescenta artigo definindo como crime utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor, ou dos crimes previstos nos arts. 12 e 13 da Lei n° 6.368, de 1976 – Lei de Entorpecentes.

O projeto já havia recebido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) parecer favorável, em caráter terminativo, no dia 30 de março do corrente ano, Entretanto, devido ao despacho da Mesa do Senado, efetivado em 9 de março, bem como em virtude da Resolução n° 1, de 2005, foi necessária sua redistribuição para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Após deliberação desta Comissão, constatou-se a existência de erro material na proposição aprovada, além de injuridicidade por tratar de matéria legislativa revogada (Lei n° 6.368, de 1976).

Sendo a Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa a prolatora da decisão terminativa de mérito, a ela retoma a matéria para ponderações sobre as proscritas incorreções.

É o relatório.

II – Análise

A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade e regimentalidade. Em relação ao mérito, o projeto é não somente elogiável como, outrossim, atende à necessidade premente de uma legislação mais severa dirigida aos que induzem menores à prática de crimes.

Trata-se, portanto, de conduta condenável em si. Ademais, conforme já mencionado em parecer precedente, tem como agravante consubstanciar-se em nascêdo de novéis criminosos, ao atingir mentes ainda imaturas com os supostos benefícios do crime.

Contudo, conforme sugestão da CCJ, há alguns reparos a serem efetuados quanto à técnica legislativa da proposição e à juridicidade.

A Lei n° 6.368, de 1976, fora revogada pela Lei n° 11.343, de 2006. Além disso, foi constatado pequeno erro material na indicação do novo artigo que se pretende criar, sanável para todos os efeitos: o correto seria art. 244-B, e não 224-B, como, aliás, está consignado na proposição original.

Reafirmamos que à exceção dos referidos delitos previstos na Lei n° 6.368, de 21 de outubro de 1976, os demais crimes mencionados (todos do Código Penal) têm **nomen criminis**; e é reconhecidamente mais simples uma referência, por exemplo, a furto, do que ao crime previsto no art. 155 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Em prol da clareza da lei, portanto, é preferível usar discriminadamente os nomes dos crimes definidos pelo Código Penal.

Por derradeiro, ratificamos a necessidade de algumas alterações de menor monta na ementa, tornando-a mais informativa, bem como na organização do texto.

III – Voto

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 118, de 2003, com as emendas a seguir propostas:

EMENDA N° 5–CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado n° 118, de 2003, a seguinte redação:

Altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de tipificar como crime o emprego de criança e adolescente para a realização dos delitos que menciona.

EMENDA N° 6–CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado n° 118, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º A Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

“Art. 244-B. Utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro, atentado violento ao pudor, ou dos crimes previstos nos arts. 33, 34 e 35 da Lei n° 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Pena – reclusão, de quatro a quinze anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço se a criança ou adolescente sofrer lesão corporal grave, e duplicada no caso de sua morte.”

Sala da Comissão, 29 de março de 2007. – Senador **Paulo Paim**, Presidente – Senador **César Borges**, Relator

**SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA-CDH**

PROPOSIÇÃO N° 118 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/03/2007, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	<i>Paulo Paim</i>
RELATOR:	<i>Leônio Borges (idem) (m. 15.02.2003)</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC DO B/PRB/PP)	
FLÁVIO ARNS	1 - SERYS SLHESSARENKO
FÁTIMA CLEIDE	2 - EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	3 - SÉRGIO ZAMBIASI
PATRÍCIA SABOYA GOMES	4 - SIBÁ MACHADO
INÁCIO ARRUDA	5 - AUGUSTO BOTELHO
	6 - MARCELO CRIVELLA
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1 - MÃO SANTA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2 - ROMERO JUCÁ
PAULO DUQUE	3 - JOAQUIM RORIZ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4 - VALTER PEREIRA
GILVAM BORGES	5 - JARBAS VASCONCELOS
BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)	
CÉSAR BORGES	1 - EDISON LOBÃO
ELISEU RESENDE	2 - HERÁCLITO FORTES
ROMEU TUMA	3 - JAYMÉ CAMPOS
JONAS PINHEIRO	4 - MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	5 - MÁRIO COUTO
CÍCERO LUCENA	6 - LÚCIA VÂNIA
PAPALÉO PAES	7 - VAGO
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - VAGO
PSOL	
JOSÉ NERY	

COMISSÃO L - DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO ANTICIPATIVA

VOTAÇÃO NOMINAL DO PLS N° 118, DE 2003

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT / PRPSB / PCdoB / PRB / PP / PTB)									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLAVIO ARNIS	X				1 - SERYS SILESSARENKO	X			
FATIMA CLEIDE					2 - EDUARDO SUPlicY				
PAULO PAIM					3 - SERGIO ZAMBIAISI	X			
PATRICIA SABOYA GOMES	X				4 - SIBA MACHADO				
INACIO ARRUDA	X				5 - AUGUSTO BOTELHO				
					6 - MARCELO CRIVELLA				
PMDB									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEONAR QUINTANILHA	X				1 - MAO SANTA				
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X				2 - ROMERO JUCÁ				
PAULO DUQUE					3 - JOAQUIM RORIZ				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				4 - VALTER PEREIRA				
GILVAN BORGES					5 - JARBAS VASCONCELOS				
BLOCO DA MINORIA (PFL / PSDB)									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CESAR BORGES	X				1 - EDISON LOBÃO				
ELISEU RESENDE					2 - HERACLITO FORTES				
ROMEU TUMA					3 - JAYME CAMPOS				
JONAS PINHEIRO					4 - MARIA DO CARMO ALVES	X			
ARTHUR VIRGILIO					5 - MÁRIO COUTO				
CÍCERO LUCENA	X				6 - LÚCIA VÂNIA	X			
PAPALEO PAES					7 - VAGO				
PDT									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM Buarque					1 - VAGO				
PSOL									
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ NERY								

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — AUTOR: — ABSTENÇÃO: — PRESIDENTE: L

Sala das reuniões, em 29/03/2007

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF.
Atualizado em 14/03/2007 17:48:00 e última impressão em 29/03/2007 12:23.



Presidente Paulo Paim

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO ANTICIPATIVA

VOTAÇÃO DAS EMENDAS N°s 05 - CDH E 06 - CDH AO PLS N° 118 DE 2003

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PRPSB/PCdO/PRB/PP/PTB)										
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES	PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLÁVIO ARNS	X				1 - SERGIO SILESSARENKO	X				
FÁTIMA CLÉIDE					2 - EDUARDO SUPLICY					
PAULO PAIM					3 - SÉRGIO ZAMBIAZI	X				
PATRÍCIA SABOYA GOMES	X				4 - SIBÁ MACHADO					
INACUI ARRUDA	X				5 - AUGUSTO BOTELHO					
					6 - MARCELO CRIVELLA					
PMDB										
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEONMAR QUINTANILHA	X				1 - MÁO SANTA					
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X				2 - ROMERO JÚCÁ					
PAULO DUQUE					3 - JOAQUIM RORIZ					
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				4 - VALTER PEREIRA					
GILVAN BORGES					5 - JARBAS VASCONCELOS					
BLOCO DA MINORIA (PL/PDSB)										
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES	X				1 - EDISON LOBAO					
ELISEU RESENDE					2 - HERÁCLITO FORTES					
ROMEU TUMA					3 - JAYME CAMPOS					
JONAS PINHEIRO					4 - MARIA DO CARMO ALVES	X				
ARTHUR VIRGÍLIO					5 - MARIO COUTO					
CICÉRO LUCENA	X				6 - LÚCIA VÂNIA	X				
PAPALEO PAES					7 - VAGO					
PDT										
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVÂM BUARQUE					1 - VAGO					
PSOL										
TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSE NERY									

TOTAL: 15 SIM: 12 NÃO: - AUTOR: - ABSTENÇÃO: - PRÉSIDENTE: J

Sala das reuniões, em 29/03/2007

O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum, conforme art. 132, § 8º, do RISF.

Atualizado em 14/03/2007 17:48:00 e última impressão em 29/03/2007 12:20.

Presidente



**TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2003,**

Na Comissão de Direitos Humanos
e Legislação Participativa que:

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de tipificar como crime o emprego de criança e adolescente para a realização dos delitos que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a viger acrescida do seguinte artigo:

“Art. 244-B. Utilizar, induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro, estupro, atentado violento ao pudor ou dos crimes previstos nos arts. 33, 34 e 35 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Pena – reclusão, de quatro a quinze anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço se a criança ou adolescente sofrer lesão corporal grave, e duplicada no caso de sua morte.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de março de 2007. – **Paulo Paim**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI N° 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II – semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III – utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no **caput** e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, **caput** e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas do **caput** deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta Lei.

OF. N° 92/07 – CDH

Brasília, 29 de março de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou, com duas Emendas, o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de tipificar como crime o emprego de criança e adolescente para a realização dos delitos que menciona”.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. N° 92/07 – CDH

Brasília, 29 de março de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, combinado com o parágrafo 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, com duas emendas, o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2003, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a fim de tipificar como crime o emprego de criança e adolescente para a realização dos delitos que menciona”.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Antes de chamar os oradores inscritos, inscrevo-me para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, sem prejuízo na lista dos oradores inscritos.

V. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, amanhã, 17 de abril, teremos, no nosso Rio Grande, o que posso classificar como o maior evento da América no segmento

courreiro-calçadista: a 31^a Feira Internacional de Couros, Produtos Químicos, Componentes e Acessórios, Equipamentos e Máquinas para Calçados e Curtumes – FIMEC.

O evento acontece nos pavilhões da Fenac em Novo Hamburgo e contará com mais de mil expositores do Brasil e exterior e com a presença de mais de quarenta países.

A excelente aceitação do calçado brasileiro no mercado internacional, marcado pela qualidade do produto e a inovação no seu *design*, traz ao País contribuições expressivas.

Vale lembrar que esse padrão de qualidade foi conquistado especialmente pela dedicação e pelo profissionalismo dos nossos empresários e trabalhadores do setor.

A nosso ver, essa tem sido a receita do sucesso da cadeia courreiro-calçadista brasileira, demonstrada anualmente em números expressivos.

Sr. Presidente, apenas lamentamos a questão do dólar. Por isso, a festa não será maior. As dificuldades enfrentadas em 2006, provocadas principalmente pela questão cambial, pela tributação excessiva, pela expansão comercial chinesa e pela onerosidade tributária que recai sobre a folha de pagamento, têm prejudicado, sem sombra de dúvida, os empresários e os trabalhadores. Os números que podemos apontar, não tão bons quanto gostaríamos, são devidos a esse quadro e justificam certo descontentamento daqueles que dedicam sua vida a essa área.

Por exemplo, no ano passado, a exportação de calçados foi marcada por uma queda de 1% do valor exportado em relação a 2005. Por outro lado, a importação cresceu 22% em valor no mesmo período.

Sr. Presidente, temos uma produção mundial em torno de 14 bilhões de calçados ao ano, e somente a China produz 9 bilhões. Uma inegável evidência de que a política chinesa de expansão do seu mercado exportador está cada vez mais forte. Os sapatos chineses ingressam no mercado interno sem as devidas restrições e liquidam com os empregos gerados pela indústria calçadista nacional.

Se levarmos em conta a análise geral da balança comercial do chamado “boi ao calçado”, vamos perceber que obtivemos um superávit de US\$7,1 bilhões, um montante ainda bastante expressivo, principalmente porque esse valor representa 15,5% do saldo da balança comercial brasileira, que encerrou 2006 com US\$46 bilhões.

Na macrocadeia produtiva que abrange os segmentos do “boi ao calçado”, o setor que tem sido mais prejudicado é o dos calçados, pois as exportações têm

evoluído pouco, enquanto que as importações acabam sendo cada vez mais crescentes.

Representantes do setor entendem que não precisam de proteção nem de privilégios, apenas de medidas que freiem a entrada de calçados chineses, como o aumento da alíquota de importação.

As regiões calçadistas do vale do Rio dos Sinos, Sr. Presidente, têm sofrido com a constante ameaça de desemprego suportada pela população local devido a indústrias que fecham ou que se transferem para outros Estados da Federação ou mesmo para países vizinhos.

Sentimos que o País está passando por uma fase de passividade frente aos acontecimentos que afetam o setor. Enquanto fábricas são fechadas nessa área e empregos são perdidos, a política cambial continua a mesma, a carga tributária apenas aumenta, e o calçado chinês invade o comércio brasileiro.

Todos nós sabemos que essa mistura, Sr. Presidente, gera graves distorções econômicas e sociais. Além do que, precisamos fomentar linhas de financiamento específicas para as empresas do setor, com taxas compatíveis às do mercado internacional, permitindo, assim, que a competição do calçado brasileiro possa tornar-se forte também no exterior.

Sr. Presidente, por outro lado, quero aplaudir a determinação da Câmara de Comércio Exterior, Camex, em fixar a alíquota de incidência do Imposto de Exportação do Wet Blue em 9%, pondo fim ao cronograma de redução dos valores, que levaria a alíquota para 4% em 2007 e zero por cento em 2008.

Defendo a exportação de produtos de maior valor agregado, que fomentam o emprego no País e geram maiores divisas para a nossa balança comercial.

Sr. Presidente, temos também boas notícias. Vi com bons olhos o anúncio feito em Washington, neste fim-de-semana, pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Segundo ele, o Governo Federal está preparando medidas fiscais para auxiliar setores atingidos pela queda do dólar. Entre eles, com certeza, estão as indústrias calçadistas.

De acordo com o Ministro, é necessário “reduzir despesas com pessoal para empresas que têm mão-de-obra intensiva e que competem em situação de desigualdade com empresas estrangeiras, que pagam menos impostos ou têm menos gastos com tributos”.

Para isso mudar, a medida a ser adotada pelo Governo será a redução do custo da folha de pagamentos. Diminuindo-se os impostos sobre a folha de pagamentos, Sr. Presidente, ganham todos. Afinal, as empresas brasileiras passarão a ter mais e melhores condições de competir com produtos de outros países. As exportações deverão ser impulsionadas.

Sr. Presidente, defendo o setor com alma, com coração, porque penso no trabalhador e em sua família, penso na situação da esposa e dos filhos, que ficam na expectativa de que o salário melhore. E o trabalhador fica “batendo prego em sola de sapato” – termo que usamos lá na região do Vale – dia após dia, com o fantasma do desemprego rondando todas as portas. Fui operário da área metalúrgica, batia o ponto, enfrentava a rotina da fábrica para ganhar o salário sagrado no final do mês para pagar o aluguel, o pão e o leite. Sei como é importante ter um emprego e dar o mínimo de dignidade a nossa família. É só isto que defendo: que nossos trabalhadores e nossos empresários tenham mais tranqüilidade. A situação dos setores moveleiro, tecnológico, metalúrgico, têxtil e de grãos também é grave e merece a mesma atenção.

Por tudo isso, faço um apelo ao Governo Federal: que olhe com carinho as reivindicações desses setores, que não são novas, mas plenamente passíveis de solução. Medidas que vão fortalecer as nossas exportações, vão melhorar a distribuição de renda, vão melhorar a qualidade de vida do nosso povo e, consequentemente, vão trazer melhorias para toda a nossa gente.

Sr. Presidente, aproveitando este tempo, farei um rápido comentário sobre o que foi espelhado nos principais jornais da semana que passou e do fim de semana: que o dinheiro do FAT poderia ser usado para o agronegócio. Isso me preocupa, Sr. Presidente. Quero lembrar que o dinheiro do FAT tem como objetivo garantir o seguro-desemprego, o abono salarial, o financiamento do desenvolvimento mediante programas do BNDES e ainda, a meu ver o mais importante, ações para qualificação e requalificação profissional, fortalecimento das micro e pequenas empresas e formação técnica dos trabalhadores.

A dívida do agronegócio está calculada em R\$4 bilhões. Não sou contra o agronegócio. Sou a favor do pequeno, do médio, do grande produtor, mas entendo que o dinheiro do FAT não poderia ser usado para esse fim.

Sr. Presidente, quais serão as garantias dos trabalhadores se o dinheiro do FAT for usado para subsidiar ou para renegociar as dívidas do agronegócio?

O FAT é um fundo constituído com contribuições pagas pelos trabalhadores, utiliza recursos do PIS/Pasep e tem destinação certa e definida.

Entendo que o Governo recuou, e acertou quando mudou essa visão. E já está dizendo, pelo que ouvi hoje, que o dinheiro do FAT não será mais usado para o refinanciamento das dívidas do setor agrícola.

Iniciativas como essa me fazem lembrar do passado, da questão do dinheiro da Previdência. Lembro-

me do dinheiro do FGTS, que, recentemente, seria usado para obras de infra-estrutura. Pelo menos isso mudou e garantiu-se que o dinheiro do FGTS será destinado para saneamento básico, para o trabalhador de baixa renda e, naturalmente, para indenização do trabalhador.

Quero também divulgar, Sr. Presidente, que notícias recentes demonstram que R\$20 milhões foram desviados do FAT por uma fundação privada, em 1999. No mesmo ano, lembro-me de que, no Estado do Espírito Santo, foram desviados R\$10 milhões. Houve outra fraude que levou R\$500 mil de uma agência do Banco do Brasil em Santa Catarina.

Temo ver a possibilidade de repetição dessa prática, que considero uma desvirtuação do verdadeiro objetivo do FAT, de cujo projeto original de criação participei, quando ainda era Deputado.

Sr. Presidente, lembro que o trabalhador, já tão prejudicado neste País, vê, mais uma vez, os recursos destinados à proteção de sua atividade serem encaminhados para outros fins, e sem retorno.

Repto: o Governo acerta ao rever essa visão e, com isso, vai permitir que o dinheiro do FAT continue a ser aplicado somente nos fins para os quais se destina. Se depender de mim, Sr. Presidente, vamos trabalhar junto com o movimento sindical para impedir que o dinheiro do FAT tenha outros destinos, não só nesse caso, mas em qualquer projeto que tenha a intenção de desviar aqueles recursos.

Todos sabem do respeito que tenho pelo agro-negócio, pelo homem que trabalha a terra, pois é de lá que vem o nosso alimento e também as divisas positivas, principalmente na área da exportação. Repto: respeito os sem-terra, os sem-teto, o pequeno, o médio e o grande produtor; mas os recursos do FAT, da Previdência e do FGTS são sagrados e não podem ser destinados para outros fins.

A posição que tenho em relação ao uso do FAT para outros fins é a mesma que tive quando quiseram usar o dinheiro do FGTS para infra-estrutura ou o dinheiro da Seguridade Social para outras áreas que não fossem Previdência, Saúde e Assistência Social.

Sr. Presidente, tratei aqui rapidamente de dois temas, mas quero informar à Casa que, hoje, o Dieese divulgou a inflação para os idosos no que tange a remédios e planos de saúde.

Sr^as e Srs. Senadores, é assustador, choca qualquer um perceber que os remédios, em 12 meses, de março do ano passado a abril deste ano, tiveram um aumento de 28,30%, enquanto o vencimento do idoso terá um reajuste de 3%. Os planos de saúde, nesse mesmo período, aumentaram 33,41%.

Não é possível, Sr. Presidente, pensar que um cidadão que recebe dois, três ou quatro salários possa manter o seu plano de saúde, que, em 12 meses, aumentou 33,41%. Ele vai acabar desistindo. Com isso, ganha o plano de saúde que ele pagou a vida toda e que, na velhice, quando mais precisa, terá de parar de pagar.

Então, vamos ter de encontrar um caminho para impedir que os planos de saúde e os remédios... Dou esses dois exemplos, mas poderia citar o aluguel ou a alimentação, que tem de ser balanceada para a pessoa com mais idade. Veremos que, conforme a Fundação Getúlio Vargas, a inflação para o idoso, em média, é o dobro da inflação para o mais jovem.

Por isso, Sr. Presidente, Senador Papaléo, Senador João Pedro, Senador Mão Santa, tenho insistido tanto sobre a necessidade de discutirmos uma política permanente de recuperação dos benefícios dos mais idosos. Não tem como não o fazer. E são dados reais. Se o remédio sobe 30% e o plano de saúde quase 34%, como eles vão se manter? Ou param de tomar o remédio, ou param de comer; ou não pagam o plano de saúde. Se caem no hospital, têm que entregar o carro, a casa e, daqui a pouco, entregar os filhos, devido à situação desesperadora em que se encontram.

Senador Papaléo Paes, chegou ao meu conhecimento, no meu gabinete, o caso de um filho que passou a prestar serviços numa casa de saúde para pagar o que o pai ali devia.

Senador Papaléo Paes, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, reconheço aqui, nesta Casa, sua luta em favor dos trabalhadores e idosos. Aqui faço uma referência muito importante sobre questão do atendimento à saúde do idoso. No momento em que o cidadão que trabalhou a vida inteira alcança uma idade em que fica difícil exercer sua atividade, ele se aposenta recebendo um salário indigno para o trabalho que prestou, e tem uma assistência em saúde muito precária. Quanto ao serviço público, todos sabemos que, apesar da luta de todos os governantes para melhorar o atendimento pelo SUS, a cada dia vemos a decadência desse modelo, que é muito bem-feito no papel, mas, na prática, não tem o resultado que esperamos. Ainda há pouco, por uma pesquisa sobre a questão do SUS, pudemos verificar as disparidades. São praticamente os Municípios que fazem esse atendimento, e esse Municípios apresentam suas características particulares. No entanto, o Governo ainda não alcançou uma fórmula para atender todos os Municípios para que haja igualdade no atendimento. E o não atendimento adequado pelo

SUS faz com que as pessoas partam em busca de um plano de saúde. E então vem a questão da idade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Quanto mais idade o cidadão tem, mais paga pelo plano de saúde. O cidadão inclui o plano de saúde no orçamento, o qual, de repente, é estourado exatamente porque os reajustes vêm de maneira avassaladora para quem já recebe um salário baixo e, principalmente, para quem tem que comprar remédios caros, como disse V. Ex^a. Parece-me que os laboratórios conseguem driblar a vigilância do Governo, mudando de nome, mudando de patente, vendendo patente, seja lá o que for, para cobrar os preços exorbitantes que hoje cobram. Então, quero ressaltar que V. Ex^a chama a atenção para um problema muito sério. Que as autoridades do Poder Executivo, principalmente, que têm controle sobre a questão de planos de saúde, sobre aposentadoria e sobre remédios, ajam com mais rigor, visando minimizar o sofrimento dos que mais necessitam, os nossos aposentados. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Sr. Presidente, para concluir, informo a V. Ex^a que, nesta quinta-feira, pela manhã, participarei, no Auditório Petrônio Portella, de um encontro com cerca de 1.000 lideranças indígenas de todo o Brasil. Convidado todos os Srs. Senadores que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos a ouvirem as reivindicações dos povos indígenas naquela oportunidade.

No mesmo dia, à tarde, no Auditório Nereu Ramos, haverá um grande congresso da Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, do qual também participarei, em nome da Comissão de Direitos Humanos. Na palestra que farei lá, tratarei desse tema. Isso porque todos nós – se me permitir, Sr. Presidente, só para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a já comunicou à Mesa que está concluindo. Então, concederei mais um minuto a V. Ex^a. Está bom ou quer mais?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, um minuto é o suficiente.

Na palestra que farei, vamos tratar dessa questão. Quero enfatizar isto: o preço dos remédios, em 12 meses, subiu 28,30%; o do plano de saúde, 33,41%; e o aposentado teve reajuste de apenas 3,5%. Assim, temos que aprofundar esse debate.

Senador João Pedro, sexta-feira passada, eu já dizia que queria ter uma conversa – e vou ter, com certeza, porque eles vão me receber – com o Ministro

Marinho, com o Ministro da Saúde, para discutirmos esse assunto.

Falamos muito em crianças e em idosos, e isso me faz lembrar daquela frase muito citada: “Pobre daquele país que não cuida das crianças e dos seus idosos, pois não chegará a lugar algum”.

Por isso, temos que pensar seriamente em uma política efetiva para o nosso idoso, que acompanhe pelo menos a inflação. Se analisarmos os dados aqui, veremos que a média da inflação para o idoso ultrapassa 8%.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a deseja mais um minuto? (Pausa.)

Está bem, está encerrado.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, para uma comunicação inadiável. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, a sociedade brasileira não aceita mais a escalada da violência. Episódios como a morte do menino João Hélio, que revoltou o Brasil e motivou manifestações de muitos desta Casa, obriga-nos à urgência de diagnosticar e combater as causas da criminalidade. Não podemos ficar acomodados à espera da próxima tragédia, que acontece com requintes de crueldade sem precedentes.

Devemos parar de pensar o problema apenas com o coração, no calor dos acontecimentos. Sei que a brutalidade no campo e nas grandes cidades causa revolta e indignação em nós, seres humanos, que prezamos por uma vida pacífica em sociedade. Mas os responsáveis pela gestão da coisa pública têm de encontrar na repulsa a esses atos terríveis a motivação para identificar as razões da crise de insegurança. Precisamos pensar o problema com a cabeça, com pesquisa, com ciência, para que possamos enfrentá-lo de forma adequada e evitar o acontecimento de novas desgraças.

Por isso, em boa hora, felicito o Senador Arthur Virgílio por ter ressaltado a importância da Subcomissão de Segurança Pública no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, hoje permanente, porque permanente deve ser a vigilância

do Congresso Nacional e do Senado Federal, especialmente em relação ao tema da segurança pública.

Somos o foro adequado para discutir o assunto com propriedade, convocando especialistas, pessoas ligadas à questão da segurança pública, ligadas aos mais variados segmentos sociais, e assim propormos soluções adequadas para enfrentar o problema.

O debate não é apenas tarefa do Poder Legislativo, mas de todos os Poderes e de todos os níveis de Governo. Por mais bárbaro e cruel que seja um crime, devemos ter em mente que ele faz parte de um cenário de violência que tem seus ingredientes específicos. Devemos identificar suas características, que variam de região para região, de cidade para cidade, de bairro para bairro, de situação para situação. Há crimes que se combatem principalmente evitando-se a impunidade, e há outros que se enfrentam com ações sociais, para dar opções àqueles que estão sendo seduzidos pela pretensão fácil da ilegalidade.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, a questão da criminalidade é mais complexa do que imaginam o ódio e a revolta. Temos a frustração de experiências anteriores em tornarmos medidas para atacar esse câncer social que não produziram os resultados esperados. Um exemplo foi a entrada em vigor da Lei dos Crimes Hediondos, discutida e aprovada há 17 anos nesta Casa, naquela época também motivada por uma seqüência de crimes bárbaros. Balanço produzido pela Organização das Nações Unidas mostra que, desde a entrada em vigor da lei, em 1990, o efeito da criminalidade não foi o que se esperava.

Durante a década de 90, a prática dos crimes que passaram a ser considerados hediondos pela lei só cresceu nos grandes centros urbanos, a despeito do recrudescimento da pena. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, o número de homicídios aumentou 51% de 1990 a 2002, chegando a 3.478 mortes. No Rio de Janeiro, no mesmo ano de 2002, houve 477 estupros – considerando apenas os oficialmente registrados pela Segurança Pública do Estado, diga-se –, um aumento de 38%. Desde o primeiro ano da Lei dos Crimes Hediondos, Sr. Presidente, de modo geral, o mesmo ocorreu com latrocínio, seqüestro, tráfico de drogas e atentado violento ao pudor.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Consulto V. Ex^a, porque é uma breve comunicação, qual o tempo que V. Ex^a necessita para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

De modo geral, o mesmo ocorreu com latrocínio, seqüestro, tráfico de drogas e atentado violento ao pudor, outros crimes que receberam a denominação de hediondos pela legislação.

Se a entrada em vigor da Lei de Crimes Hediondos não reduziu a violência nas ruas, fez disparar o tamanho da população carcerária, mostra o levantamento da ONU. O Estado de São Paulo, que abriga 41% de nossa população prisional, é um exemplo. Em 1990, o contingente detido nos presídios estava na razão de 80 presos para cada cem mil habitantes. Em doze anos, o número saltou para uma média de 335 presos por cem mil habitantes, o que significa cadeias superlotadas, péssimas condições de ressocialização e um caldo cultural que transformou os presídios em universidades do crime. Com esse cenário, não deveria surpreender a audaciosa atuação criminosa do PCC nas cadeias paulistas, já que a organização se sente à vontade para coordenar suas operações dentro das próprias prisões.

O levantamento da ONU é revelador ao investigar as possíveis razões pela qual a Lei de Crimes Hediondos ficou aquém do desejado. Em entrevistas com presos e sentenciados, fica evidente que, em geral, o criminoso pouco conhece a Lei. Desta forma, é inócua a tentativa de aumentar a pena. O que o criminoso sabe – e que o motiva a partir para o crime – é que será difícil ser apanhado pela polícia, mesmo em se tratando de atos criminosos qualificados. Pela experiência, ele percebe o que dizem os números: apenas 5% dos crimes registrados nas delegacias do País são efetivamente solucionados, ou seja, no Brasil, o crime compensa, ao contrário de outros países com níveis de violência inferiores ao nosso, onde, em média, 40% dos crimes são desvendados.

Esses números nos colocam diante da pergunta: de que adianta aumentar as penas de maneira indiscriminada, pura e simplesmente, se elas não serão cumpridas pela maioria dos bandidos? A adoção inócuia de medidas de combate ao crime, anunciadas como panacéia para o problema da violência, podem contribuir apenas para gerar mais descrédito em relação ao poder do Estado, mostrar a fraqueza do Poder Público na provisão de segurança para a população e estimular os criminosos a serem cada vez mais audazes.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, os números também revelam que ações de outra natureza têm tido reflexos mais pronunciados na redução da criminalidade. Muitas são de conhecimento comum e mostram que a adoção de soluções aparentemente mágicas não resolve. Vários estudos sobre o tema apontam nesta direção: medi-

das como a intensificação do policiamento preventivo, o pagamento de remuneração adequada aos policiais, o incremento do aparato investigativo, a atuação do Ministério Público e ações de apoio social às áreas de maior incidência de crimes têm apresentado benefícios mais rápidos e eficazes no combate ao crime.

É com essa perspectiva que a sociedade deve debater a segurança. Especialistas e profissionais da área de segurança têm de dar sua contribuição para um entendimento mais amplo da questão, que, repito, não será resolvida em soluções açodadas. O próprio Congresso reúne excelentes quadros da Administração Pública, muitos especialistas em segurança pública, entre assessores e parlamentares. Também somos o espaço para convidar todos os que estiverem dispostos a contribuir com informação e conhecimento para enfrentar o problema.

Profissionalismo, competência e sangue-frio para lidar com a violência é o que precisamos.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem 30 segundos.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu sei que o Presidente será tolerante. Ele tinha me dado um minuto antes, e vou usar esse minuto agora. É só para cumprimentar V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, pela importância do assunto. Veja: a Câmara dos Deputados está para votar cerca de 40 projetos na área da segurança. Nós, na CCJ, temos mais de uma dúzia para votar, e V. Ex^a alerta para a situação de falta de infra-estrutura até para botar na cadeia os bandidos. Então, V. Ex^a está de parabéns. Temos que votar os projetos, ser mais duros e prender os criminosos, mas também temos de olhar a realidade dos presídios – e aí é preciso investir em infra-estrutura. Parabéns, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Quero agradecer também ao Sr. Presidente pela tolerância ao me conceder mais tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa é que agradece o pronunciamento de V. Ex^a e convida o Senador João Pedro a preparar-se para o seu pronunciamento.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Comunico ao Plenário os próximos inscritos: eu, Senador Gilvam Borges; Senador Edison Lobão; Senadora Marisa Serrano e Senador Mão Santa.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tarde, farei um pronunciamento em defesa do bem-sucedido projeto da Zona Franca de Manaus.

Esta Casa apreciará, em breve, a Medida Provisória nº 352, em discussão na Câmara, que assegurará a continuidade da produção de conversores de sinal digital de TV. V. Ex^{as} sabem que essa iniciativa é de interesse do Amazonas, cujo modelo de desenvolvimento, fundado em 1967, tem como finalidade promover a melhora da qualidade de vida das populações da Amazônia ocidental.

Meu apelo é que a Medida Provisória nº 352 seja aprovada, pois ela traduz o zelo e o compromisso político do Governo Lula com o Pólo Industrial de Manaus (PIM), que acumula experiência e tecnologia para produzir equipamentos de tevê digital e assim contribuir com o Plano de Aceleração Econômica do País, o PAC.

Como é do conhecimento de V. Ex^{as}, o PAC tem como estratégia alavancar o crescimento da economia do País com geração de emprego e renda para a população brasileira.

Precisamos, sim, discutir amplamente a economia do País no contexto das economias local, regional, nacional e internacional. Jamais nos negaremos a debater a MP nº 352 no âmbito das considerações dos interesses regionais. Esses questionamentos são legítimos a Estados ou regiões do País e precisam ser aprofundados nesta Casa.

O que não podemos aceitar, Sr^{as} e Srs. Senadores, são políticas fiscais impositivas fora do que preconiza a Carta Magna do País, como as sobretaxas criadas pelo Governo de São Paulo para barrar os produtos do Pólo Industrial de Manaus.

Meu apelo é que possamos discutir as experiências do Parque Industrial de Manaus com elevado espírito republicano, com equilíbrio e com justeza. São Paulo deveria voltar-se para o Amazonas com um olhar mais brasileiro.

Nesta Casa, defenderei sempre que os Estados e as Regiões se relacionem por meio de um pacto federativo, de modo que cada região, cada Estado defenda a sua forma de se desenvolver, social e economicamente, no espaço de suas peculiaridades. Não é, nunca foi e nunca será proposta do Amazonas engessar economias regionais ou de Estados vizinhos.

Uma provável extensão das isenções fiscais para a produção do conversor de sinal e da tevê digital aos Estados do Sul e Sudeste não comprometeria apenas as vantagens comparativas das empresas instaladas no Pólo Industrial de Manaus; comprometeria a vida de 100 mil trabalhadores empregados diretamente nesse parque tão importante que é o parque industrial da Zona Franca, e 400 mil trabalhadores indiretos desse gigantesco complexo industrial; comprometeria, Sr. Presidente, investimentos privados e investimentos

públicos em infra-estrutura e em serviços, como os da saúde e da educação, nos Estados da Amazônia ocidental; comprometeria a arrecadação federal, uma vez que o Amazonas contribui com 63% dos tributos obtidos pela União na Região Norte, exceto o Estado do Tocantins.

A garantia da produção de tevê digital e dos conversores no Amazonas, que esta Casa avaliará em breve, assegura também a conservação da floresta amazônica e, consequentemente, a vida do próprio planeta, que está ameaçado pelo aquecimento global.

Vejam V. Ex^{as}s a importância do parque industrial no que diz respeito a essa discussão, em termos internacionais, acerca de preservarmos aquela imensa região.

A aprovação da Medida Provisória nº 352, portanto, é importantíssima para todos nós. Por isso, peço a atenção de V. Ex^{as}s no tratamento dessa matéria, que logo chegará a esta Casa.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, o grande desafio atual da economia global é conciliar desenvolvimento social e conservação ambiental. A Zona Franca de Manaus é, sem nenhum exagero, um dos modelos de desenvolvimento sustentável de maior sucesso no mundo. Nos últimos quatro anos, o seu faturamento aumentou em mais de 87%. No ano passado, o Pólo Industrial de Manaus faturou quase US\$23 bilhões. Também entre 2002 e 2006, as exportações cresceram mais de 43%. Ainda nesse item, entre 2003 e 2006, o crescimento foi de 60%, ou seja, um faturamento de US\$1,7 bilhão com vendas para o exterior.

Muitos acusam a Zona Franca de Manaus – seja por ignorância, seja por má-fé – de ser mera importadora de componentes, mas a grande verdade é que, de fato, o pólo industrial de Manaus, além de comprar 52% dos seus insumos no mercado doméstico, ainda vende, Sr. Presidente, produtos de alto valor agregado para países de referência em desenvolvimento tecnológico, como, por exemplo, os Estados Unidos, seu principal comprador internacional. Também fornece produtos com tecnologia de ponta para os vizinhos latino-americanos, com destaque para Venezuela, Argentina e Colômbia.

Alguns itens dos produtos feitos no pólo industrial de Manaus, Sr. Presidente, chegam a ter acima de 90% de nacionalização.

O dado mais significativo da economia amazonense, no entanto, é que esse desempenho foi conquistado sem desmatamento. Monitoramentos via satélite atestam que 98% das florestas do Amazonas, o maior Estado do Brasil, estão conservadas.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, V. Ex^{as}s sabem que o território amazonense perfaz um total de 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Uma área magnífica!

A conservação e preservação da floresta em pé garantem serviços ambientais cujo valor econômico é incomensurável. É consenso entre os cientistas que a Amazônia já não pode ser chamada de pulmão do mundo, mas a ciência já reconhece que a região funciona como um regulador climático do planeta. Estudos recentes do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Inpa, comprovaram que, em média, cada hectare de floresta garante o seqüestro ou apreensão de cerca de uma tonelada de gás carbônico, o principal responsável pela aceleração do efeito estufa.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, percebam que defender a Zona Franca de Manaus e demais modelos de desenvolvimento sustentável significa lutar contra o aquecimento do planeta. Os incentivos para produção de conversores de sinais e da tevê digital no Pólo Industrial de Manaus não constituem os alegados percalços a outras regiões do país. Funcionam, sim, como ferramenta eficaz contra as mudanças climáticas globais drásticas, cujos efeitos devastadores sobre a vida na Terra já começaram a ser sentidos. Infelizmente!

É verdade que, no âmbito da contrapartida social, não faltarão questionamentos a respeito de um melhor aperfeiçoamento do modelo, principalmente os relacionados à necessidade de ampliação da interiorização da indústria e de seus benefícios. Mas o Governo Lula vem intensificando os esforços nesse sentido. Um exemplo desse empenho é o da criação e consolidação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, o CBA, com sede em Manaus. Ao mesmo tempo, a Suframa, o Governo do Amazonas e as empresas estimulam a formação de capital intelectual, seja por meio de instituições próprias, seja por intermédio de parcerias multinacionais e, mais recentemente, com a cooperação de institutos tecnológicos europeus.

Esse esforço sinérgico é uma prova, também, de que Governo e sociedade estão interessados, sim, na proteção da floresta amazônica. Mas isso não significa, jamais, deixá-la numa redoma, intocável. Entendemos que é por meio da junção de saberes, da união do conhecimento científico à experiência dos homens e mulheres que habitam a Amazônia que poderemos usá-la de forma racional, inteligente. A Zona Franca tem papel importante nesse processo de manejo dos recursos naturais da região em favor das populações amazônicas.

Portanto, Sr. Presidente, é notável que a Zona Franca de Manaus destaca-se como um modelo pioneiro de desenvolvimento sustentável porque traz benefícios para o mundo inteiro, mas não ignora as ne-

cessidades dos amazônicas. Ao contrário, ele preserva a floresta para o Brasil, para os brasileiros, para todo o planeta, mas cumpre esse papel principalmente a partir das possibilidades de melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região. Foi esse modelo bem-sucedido que tirou o Amazonas do marasmo econômico e social ao qual estava condenado após a falência da economia extrativista baseada na borracha. Além disso, a Zona Franca de Manaus promoveu uma maior presença do Estado nacional na região, por meio de serviços e investimentos em infra-estrutura. Hoje, o Amazonas pode orgulhar-se de ser um centro de excelência no desenvolvimento de tecnologias de ponta no setor da informática.

A ciência nos diz que temos hoje, sob o domínio das populações da Amazônia e da sociedade brasileira, um modelo de desenvolvimento econômico que, somado às experiências inovadoras e bem-sucedidas que se realizam em outros Estados da região, é vital para o equilíbrio ecológico do planeta. Não podemos, portanto, permitir que esse modelo seja negativamente afetado.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador João Pedro?

O JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pois não, Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a está de parabéns com esse pronunciamento, porque menciona a Zona Franca de Manaus, o modelo da Zona Franca de Manaus, o pólo industrial da Zona Franca de Manaus como um ponto que está evitando o desmatamento da Amazônia. Concordo plenamente com isso. O Amazonas, que tem hoje quase 1/3 do território nacional, possui apenas 2% desmatados, sobre Presidente Gilvam Borges. V. Ex^a é também da Amazônia ocidental, do Estado do Amapá. E é por isso que defendo – juntamente com o Presidente José Sarney, que é Senador pelo Amapá, e com outros Senadores da Amazônia – um modelo talvez não igual, porque é muito difícil se aprovarem novos pólos como o Pólo Industrial de Manaus como zona franca, mas as Zonas de Processamento de Exportação nas capitais dos Estados da Amazônia ocidental e de outros Estados brasileiros que sejam carentes também, como Porto Velho, que é a capital do Estado de Rondônia; Rio Branco, que é a capital do Estado Acre; Boa Vista, capital do Estado de Roraima; e Macapá, a capital do Estado do Amapá. Seria um modelo semelhante ao Pólo Industrial de Manaus, mas voltado apenas à exportação. Nesse caso, teríamos a certeza de que o fluxo migratório de outras regiões do País ou mesmo a migração interna dentro dos Estados não iria para a zona rural aumentar o desmatamento e, sim, se con-

centrariam na geração de empregos nas principais cidades desses Estados, favorecendo com o equilíbrio ambiental de que o planeta hoje tanto precisa. Então, V. Ex^a está de parabéns por esse pronunciamento, está acertadamente falando de uma coisa muito interessante. Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, um minuto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Só para cumprimentar V. Ex^a. As Zonas de Exportação, pelo menos no Rio Grande do Sul, no porto de Rio Grande, na cidade de Rio Grande, já estão com toda a estrutura, semelhante ao que falou o Senador Valdir Raupp, e o parecer do Senador Tasso Jereissati é totalmente favorável. Eu apenas citei um dos casos, mas quero cumprimentar V. Ex^a que está fazendo com brilhantismo a defesa da realidade da nossa querida Amazônia. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

O meu apelo, que é o apelo do povo do meu Estado, um profundo sentimento do povo do Amazonas e dos Estados irmãos da Amazônia ocidental, é que esta Casa analise a Medida Provisória nº 352 com o espírito republicano que lhe é peculiar, a fim de que o Pólo Industrial de Manaus seja compreendido como uma solução e não como um problema para o Brasil.

Meu pronunciamento retrata a importância e a necessidade de olharmos os interesses regionais e trabalharmos um pacto federativo no sentido de promovermos o desenvolvimento, a geração de renda, a melhora da qualidade de vida. Temos o maior interesse em discutir.

Quero registrar, porque é o sentimento do povo do Amazonas, principalmente dos trabalhadores da Zona Franca, que precisamos construir esse pacto sem causar desemprego, sem causar nenhum pânico, sem causar nenhum retrocesso das conquistas avançadas e significativas que a Zona Franca trouxe ao longo dos anos.

Encerro este pronunciamento, alertando nossas Senadoras e nossos Senadores, porque a medida provisória está chegando a esta Casa, e é o momento de travarmos esse debate, mas, acima de tudo, de aprovarmos a medida provisória e entendermos que a Zona Franca de Manaus é um bem do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Cumprimentamos o Senador João Pedro pelo seu pronunciamento, como sempre tranquilo, equilibrado, e, com brilhantismo, defendendo a situação do nosso querido Amazonas, sem prejuízo de um debate maior sobre as zonas de exportação.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, que dispõe de 20 minutos, com tolerância desta Presidência quando for necessário.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Meus queridos Senadores, homens e mulheres que formam esta augusta Casa, venho a esta tribuna nesta tarde desta segunda-feira para comentar um assunto que já é banal, já é motivo de discursos feitos por vários colegas. Mas, “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”.

Providências, Sr. Presidente, já existem; providências legislativas já foram apresentadas nesta Casa e na Casa vizinha, a Câmara dos Deputados, que formam o Congresso Nacional. Lamentavelmente, a questão não se trata somente da ação legislativa, de projetos apresentados para fazer as normas, as regras e gerar a disciplina necessária a matérias aqui debatidas e transformadas em projeto de lei. Acontece em Brasília, acontece em Macapá e está acontecendo no Brasil todo. No Distrito Federal, a coisa está tão feia que o jornal *Correio Braziliense* dedicou ao assunto a principal manchete da edição de domingo. A nova modalidade criminosa é o “golpe do celular”. O bandido liga, muitas vezes a cobrar, para o celular da vítima e diz que está em poder da mulher, do filho ou da filha dele. A vítima, em pânico, o ajuda no serviço dando o nome dos familiares. Vou relatar mais ou menos como fazem. Bandido: –“Estamos aqui com a sua esposa.” Vítima: –“Tânia está aí? Está bem? Posso falar com ela?”

Os especialistas em comportamento humano explicam que, em pânico e sob forte choque psicológico, o “extorquido” tende a, literalmente, “entregar o ouro ao bandido”, declinando nome e outras características de seus familiares. É tudo o que os meliantes querem.

Para piorar, desesperados diante da possibilidade de perder o ente querido, muitos correm ao caixa eletrônico e depositam, no ato, o valor exigido pelo bandido.

Os jornais, Sr. Presidente, já fizeram matérias a respeito; a Polícia já deu dicas de sobrevivência, mas os brasileiros continuam caindo no golpe do celular. A verdade é que poucos conseguem manter o sangue frio e negociar com o bandido. Assustado, o homem de bem tende a concordar com qualquer exigência da

bandidagem a fim de salvaguardar a integridade de seus filhos ou companheiros.

As ligações, Sr. Presidente, em sua maioria, são feitas de cadeias paulistas e cariocas. E o crime vem tomando proporções tão grandes que hoje todos conhecem uma vítima desse golpe para apontar.

Lá no meu querido Estado, portal da Amazônia, onde começa o Brasil, há muitas vítimas.

Vejo com extrema preocupação – e nem poderia ser diferente – a banalização da violência. Segurança, afinal, é dever do Estado, e não podemos achar natural que, na capital da República, ocorra uma tentativa desse tipo de crime a cada 17 horas.

Apresentei a esta Casa o PLS nº 148/2007, permitindo que as empresas tenham 100% de abatimento de impostos sobre o que investirem com a remuneração e formação de mão-de-obra prisional, ou o que for investido no sistema.

Já disse aqui e agora repito – conforme ensinava minha avó: “cabeça vazia é oficina do diabo”. Enquanto o Governo não patrocinar medidas que visem à ressocialização do preso, as cadeias continuarão sendo faculdades do crime.

Em matéria à página 17 da edição de hoje, o *Correio Braziliense* conta que uma moradora do Guará passou 6 horas de terror, acreditando que a filha de 16 anos havia sido seqüestrada por bandidos. Ela sentiu medo, desespero, angústia, e fez tudo o que a voz do outro lado da linha mandou.

A administradora de 45 anos não duvidou do suposto rapto, porque os golpistas usaram um recurso novo para convencê-la: ligaram a cobrar no celular e logo depois ligaram para a residência dela. Assim, conseguiram que a mulher fizesse duas transferências bancárias na mesma manhã, uma de R\$10 mil e outra de R\$20 mil. Tudo enquanto a filha, na escola, que fica a duas quadras da casa da família, estudava tranquilamente. Era tudo mentira. Mas a vítima precisou pagar para ver; e o pagamento custou R\$30 mil, Sr. Presidente. Isto sem falar no trauma psicológico. Afinal, não bastasse o prejuízo de R\$30 mil, quem haverá de pagar a essa mãe os estragos causados pelo desespero?

Sr. Presidente, é lamentável, é triste e é motivo de indignação: enquanto todos nós nos esforçamos na tribuna, o Senador Mão Santa cochila, esperando sua vez de falar. Senador, V. Ex^a não pode minimizar o impacto deste pronunciamento.

É lamentável que projetos de lei nesta Casa e na Câmara dos Deputados, inúmeras proposições apresentadas ainda não tenham solução. A coisa caminha lentamente pela questão da burocracia. Aí vem uma lei proibindo o uso de celular. Aí vem uma lei proibindo

vestimentas que tenham bolsos ou qualquer condição para guardar ferramenta. Aí vêm leis obrigando que as companhias telefônicas bloqueiem toda a área onde estão os maiores comandos da violência nas ruas perante a comunidade. São das cadeias e dos presídios hoje, Sr. Presidente – todos nós sabemos disso –, que se origina o comando efetivo. Não é só o golpe do 171 por telefone. São as ordens que saem do presídio, de uma organização, de uma rede, daqueles que estão liberados e que participam de uma corrente à qual os presos, ex-presos no futuro, estão amarrados. Ou cumprem as determinações quando de lá saírem, ou estão fadados à morte – ele, seus vizinhos, amigos ou familiares.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero fazer um apelo ao Tarso Genro, Ministro da Justiça, homem forte e inteligente que, além da experiência política, tem uma larga experiência administrativa. Não vamos esperar mais para que todos esses projetos sejam aprovados. Vamos fazer um estudo imediatamente, fazer um entendimento das leis aqui apresentadas que possam, definitivamente, estar no pacote de interesses a ser colocado em pauta tanto no Senado como na Câmara.

Tenho certeza de que o Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, não vão se recusar a dar prioridade ao pacote de segurança pública. Poderemos votar; mas, antes disso, vamos bloquear, sim, o acesso interno e externo à comunicação com as penitenciárias por meio de celulares; basta chamar as operadoras.

No meu projeto, já há benefícios assegurados não só para absorver a mão-de-obra do presidiário e reinseri-lo na vida da comunidade, como também para fazer qualquer investimento na área de segurança. É inadmissível que não tenhamos condições de bloquear a comunicação dentro das penitenciárias, com a tecnologia existente, ou proibi-la definitivamente. Não conseguimos, com os agentes penitenciários, com todo o nosso efetivo de segurança, proibir a entrada de celulares.

Então, nós temos de utilizar o quê? A tecnologia. A tecnologia hoje está disponível e é possível utilizá-la. É preciso apenas que um homem o faça. Não é o Presidente Lula; é o Ministro da Justiça, Tarso Genro. S. Ex^a tem de deixar o Palácio da Justiça, descer até o Congresso Nacional – é só atravessar a rua – e reunir-se com os Presidentes das duas Casas, já com estudo pronto, porque há especialistas que estudam isso há anos. Há estudos, há projetos de lei, há tudo. O que está faltando é uma liderança eficaz, que possa aglutinar, somar os esforços de todos os que estão envolvidos no assunto de segurança pública. Se não

temos o efetivo e a qualificação necessária para proibir a entrada de celulares no presídio, então, vamos tomar as providências com a tecnologia de que dispomos.

Acredito que a força de vontade precisa somar-se à decisão política de se montar uma estratégia. Só falta juntar, Sr. Presidente. Só falta juntar. O que está faltando? Está faltando disposição, compromisso, coragem. Penso que o Presidente Lula poderia dar o seu apoio como o maestro maior, como o líder maior desta Nação, do Poder Executivo, e determinar isso a Tarso Genro. Porque nós já vimos também nesta Casa o ex-Presidente Fernando Henrique lançar um pacote de medidas para a área de segurança pública: contratações de policiais, equipamentos, abertura de concursos, ações dentro do Poder Legislativo, todos os procedimentos.

Acredito muito que podemos fazer muito mais que o que estamos fazendo. Muitas vezes, o Parlamento fica no parlar, que é uma de suas funções. O Parlamento, além de discutir temas e problemas e de ter a prerrogativa constitucional da apresentação de projetos de lei, tem o dever e a obrigação de estar na discussão. É por isso que existe uma tribuna. É por isso que aqui estamos, dia e noite, discutindo os vários temas que afligem a sociedade, como é o caso da segurança pública. Agora, que isso cansa, cansa!

Há Parlamentares que têm o perfil de executivo; há Parlamentares que, muitas vezes, sentem-se clamando no deserto. Parece que, apesar das palavras e da conjunção de temas e de verbos que se transforma em parágrafos, seguindo, assim, na dissertação de um bom texto ou na dissertação de um bom discurso, não há um **feedback**, não há um retorno. Parece que todos ficaram ou surdos ou imobilizados ou descrentes ou desmotivados.

Parece-me que, quando o Presidente fala em cadeia nacional e anuncia medidas para conseguir controlar um colapso do sistema aéreo, um colapso de controladores de vôo, a Nação duvida.

É uma coisa tão simples que nos envergonhamos. Somos uma Nação com gente tão inteligente, um País com gente tão qualificada, e levamos seis meses discursando sobre o apagão aéreo! Agora, há a crise da Polícia Federal e das corporações de segurança, as entidades de segurança pública deste País, como Polícia Militar, Polícia Civil e por aí afora.

Sr. Presidente, isso chateia, deixa o homem impotente e, de certa forma, deixa-nos num estado letárgico introspectivo. Assistimos nesta Casa, neste plenário, a tantas inteligências discursando sobre os mais variados temas, mas parece que as coisas não andam. Nós clamamos no deserto.

Sabemos que esta Casa tem a função estratégica de dar equilíbrio à República, com a representação de três Senadores por cada unidade da Federação. Sabemos que a função desta Casa é homologar ou não nomes de Presidentes do Banco Central ou de Embaixadores, entre outras funções estratégicas da República.

Sabemos que podemos fazer muito.

Aqui, nesta Casa, Sr. Presidente, 90% do quadro são homens de moral, homens e mulheres com experiências administrativas, homens e mulheres que já foram Prefeitos, Governadores, Ministros, Deputados. A idade mínima para se chegar a esta augusta Casa, Sr. Presidente, segundo a Constituição, é de 36 anos. O Senado tem o dever e a obrigação de nortear, de dar rumo a este País. E o Presidente Renan Calheiros tem uma responsabilidade gigantesca; o Presidente Renan precisa, com urgência, convocar o Presidente da República e seus Ministros, seguindo uma agenda planejada, uma vez por semana, em discussão fechada com o Senado Federal, para que possamos alinhar as necessidades.

O que é preciso na área legislativa? O que nós temos? Já temos projetos inúmeros tanto aqui no Senado, como na Câmara. O que é preciso para que tomemos iniciativas administrativas? Elencar essas iniciativas administrativas. Aí podemos fazer uma revolução.

A verdade é que estamos numa situação de impotência; impotência moral, impotência administrativa, impotência congressual e legislativa, impotência letárgica de um País que tem riquezas mil e uma bandeira bonita que tremula na Esplanada dos Ministérios, que sempre vemos.

Temos grande paixão por essas terras e por nosso País, mas, lamentavelmente, o cidadão que vive na comunidade não tem segurança. Ninguém mais tem segurança. Nós não acreditamos na saúde, na segurança e estamos vendo a falência da educação. Eu, pelo menos, Sr. Presidente, sou contra o discurso de fatalidade, o discurso apocalíptico, o discurso do desastre. Eu sou um homem de formação muito positiva. Acredito nas coisas, no meu País, no Congresso Nacional.

O SR. ADELMEIR SANTANA (PFL – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Em breve, darei o aparte a V. Ex^a.

Acredito que é uma questão de querer, porque quem quer pode e quem pode faz. Acredito no Presidente e creio que todos nós, juntos, podemos fazer uma grande revolução neste País. É só marcar o rumo, juntar as coisas e caminhar. Por isso, chamo Tarso Genro, Ministro da Justiça, para que focalize essa área a fim

de que as medidas necessárias possam ser tomadas definitivamente.

Ouço V. Ex^a com prazer, Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (PFL – DF) – Senador Gilvam Borges, ouvi atentamente o discurso de V. Ex^a, todo baseado em informações veiculadas pela imprensa do Distrito Federal, mais especificamente o **Correio Braziliense**. Mas uma passagem do seu discurso me chamou a atenção: aquela em que V. Ex^a diz que é possível solucionar tudo isso se nós, efetivamente, fizermos uma revolução, a revolução pela educação. É claro que temos uma dívida imensa para com a nossa Nação no que diz respeito à questão educacional. É preciso que todos nós estejamos engajados no processo da educação brasileira. Dizer que, se todos nós estivermos educados adequadamente, não haverá criminalidade seria também uma utopia. Mas necessário se torna que o problema da educação seja abraçado por todos nós, objetivando dotarmos nossa população do mínimo, do desejável: que todos tenham educação de qualidade, educação em tempo integral e pelo menos oito anos de escola. Assim, teríamos compreensão, saberíamos dissertar, decantar a necessidade de uma boa convivência humana, social, familiar e teríamos entendimento para efetivamente obter a redução do processo de criminalidade no País. Parabenizo V. Ex^a pelo discurso e associo-me às suas palavras na necessidade de todos nos engajarmos nesse processo. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e solicito ao Presidente mais cinco minutos para concluir. Se puder me dar dez minutos, ficarei satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Concedo a V. Ex^a os cinco minutos que V. Ex^a solicitou.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, a Colômbia, um desastre: 150 seqüestros por dia. Nova Iorque, um desastre: ninguém tinha segurança. Então, trabalhou-se um plano macro. O Programa Tolerância Zero foi efetivado e funcionou muito bem. Hoje, Nova Iorque é uma das cidades mais seguras do mundo. Só não se mostrou segura contra o nosso querido Bin Laden, que ninguém sabe por onde anda.

Sr. Presidente, a máfia e as organizações criminosas tomavam conta da Itália há milênios. Havia uma cultura estabelecida. A Operação Mão Limpas, então, trouxe o grande magistrado Giovanni. E o Estado mobilizou-se em um plano para que as coisas pudesse ser feitas de acordo com a lei. A Itália, hoje, é um dos Países mais seguros do mundo e todas as outras aldeias podem fazer negócios com aquele País.

Sr. Presidente, congratulo-me com a Polícia Federal e lamento profundamente que não tenha sido reservado o Maracanãzinho. A operação não deveria ser somente focalizada no jogo do bicho. Essa operação deveria ser mais ampla. Mas já é um bom passo. Para uma grande caminhada é necessário um passo e isso vemos com os olhos.

Precisamos resgatar a credibilidade perdida, e esta Nação precisa evoluir. O problema da corrupção "mata" 50% da nossa economia.

Acredito que somos homens sérios. Este Senado é composto de homens sérios. O Judiciário tem muitos homens sérios, assim como as Assembléias e as Câmaras mirins, no Poder Executivo. Precisamos somente implantar a cultura, a lei, a disciplina, e não haverá quem segure este País.

Poderíamos estar à frente da China, dos Países asiáticos, mas ainda estamos mergulhados nesse problema. Mas vamos vencer. Acho que a educação é a base fundamental.

Vamos, para concluir, Sr. Presidente, anunciar o que é mais importante, além dos temas que são debatidos nesta Casa.

Atenção Prefeitura Municipal de Macapá e Câmara de Vereadores. Dinheiro na conta 59676 da Agência 3575. Ordem Bancária nº 2007OB900745. Total do dinheiro: R\$50 mil. Objeto: manutenção da Casa Abrigo Marluz Araújo.

Atenção, Prefeitura Municipal de Itaubal. Ordem Bancária nº 2007OB03996. Emitente: Fundo Nacional de Saúde. Atenção, Vereadores, fiscalizar é o seu papel! Banco do Brasil, Agência nº 3575, conta nº 57908. Valor: R\$34 mil. Objeto: melhorias sanitárias domiciliares.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Já estou encerrando, Sr. Presidente. Faltam 50 segundos.

Prefeitura Municipal de Santana. Ordem Bancária nº 2007OB903993. Emitente: Fundação Nacional de Saúde. Valor liberado: R\$108 mil. Dinheiro já liberado. Objeto: melhorias sanitárias domiciliares.

Sr. Presidente, para encerrar, temos mais R\$270 mil para o Município de Santana, para drenagem e manejo ambiental para o controle da malária, da Fundação Nacional de Saúde.

Quero dizer que, além de grandes temas e apresentação de projetos, uma das funções dos Parlamentares é correr atrás de recursos, para que as obras possam ocorrer e as melhorias também.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14. Fui citado pelo orador.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Tem V. Ex^a a palavra, pelo art. 14.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, permaneço na tribuna, e S. Ex^a vai se referir a mim novamente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, não. Senador Gilvam Borges, fiquei atento durante todo o período, como o Brasil, ouvindo V. Ex^a. V. Ex^a tem, sem dúvida alguma, ninguém pode negar – o Amapá e o Brasil conhecem –, uma grande atuação na comunicação. V. Ex^a é empresário vitorioso em sistema de televisão e rádio, não sei se em jornal, até avançando na cultura, como autor de telenovela. Porém, não tendo a televisão que V. Ex^a tem, o sistema de comunicação, sou professor de biologia e de fisiologia e quero ensinar a V. Ex^a o que é audição. V. Ex^a disse que eu estava cochilando. Sou professor de biologia e de fisiologia...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Srs. Senadores, a Presidência vai conceder mais cinco minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Pensei que fosse tratar do assunto...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero dizer que, segundo...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Aristóteles.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não. Segundo os meus professores que entendiam de audição, os psicólogos, os fisiologistas, a audição é um fenômeno complexo, até filosófico. Antoine de Saint-Exupéry disse: "só se vê bem com o coração. O essencial é invisível para os olhos", dando a complexidade. Mas ouvimos com os ouvidos. O povo diz, psicologicamente, que é com a mente, com o coração, mas o coração serve só para bombear sangue – sou professor de fisiologia. Então, estou totalmente atento.

E quero dar uma contribuição ao nosso Presidente da República, como faz V. Ex^a. Estamos preocupados com a segurança. Quis Deus que, neste instante, eu tenha recebido de um Vereador de Teresina, do PT – um rapaz muito bom, Jacinto Teles –, documento que diz que o Governo camufla os resultados. E ele prova, Município por Município – e não vou cansá-lo com esses dados –, que, no Piauí, o número de homicídios é muito maior, e está aqui a prova, mas o tempo não me permite enumerá-la. Então, a violência está igual àquela que Cícero diz: violência atrai violência, e V. Ex^a denuncia e adverte. Resumindo tudo: Norberto Bobbio, um Senador da Itália, vitalício, convidado – morreu recentemente –, diz, em seu livro *Teoria Geral da Política* – o mais acreditado –, que o mínimo que se tem de exigir de um Governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Então, eu estava atento

e, sem dúvida alguma, quero dar a contribuição que Ralph Waldo Emerson...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Emerson Fittipaldi?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, o filósofo americano. Mas já que V. Ex^a falou em positivismo, que é uma filosofia de Auguste Comte, filosofia que colocou na bandeira “Ordem e Progresso”... Mas ele disse: “toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto (...). E para explicar a audição, pois sou professor de Biologia e Fisiologia, digo que eu estava bastante atento e que aprendi muito com o pronunciamento de V. Ex^a. É uma grande contribuição ao Governo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Para encerrar, quero dizer, Senador Mão Santa, que, realmente, eu não disse que V. Ex^a estava dormindo. V. Ex^a estava cochilando. O cochilo é um transe em que não se sabe se está acordado ou dormindo; está no caminho. E, vendo V. Ex^a com os olhos fechados, eu me lembro do jabuti na fumaça. V. Ex^a sabe que é uma pessoa querida, e falo isso justamente para dar mais ânimo. Realmente, V. Ex^a não dorme. V. Ex^a, às vezes, cochila.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Mesa entende que a fala do Senador Mão Santa foi um aparte ao pronunciamento do Senador Gilvam Borges.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Mesa inscreve V. Ex^a após o pronunciamento da Senadora Marisa Serrano, seguindo as normas regimentais.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – É para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente. Serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex^a está inscrito. Consulto a Senadora Marisa Serrano.

Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a cede a vez ao Senador Adelmir Santana? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço à Senadora Marisa Serrano.

Sr. Presidente, trata-se de comunicação inadiável.

Hoje, pela manhã, o Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal, anunciou um Plano de Investimento em Obras do DF para o exercício de 2007. Reuniu secretários, administradores, os principais auxiliares, colaboradores, parte da Bancada no Congresso – Deputados Federais e Senadores –, e explicou que os três primeiros meses de seu Governo foram doloridos e com grandes sacrifícios, com muitas demissões – 11 mil servidores não-concursados; 17 mil servidores em cargo em comissão, voltando apenas cinco mil desses 17 mil servidores.

Naquela oportunidade, disse-nos que seria muito mais fácil se ele tivesse assumido, por exemplo, o empreguismo, mas que a posição política de seu Governo foi optar pelo caminho mais difícil: o da responsabilidade governamental ou de atender às questões da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Naquela ocasião, Sr. Presidente, com base em informações concretas, o Governador mostrou que, nos primeiros três meses deste ano, comparado com o mesmo trimestre do ano passado, o GDF gastou R\$752 milhões. Neste trimestre, foram apenas R\$356 milhões em despesas correntes. Isso proporcionou, Sr. Presidente, uma economia da ordem de R\$396 milhões nos primeiros três meses de Governo.

Exatamente com base nessa economia, o Governo anuncia uma série de obras de interesse da população. Não são obras novas. Grande parte foi iniciada no governo passado e estão inacabadas. É o caso do Centro de Convenções, do Estádio Bezerrão, no Gama, do Hospital de Santa Maria e tantas outras.

Esta é a prioridade: acabar as obras iniciadas em governos anteriores.

Outra grande prioridade anunciada esta manhã foi na área da educação: construção de 12 novas escolas, acabando definitivamente com as escolas de latas e madeirite que, infelizmente, ainda existem no Distrito Federal. Foi anunciada também, Sr. Presidente, a construção das seis primeiras vilas olímpicas, bem como dos 100 primeiros postos policiais.

O que me chamou a atenção também no encontro desta manhã foi a capacidade de o Sr. Governador equacionar a questão das dívidas existentes. O Governador fez um trabalho de grande negociador, procurando priorizar as pequenas dívidas, fazendo um escalonamento de acordo com o tamanho dessas dívidas. Mas o mais significativo disso tudo foi conseguir junto

aos credores, nesse processo de negociação, descontos que variam de 10% a 30%, além do parcelamento dessas dívidas de 60 dias até 180 dias.

Portanto, desta tribuna, parabenizo a ação do Governo no caminho que apresenta para a solução dos problemas existentes no Governo do Distrito Federal.

Essa é a minha comunicação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM)
– Obrigado, Senador Adelmir Santana.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, do PSDB de Mato Grosso do Sul.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, até meados deste ano, o atual Governo – pelo menos foi o que ouvimos de alguns de seus membros e lemos em publicações da imprensa – irá enfrentar, a meu ver, o seu maior desafio até aqui, enviando ao Congresso Nacional uma proposta de reforma do sistema tributário brasileiro.

Sem dúvida alguma, essa é uma tarefa que não pode mais ser adiada, pois se constitui na questão número um da Federação brasileira, ou seja, a repartição da divisão do bolo constituído pela receitas do Tesouro Nacional e dos papéis dos entes federativos, representados pela União, Estados e Municípios.

Falar de bolo tributário e do papel que a União, os Estados e os Municípios devem gerir nesta questão é fundamental para o País.

É inegável, portanto, que esse é o ponto crucial da agenda política do País, pois diz respeito aos mais altos interesses do povo brasileiro e, não seria exagero afirmar, indispensável para a recomposição do combalido arcabouço da nossa Federação, na qual estão fincados os pilares de nossa Nação.

Trata-se, portanto, de definir as bases para a gestão compartilhada e mais equilibrada do nosso País, que só poderá ser equacionada com o enfrentamento dos grandes problemas do Brasil, do perfil do nosso desenvolvimento e das nossas questões sociais que estão a requerer maior autonomia do poder local, ou seja, da ótica dos Estados e dos Municípios.

Do sucesso ou naufrágio dessa nova tentativa de construir um novo pacto federativo dependerá o avanço e a melhora das condições gerais em nosso País, com a retomada do desenvolvimento econômico e a redução das nossas desigualdades, que têm sido a chaga dos nossos desequilíbrios internos.

De fato, o funcionamento do atual sistema tributário nacional tem levado o País a perder investimen-

tos externos, inibindo a expansão do setor privado e a dinamização da nossa economia.

Empresas estrangeiras e mesmo nacionais têm deixado de investir em nosso território em razão da insegurança jurídica criada pela guerra fiscal, travada entre os Estados por meio da concessão de benefícios do ICMS para atrair ou ampliar empreendimentos.

E V. Ex^a mesmo, Sr. Presidente, acabou de aqui discutir a questão da Zona Franca. Sabemos o quanto importante é fazer com que nosso País diminua as desigualdades regionais, fazendo com que todas as Regiões brasileiras tenham direito a um crescimento e ao desenvolvimento.

Portanto, a experiência dos últimos anos tem demonstrado que essa é uma batalha sem vencedores. Os incentivos fiscais se anulam, agravam as condições de concorrência, e a consequência é o desmantelamento do nosso próprio mercado interno, pois ensejam contestações que vão parar na Justiça, com os Estados tentando anular os incentivos concedidos aos outros Estados.

O que se vê é que não se trata mais de competição de empresas contra empresas, de Estados contra Estados, e, sim, de Regiões contra Regiões. Resultado: o Brasil empacou!

E que fazer para sair desse impasse? É necessária uma verdadeira engenharia política. Aqui, no Senado Federal, que é a Casa da Federação brasileira, meu Partido vai participar, passo a passo, desse processo e estará à frente de um fórum específico para discutir e propor sugestões para essa questão.

Foi criada a Subcomissão de Reforma Tributária, que acaba de ser entregue ao competente Presidente do meu partido, o Senador Tasso Jereissati, reconhecidamente uma liderança política com histórico conhecido de empreendedor vitorioso.

A trilha a ser percorrida para alcançar um entendimento nacional em torno da reforma tributária tem aspectos preliminares visíveis. Existe atualmente no País um amadurecimento entre os agentes ou entes envolvidos quanto ao fato de que é chegada a hora de efetivar esse pacto, ou seja, que não é possível insistir em uma situação na qual todos estão perdendo.

Ao mesmo tempo, entende-se hoje que é preciso agregar benefícios nas escalas regionais e locais, situação que impõe, sem mais demora, a definição de uma política de desenvolvimento regional para o País.

Num mundo globalizado, competitivo, em que o conhecimento e a alta tecnologia comandam o desenvolvimento, é necessário repensar as atribuições dos entes federados e daqueles que dão respostas mais imediatas e com maior eficácia às necessidades da população.

Não é crível que as Prefeituras necessitem “pedir” recursos à União para atuar em áreas que são diretamente responsáveis, assim como cabe aos Estados construir o planejamento estratégico que viabilize o desenvolvimento integrado dos Municípios que os formam.

Estamos num outro momento. É necessário que os Municípios tenham maior autonomia gerencial e financeira, de modo que façam as intervenções urbanas necessárias, planejem e executem as ações sociais inadiáveis, de tal maneira que o governo local, a sociedade civil e o setor privado sejam os atores efetivos das transformações que se tornam mais urgentes.

Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que, quando foi lançado o PAC, falou-se muito em desenvolvimento regional; falou-se em trabalhar agindo localmente. Só que os governadores gritaram, e os prefeitos também porque não foram ouvidos.

Eu acredito que é necessário, sim, que o governo local, a sociedade civil e o setor privado participem ativamente. Acredito que eles se sintam responsáveis por qualquer projeto de desenvolvimento deste País.

Em vista disso, é que me tenho colocado ao lado dos que defendem um novo pacto federativo, um novo desenho das relações institucionais, principalmente da divisão efetiva das receitas entre as três esferas da administração pública.

Na semana passada, todos viram, os Prefeitos brasileiros vieram a Brasília. E vieram para fazer o quê? Para propor uma divisão mais equilibrada do bolo tributário. No mesmo instante, nesta mesma época, os Governadores do Nordeste de todos os Partidos políticos – ali não tinha distinção partidária – reuniram-se em João Pessoa. Eles foram lá com o mesmo propósito dos Prefeitos. Os Governadores do Nordeste se reuniram com o propósito de discutir os incentivos fiscais e pedir a ampliação da discussão sobre a reforma tributária, para diminuir justamente as desigualdades regionais.

É unânime o entendimento de que a integração de vastas regiões do País ao desenvolvimento só acontecerá se os recursos forem divididos sem a necessidade de barganha política e de acordos nem sempre republicanos.

Acredito que há um cenário propício para essas negociações, mesmo que não seja fácil desonerar investimentos e partilhar de maneira mais justa o que se arrecada no País. Mesmo assim temos de avançar.

A nossa moeda está estável, a inflação domada, a economia mundial crescendo e a estrutura macroeconômica que se consolidou nesses últimos dez anos são fatores que podem perfeitamente permitir uma nova e salutar descentralização da arrecadação

de impostos, fazendo com que Estados e Municípios se tornem protagonistas de um país menos desigual e mais justo.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos torcemos para que esse novo pacto federativo resulte num ambiente mais propício ao desenvolvimento brasileiro e que a aprovação e implementação de medidas de racionalização tributária, eliminação de distorções e desburocratização favoreçam também a ampliação dos investimentos produtivos e de ações complementares e cooperativas entre os Estados e Municípios, como, por exemplo, em obras de infra-estrutura que alcancem mais de uma unidade federativa ou mesmo regiões, formando os célebres consórcios.

Nesta Casa, desejo contribuir para ver concretizado este novo entendimento nacional para o bem do meu País e do nosso povo. E tenho certeza absoluta, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que é chegado o momento de partilharmos, junto com Municípios e Estados, uma nova estrutura federativa para este País, de mostrarmos o papel de cada um e dividirmos o bolo.

Lembro que houve uma época em que o Ministro da Fazenda dizia que primeiro era preciso fazer o bolo crescer para depois dividir. Passou essa época. Os tempos são outros. Municípios e Estados sabem que precisamos de uma reforma tributária que dê autonomia local àqueles entes que têm a obrigação de dar resposta à sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, concluo minha fala, dizendo que estou certa de que a Subcomissão da Reforma Tributária, criada na semana passada, no bojo de um apelo feito por Prefeitos e Governadores, ajudará a dar a resposta que o País espera e também tenho certeza de que a equipe econômica do Governo sabe que este é o momento. Não é possível discutir apenas a CPMF; não é possível discutir apenas a DRU. É necessário discutir, sim, uma reforma tributária possível. Ninguém espera que se faça algo que possa destruir a situação macroeconômica a que chegamos, principalmente de confiança interna e externa no País, mas que se garanta a redução dos impostos, fazendo com que o brasileiro volte a ter confiança nos entes federados e que saiba que seu dinheirinho suado, que paga os seus impostos, seja revertido em bons serviços públicos para que eles se sintam gratificados pelo seu tributo à Nação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, queremos nos congratular por V. Ex^a demonstrar mais essa coragem. Sei que imposto é complicado e é velho. Cristo, quando passou pela terra disse que era justo pagar a César. Quem está na moeda? É César? Então, dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Imposto? Tem que ter. Eu

cobrei imposto, fui Prefeito e Governador de Estado. Fiz um pronunciamento como V. Ex^a e pesquisei. Este País explora o povo, e o povo tem que acordar: são 76 impostos, já fiz um pronunciamento e sei. São 76 impostos que o povo brasileiro paga. Cada brasileiro que trabalha durante 12 meses, paga 5 meses de impostos e um de juros bancários. De 12 meses, 6 meses são para o Governo, que não corresponde e não retorna em segurança, em educação – com que V. Ex^a tão bem sonha – e saúde, com que eu sonho. Está um desastre, um caos. Isso tem que ser modificado. Acreditamos que seu discurso sensibilize este Congresso a fazer a mudança. Essa falta crescimento do País se dá pelo excesso de impostos. São 76 impostos para cada brasileiro. Nós nem conhecemos todos. Eu sei, porque fiz um trabalho, pesquisei, e li o discurso; são 76, li um por um. Nós temos de simplificar e reduzir isso. Por isto que o Brasil não cresce, porque há sobrecarga hoje, e a grande maioria se desvia disso, até para subsistir, porque a carga tributária é tão pesada que os que têm coragem de trabalhar têm de driblar. É até uma necessidade driblar este Governo que está castrando o povo que tem coragem de trabalhar.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – É verdade, Senador Mão Santa. Eu agradeço as suas palavras. E quero confirmar que realmente para termos um País sério, um País que demande o crescimento, o desenvolvimento, um país que queira fazer do seu povo um povo mais digno, é necessário que haja sim uma reforma tributária, que haja sim uma descentralização desses impostos do bolo tributário para que a população sinta que o imposto que ela paga retorna em serviço de primeira qualidade. Aí sim nós teremos um País mais justo e mais equânime.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senadora Marisa Serrano.

A Mesa anuncia o pronunciamento, por vinte minutos, do Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Pedro, que preside esta sessão do dia 16 de abril, segunda-feira, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal. Com mais de 60 anos de atividades, trago para cá uma experiência de vida que confirma que os velhinhos são muito fortes e merecem respeito.

Está lá o assessor do Presidente Collor, que vai lançar um projeto de lei para se debaterem o parlamentarismo e o presidencialismo. Eu quero dizer que o erro do Presidente Collor – **errare humanum est** – foi um que vou contar a seguir. Senadora Marisa Serrano, os aposentados tiveram uma conquista no Governo do Presidente Collor: 147%. O Brasil todo se lembra disso.

– foi um que vou contar a seguir. Senadora Marisa Serrano, os aposentados tiveram uma conquista no Governo do Presidente Collor: 147%. O Brasil todo se lembra disso.

Na sua jovialidade e na sua franqueza... Senadora Marisa Serrano, votei no Collor e não me arrependi; e acho que este Congresso errou e lhe roubou o mandato. **Errare humanum est.** Eu era Prefeito na mesma época. Senadora Marisa, tenho uma experiência para contar sobre o que é a força dos velhinhos. Quero ajudar o Presidente Lula. Ele é o nosso Presidente mesmo, a gente tem de levar. Pedirei ajuda à Marisa, a mulher dele, porque ele é cercado de alopradados por todos os lados. Direi o que está faltando: o Presidente Collor, então intempestivo, disse que não iria obedecer à Justiça e dar os 147% dos velhinhos. Sei que ele deveria estar com dificuldade de caixa, mas ele poderia ter sido mais flexível, prometer e dialogar. Aí começou a crucificação dele. Marisa, vou lhe falar da experiência que tenho. V. Ex^a não foi ainda Governadora, mas vai ser. Aquele povo vai tomar juízo e vai votar em uma mulher, porque mulher é mais digna e mais honrada; vai votar em V. Ex^a em pouco tempo. Tenho uma experiência de força, e quero até ajudar o Presidente Lula. Sua Excelência está muito forte. Por que ele vai negar o carisma? Ele ganhou as eleições e não vai agredir os fatos. O Petrônio me ensinou a não agredir os fatos. Os fatos estão aí. Mas quero apresentar uma experiência: quando fui Prefeito, na minha cidade não se pagava salário mínimo. Naquele tempo, isso era comum. Não é que os Prefeitos eram ruins, eles pensavam como Lula: é melhor dar pouquinho para muita gente.

Era mais ou menos essa a política. Estou me referindo à História. Não estou contestando os outros; acho até razoáveis os que me antecederam.

Eu disse que ia pagar, e paguei. Naquele tempo, só se pagava salário mínimo na Capital. O Professor Wall Ferraz e o Prefeito de Floriano (Leão) foram os primeiros, e eu fui o terceiro. Naquele tempo, havia 145 cidades. Depois, então me debrucei... Sei o que significa isso. Quero advertir à Senadora Marisa Serrano, porque o Lula está muito bem, mas ele quase se estrepou no primeiro mandato. Não fui eu; foram os alopradados. Eu só fiz dizer a verdade.

Aliás, eu destoei, porque, quando veio aquela medida provisória contra os velhinhos, que tirou deles direitos adquiridos, eu disse que estava fora, eu e Heloísa Helena. Eu havia apoiado o Lula na primeira eleição e, por isso, tinha algumas posições. Então, José Dirceu, que era metido a macho, por causa desse posicionamento, tirou as posições que eu tinha. Eu disse: olha, esse é o Zé “Maligno”!. Ele está lá, e eu estou aqui, com a cabeça erguida.

Mas vou advertir, porque, quando paguei o salário mínimo, havia uma folha de aposentado, antes da Previdência – talvez a Senadora Marisa Serrano nem tivesse nascido –, antes do INPS, que foi a fusão dos institutos. Então, eu sabia, como Prefeito, depois de pagar o salário a todo mundo, que poderia ter uma folha de aposentados e pensionistas – pensionista é o beneficiário do funcionário falecido.

Senadora Marisa Serrano, aposentado, velho, não faz greve, não faz pressão, e a pensionista, a viúva, menos ainda.

Senadora Marisa Serrano, eu fui verificar. Era pouquinha gente. Não significava nada. Eu não sou herói, Senador João Pedro. Eu tenho uma história para contar. Eu fui Prefeitinho. Então, eu mandei buscar a folha. Eram umas 20 pensionistas e só uns 10 aposentados, ou seja, uma folha pequena. Digo isso só para mostrar o que significa o que o Lula fez. E quero advertir que ele pode se estrepar por causa da denúncia que vou fazer.

Eu mandei buscar a folha de aposentados. Eram dez. Antes de 1964, não havia instituto; era a prefeitura que pagava a aposentadoria de seus funcionários. Ninguém reajustou o valor da aposentadoria. Mandei buscar essas pessoas, Senador João Pedro, e anunciei a eles no meu gabinete que ia reajustar o benefício e apagar um salário mínimo. Senadora Marisa Serrano, um velhinho ficou tão emocionado que passou mal e quase morreu ali. Eu tive medo – mandei levá-lo ao pronto-socorro. Eles ganhavam tão pouco, que só dava para uma cerveja; o que as viúvas ganhavam só dava uma coca-cola. Passaram-se anos e anos, e o benefício não foi atualizado, e naquele tempo havia uma inflação de 80% ao mês. Senadora Marisa Serrano, o número era pequeno: mais ou menos 20 viúvas e dez aposentados. Um era pai do gerente do Banco do Brasil. Eu vi e senti. Foi Deus...

Eles começaram a dizer: “Esse prefeito é que é bom. Esse Prefeito é que é santo. Esse Prefeito não é Mão Santa, não; é todo santo”. Em todas inaugurações, estavam lá. Os velhinhos são bons, honrados e decentes. E aquele dinheiro, Senadora Marisa Serrano, não é para eles, não; eles têm filhos e netos. Senadora Marisa Serrano, eu senti que, de repente, comecei a crescer.

E não foi feito nada, porque a folha era pequena. Estou sendo franco. Eram 10 aposentados e 20 pensionistas. Folha pequena, insignificante. Mas eu vi aquilo. Eles iam para a praça. O filho de um era gerente do Banco do Brasil. Então era uma influência...

Marisa, quando eu saí da prefeitura e disputei o Governo, eu tive 93,84% dos votos, porque os velhinhos

iam para as praças. Eles pegam o dinheiro deles para dar aos netos, às netas, para não sei quem.

E o que é que está havendo agora? Primeira-Dama Marisa...

Eu vou fazer um apelo a ela, porque não há ninguém aqui. O PT é assim mesmo. São uns aloprados e tal. Não adianta. Eu acredito muito na mulher, e é o nome da nossa encantadora...

Veja o que está se passando no Piauí. Esse é que é o PMDB de Ulysses, que eu represento, de Tancredo, de Teotônio, de Juscelino, de Ramez Tebet. Autêntico.

Senador Eurípedes, está aqui o jornal **Diário do Povo**, do Piauí. O jogo é tão sujo que cancelaram a assinatura aqui.

Presidente Renan, onde estiver V. Ex^a, eu quero receber, sou Senador da República. Eu não quero esses outros jornais; eu quero este, que diz a verdade. Lá há um jornalista... Cancelaram, não recebemos mais.

Aqui se diz a verdade. Fala quem pode. Eu posso falar. Senador é para isso. Brossard chegou aqui, Marisa, e disse: “O que eu posso fazer? Tive um milhão e meio de votos, então eu vou falar pelos que não podem falar”.

Diz o **Diário do Povo** que 10 mil segurados vão viajar para receber aposentadoria. Vamos entender. Dona Marisa, sei o que é. É o Piauí. Não sei se está no Brasil, mas vim de lá.

Está na primeira página de o *Diário do Povo* que os aposentados do INSS do Piauí vão receber os benefícios fora de seu domicílio por causa do cancelamento de convênio entre a Previdência Social e os Correios. A empresa fazia o pagamento dos aposentados nos Municípios onde não há agência bancária. Não há previsão para solucionar o problema.

Quando comecei a governar o Piauí, havia 140 Municípios. Deus me permitiu criar mais 78. Hoje meu Estado tem 224 Municípios. Nem todos têm agência bancária. Tenho um documento mostrando quantos têm agência bancária. Em muitos, o benefício era pago pelos Correios, uma caixa postal em que o velhinho aposentado da cidade pequena recebia.

De repente, esses aloprados que só querem mesmo roubar... Nunca vi se roubar tanto. Sou Senador, e o País sabe. Não sei quem está anestesiado. Não digo nem na Constituição, mas na *Bíblia*, livro de Cristo, está escrito: “Não roubarás”. Nos meus 64 anos, nunca vi se roubar tanto como se rouba agora neste País. Estão aí os exemplos.

O convênio foi cancelado. Vou mostrar aqui um retrato porque um quadro vale por dez mil palavras: “Pagamento de 10 mil segurados foi feito em outros municípios”.

Cadê o rapaz da televisão? Sei que sou da Oposição, mas sou da Nação, do povo.

Bota esse bicho grandão porque outro dia vocês puseram ali no Gilvam Borges. Quando é para elogiar o Lula... Eu vi, na minha casa, de madrugada, grandão. Quando eu mostro, não sai não. Bota esse diabo aí, ou estão sabotando. É uma tecnologia.

Ó, Senador Eurípedes, eu vi. Quando é para elogiar o Governo, sai em letras grandes. O que eu mostro não sai não. Bota o meu aí. Se não for tu estás sabotando, tu estás no PT. Eu quero é grandão como vocês colocam quando é para prestigiar...

Olha a velhinha aqui! Eu mostrei à Marisa. Ela como mãe, como professora, como mulher, viu a foto dessa velhinha que está no jornal. Então, ela anda 150 quilômetros para ir de Santa Filomena – olhem o mapa do Piauí – a Gilbués, para ir e para voltar.

Segundo o Vereador Bonifácio Bezerra, Josiana necessitava de ajuda até para receber em Santa Filomena, imaginem tendo de viajar 300 Km! São 150 Km para ir e 150 Km para voltar em estradas miseráveis. Está aí a buraqueira. São seis horas de viagem.

Vocês se lembram daquela medida provisória com que tentaram “queimar” a Heloísa Helena, aquela mulher heróica e santa? Ficamos... Taxaram os velhinhos aposentados. Tiraram deles direitos adquiridos. Foi por isso aí... Essa é pior.

Vocês se lembram desse partido insensível de aloprados que presidem o PT e que colocou, no Rio de Janeiro, os velhinhos na fila para receber? Aquilo era em plena cidade grande, saiu na Globo,

Aquilo era em plena cidade grande, saiu na Globo. Mas isso aqui é gente e gente do campo, de cidades pequenas, humildes. Está aqui a Josiana. Está aqui neste jornal. “Isso é uma vergonha!”, como dizia o Boris Casoy. E tiraram o Boris Casoy, o que é outra vergonha. Como se tira um jornalista desse?

Mas é isso o que o Brasil tem que ver. Isso é uma vergonha! Baixou o espírito aqui.

O Piauí tem um jornalista muito bom, que é desse jornal: Zózimo Tavares.

Senadora Marisa, temos esse fato da história. O maior jornalista da história do Brasil em coragem é piauiense: Carlos Castello Branco, o Castelinho. Até o **Jornal do Brasil** denominava a “Coluna do Castello”. Na ditadura, ele enfrentava, era a tribuna. E esse aqui parece que incorporou o espírito de Castelinho.

Está na coluna de Zózimo Tavares neste jornal: “Sadismo e Indiferença”. Ele fala aqui:

(...) insensatez do INSS, que rompeu, em Brasília, o convênio que mantinha com os Correios para pagar os benefícios de aposen-

tadoria e pensionista em mais de 30 municípios do Piauí.

Cita os Senadores, eu, o Heráclito e o João Vicente Claudino:

Se não tomaram, indubitavelmente negligenciaram no exercício de seu mandato”. [São palavras do jornalista; se não denunciarmos isso...] Se tomaram conhecimento e não se mexeram, a falha é ainda mais grave, pois não se admite tanta omissão da banca federal piauiense diante de uma violência praticada impunemente contra quem já não tem tanta capacidade de defesa, no caso os velhinhos do INSS.

Senadora Marisa, daí estarmos aqui. É talvez uma voz solitária. Joaquim Nabuco, para defender a escravatura, era ele sozinho. Congresso é isso mesmo. O próprio Lula disse que aqui havia 300 picaretas. Acho que aumentou, Presidente Lula da Silva. Essa é a verdade.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano, que aqui tem que dar a este Congresso a força e a coragem da mulher, da mulher histórica, que sempre é mais verdadeira e mais valente do que nós homens.

A Srª Marisa Serrano (PSDB – MS) – Agradeço, Senador. É muito pertinente quando falamos daqueles que às vezes não têm voz suficiente ou a sua voz não ecoa por todo o País. Exª expôs aqui que esta Casa tem que ser voz não só daqueles que têm um timbre alto, forte, mas a voz das crianças, dos pequenos, a voz dos desvalidos, das minorias, e a voz, principalmente, daqueles que já trabalharam toda uma vida de dedicação a este País e que têm direito e merecem o respeito do Governo e do cidadão brasileiro. Portanto, nada mais justo que V. Exª denuncie aqui problemas por que as pessoas de mais idade estão passando no seu Estado. Espero que seja um problema que possa ser resolvido com a sua voz, com a sua tenacidade, com os Senadores desta Casa, com aqueles que têm sensibilidade com os homens e as mulheres da terceira idade, e que não seja um problema que se passe em todo o País. Mesmo que seja uma pessoa só, Senador Mão Santa, desrespeitada na sua cidadania, nos seus direitos, já valeria o seu pronunciamento desta tarde. É necessário que sintamos que, neste País, todos são cidadãos, independente de morarem no interior do Piauí, de Mato Grosso do Sul ou de qualquer Estado brasileiro. O Governo tem a obrigação moral de facilitar a vida das pessoas, dando dignidade principalmente àqueles que mais necessitam. Tenho certeza de que a sua voz vai encontrar eco, sim, e que as pessoas do Piauí que o estão vendo e ouvindo as suas palavras

sabem que há aqui uma voz que fala por eles. E tenho certeza de que todos nós, juntos, poderemos fazer com que este Governo seja mais sensível à causa daqueles que precisam do nosso apoio e do nosso trabalho. Meus parabéns.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, peço à Mesa que incorpore todas as palavras de V. Ex^a ao meu pronunciamento. Vou fazer um pedido a V. Ex^a: como V. Ex^a não tem praia no seu Estado, embora tenha muita coisa boa, vá nos visitar no Delta da Parnaíba, mas não leve o título de eleitor. Na semana passada, houve um debate, e o povo está encantado com a presença de V. Ex^a. Então, se V. Ex^a transferir o título, já era a nossa eleição, uma vez que todo mundo está encantado com Marisa Serrano.

Vou fazer minhas as palavras de João Pedro. Outro dia chamei João Paulo por causa do Papa, que me abençou, quando ainda era Governador do Piauí. Então, João Pedro, o jornalista Zózimo diz assim:

Não estranha a insensibilidade, a insensatez e a estupidez do governo, afinal ele é o mesmo que, no início do seu primeiro mandato, obrigou, através da Previdência, todos os velhinhos a saírem de casa para serem recadastrados, em todo o Brasil. O que estranha mesmo é a indiferença dos representantes políticos do Piauí, diante desse massacre que sadicamente estão praticando contra nossos idosos.

Vejam a manchete: “Sadismo e Indiferença”. Isso é o que o Governo faz com os velhinhos.

Segundo um certo documento, no Piauí, só 77 cidades têm agências bancárias. Então pagam o benefício pelos Correios, por isso os velhinhos estão nesse sofrimento.

Agora, pedi a permissão a V. Ex^a um instante, para fazer um pedido à encantadora Primeira-Dama deste País, D. Marisa. E por que vou fazê-lo? Porque vejo o Lula perdido, rodeado de aloprados por todos os lados, como ele diz.

O Padre Antônio Vieira – ó João Pedro – dizia que “um bem nunca vem só”. Mas eu digo que o mal também nunca vem só. Isso aqui é um mal! Atentai bem ao que está havendo: o velhinho é obrigado a andar 150, 130, 120 quilômetros para buscar o dinheirinho em uma cidade, estradas ruins, e, quando o velhinho chega lá e vai receber... Além da despesa: o ônibus, a gasolina, a comida, ele é assediado. Isso é muito natural, a vida está difícil... Olha, D. Marisa, por isso eu quero apelar! Afinal, V. S^a simboliza a família. E os velhinhos são assediados pelas meninas novas da ci-

dade maior. A vida está difícil. Essa é uma realidade. Tentados, eles deixam as suas velhinhos.

Então, D. Marisa, pelo amor de Deus. Esses aloprados estão destruindo o maior patrimônio: a família do interior. É... Os velhinhos são obrigados a se deslocarem para buscar esse dinheirinho... Cem ou cento e vinte quilômetros... As tentações... Então, acabam deixando as suas velhinhos e destroem o maior patrimônio... D. Marisa, pelo amor de Deus, veja isso! É porque Lula é rodeado de aloprados. Veja a sua sensibilidade de mulher, de mãe de família. Ó D. Marisa, Rui Barbosa disse: “A Pátria é a família amplificada”. A lei diz que, se maltratar os velhinhos, está-se destruindo o maior patrimônio nosso: a família cristã do interior.

Essas são as minhas palavras.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senador...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Opa! Agora, sim!

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Estou aqui, de prontidão, para aparteá-lo, e V. Ex^a nem me olhou.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a está de prontidão... Graças a Deus, V. Ex^a é do Pará, porque os pronunciamentos de V. Ex^a ganharam...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Tão grande é o interesse de V. Ex^a pelo tema que nem mesmo percebeu que eu estava pedindo um aparte. Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Eu estava muito atento às suas palavras, que tratam dos sacrifícios a que são submetidos os idosos do seu querido Piauí. Aliás, Senador, preste atenção. Olhe para mim. Não são só os idosos neste País que estão sendo prejudicados. Agora mesmo, folheava umas pesquisas na qual eu via o índice de jovens que estão sendo assassinados neste País. Fiquei decepcionado ao ver que os jovens de 20 anos estão liderando esse ranking. Vejam só! Quando se chega a dar respeito...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Mesa vai conceder mais cinco minutos ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Os pobres coitados dos idosos que tanto sofrem neste País ainda têm dificuldades para receber suas aposentadorias. Queria perguntar a V. Ex^a se aí o jornal fala das dificuldades que têm para receber esse dinheiro e a insegurança por que passam. Muitos ainda são roubados antes de chegarem a suas casas, Senador Mão Santa. Ainda há isso pelo meio do caminho. Não sei se a reportagem faz referência a isso. É realmente um sofrimento. Faça

uma idéia. V. Ex^a está falando dos interesses do Piauí. São duzentos e poucos, como V. Ex^a citou. Lá no Pará são 143. No meu Marajó, são 16 Municípios. Faça V. Ex^a uma idéia das dificuldades desses senhores e senhoras idosos para receberem suas aposentadorias na Ilha de Marajó. A dificuldade de transporte é enorme, Senador Mão Santa. Não dão bola, não ligam, não querem saber. Trago-lhe os registros de quantos já foram assaltados depois que recebem porque as distâncias são muito grandes, Senador. Quero parabenizar V. Ex^a pela preocupação, nesta tarde, com os idosos do seu querido Piauí. Parabéns Senador Mão Santa!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos, Senador Mário Couto, o tempo dado pelo nosso Presidente, que interpreta aqui Montesquieu: *O Espírito das Leis*.

Eu pediria que se gravasse isso para o País. Publiquem aí esta foto grande dessa velhinha como um símbolo.

Se o Presidente vai ao Maracanã para fazer um gol, ninguém quer ver; querem é o gol do Romário. Eu queria ver o Presidente, com o Governador – que era Senador –, andando pela Rocinha, pelas favelas do Rio. Ele tem de andar. Eu era Governador do Estado e andava sozinho; a autoridade é moral.

Minhas últimas palavras: sabemos que está aí, mas a verdade ninguém esconde. Eu não sei como é lá no Amazonas, mas lá no Piauí... O Presidente Luiz Inácio viveu pouco no Nordeste; eu vivo. “O sertanejo é antes de tudo um forte” – Euclides da Cunha. E o sertanejo diz assim: “é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade”.

Este País vai mal. Sobre a segurança, ele acaba de falar e todo mundo fala. Fizeram uma pesquisa, e mais de 90% disseram que piorou neste Governo. Pesquisa feita por eles, paga por eles. Mais de 80% de nós cristãos – “amai o próximo como a ti mesmo” – queremos a pena de morte. Isso nunca ocorreu antes.

A matéria já foi apreciada várias vezes aqui e não foi aprovada. Se fizerem um plebiscito, passa.

Sobre saúde eu posso falar. Acredito nesse Ministro da Saúde, que é jovem, simpático, pertence ao meu Partido. Eu não o conheço, mas eu me conheço, tenho 40 anos de profissão. Pedi a permissão, e V. Ex^a fez um grande trabalho. Aqui há um trabalho, Mário Couto. Tenho 40 anos como médico-cirurgião. Eu não sei quanto o Temporão tem, mas sei que estas mãos, guiadas por Deus, operaram mil próstatas, mil tireóides, mil duodenos. Desafio hoje, neste País, o Ministro a me mostrar uma cirurgia grande feita pelo SUS. São R\$2,50 a consulta; R\$9,00 a anestesia; R\$20,00

a cirurgia. Faz-se por amizade; faz quem tem plano de saúde; faz quem tem dinheiro, quem é superprotegido, como nós, do Senado. Mas, por essa tabela do SUS, ninguém faz.

Está aqui a matéria “Confissão de um pecador”, de Francisco Ferreira Ramos, no mesmo jornal. Cortaram a assinatura. Não pode. O negócio aqui está pior do que... Só ficam lá nos jornais.

Ó Boris Casoy! Isto é uma vergonha!

(*Interrupção do som.*)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a é do Amazonas, então dê um tempo do tamanho de seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mais um. Cristo fez em um minuto o Pai-Nosso, pois lá vai.

Então, Francisco Ramos é cirurgião há uns 50 anos. É mais velho do que eu. Neurocirurgião. É um homem-símbolo; pertence ao PSB, o Partido do Vice-Governador. Foi diretor desse hospital maior do Piauí, fundou uma faculdade de Medicina comigo, é médico há quase 50 anos. Uma vida. Meio século. Saiu pobre, estudou no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul. Olhem o que ele diz:

“Confissão de um pecador”

(...) Esforcei-me o quanto pude. Desiludido, em dezembro próximo passado deixei aquela casa [o hospital do Governo]. Meu sonho apagou. A medicina que sonhei extinguiu-se. O sofrimento do “apagão aéreo” é “café pequeno” em relação ao ‘apagão’ na saúde pública no Brasil e no Piauí”. Peço meio minuto, Sr. Presidente.

(*Interrupção do som.*)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Continua:

Somos todos vítimas: médicos, enfermeiros e usuários do SUS. Tratam-nos com desdém. Temo ver repetida a tragédia de 1993. [É que ele mesmo fechou o hospital com cadeado porque não havia condição e teme isso.] A gestão superior não tem vocação para o diálogo. É inflexível. Descarta a democracia. Chegamos ao fim do poço. Confesso-me desencantado com tudo.

Francisco Ramos, professor, 50 anos de Medicina, termina assim: "O SUS está falido".

Atentai Temporão, não há engano! Este aqui tem 50 anos, é mais do que eu. Tenho 40 anos como médico; ele tem 50. É um símbolo.

O SUS está falido. Urge uma reforma sanitária e política já, para salvar a medicina brasileira. Confesso-me desencantado. Valei-me Brasil dos meus pecados.

Francisco Ferreira Ramos é professor aposentado, neurologista...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador, vou conceder-lhe mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Esse é o quadro real do Brasil. E quis Deus adentrar ao plenário esta figura vitoriosa que é o Presidente Sarney, que governou no tempo mais tormentoso e difícil deste País, a transição democrática.

Presidente Sarney, dou aqui um testemunho. Trabalhei com V. Ex^a, quando Presidente, com o Presidente Collor, com o Itamar e com o Fernando Henrique Cardoso, quando eu era Governador. V. Ex^a foi, sem dúvida, o mais generoso de todos os Presidentes que passaram neste País. Então, quis Deus que V. Ex^a viesse até aqui, porque o nosso pronunciamento era sobre os velhinhos que não podem receber pelo INSS e que recebiam pelos Correios. Agora foram cortados e estão andando 150Km.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a, que, expandindo o meu tempo, deu uma grande esperança de melhores dias aos aposentados do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador.

Segundo a alternância dos inscritos, concedo a palavra ao Senador José Sarney para uma comunicação inadiável.

Em seguida, está inscrito o Senador Mário Couto para um pronunciamento de 20 minutos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs Senadores, eu confesso que não esperava uma segunda-feira tão tranquila, de modo a chegar ao Plenário e ter a oportunidade de fazer esta pequena comunicação que desejo transmitir à Casa.

Não é propriamente uma comunicação, mas sim uma observação. Há exatamente quatro anos apresentei, no Senado Federal, um projeto de lei inteiramente

inovador, porque pela primeira vez em nossa legislação procurávamos dar assistência às vítimas. Diariamente ouvimos falar em violência no País inteiro, Senador Mão Santa, e falamos nos criminosos, falamos na sociedade, falamos na insegurança. Mas poucas vezes tenho ouvido falar, poucas vezes se fala naquele as pessoas que foram objeto dos crimes: as vítimas. São pessoas que sofreram ou que, em muitos casos, perderam a vida, que desapareceram, que tiveram seu destino cortado. Outras vezes, isso se estendeu a uma família inteira.

Um sofrimento que não se acaba; é permanente!

A nossa Constituição é tão detalhista, trata de tudo, mas, em relação às vítimas, quase não diz nada. Ocorre que, em relação aos criminosos, ela estabelece uma série de proteções e garantias. Vou ler, como exemplo, o inciso LXI do art. 5º: "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei".

Assim, vemos que o criminoso, logo de saída, recebe uma proteção muito grande, porque não pode ser preso.

Mais adiante, inciso LXII: "a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada".

As pessoas que primeiro deveriam saber do ocorrido seriam, naturalmente, os familiares daqueles que foram atingidos pela violência.

Mas a nossa preocupação foi, exatamente, a de sempre proteger o criminoso. Não se fala sobre a vítima. Não acontece nada! Nem a família comunicada. Todavia, nossa Constituição assegura isso.

O que mais diz a nossa Constituição? "O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado." Isto é, ao criminoso cabe a assistência de sua família. A ele também é assegurado advogado.

De acordo com o inciso LXIV, "o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial". Assim, verificamos que a preocupação que tivemos, de toda maneira, foi em relação ao criminoso. Não tivemos preocupação com a vítima. A nossa Constituição, de certo modo, esquece os dramas humanos provocados pelo crime.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Ex^a terá mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Espero concluir.

Eu, então, estou muito feliz porque verifico que o Senador Antonio Carlos Magalhães apresentou um projeto bem mais completo, criando um fundo de proteção às vítimas.

Quero dizer que o meu projeto, aprovado aqui, foi à Câmara dos Deputados, Senador Antonio Carlos Magalhães, e lá passou 3 anos e a ele foram juntados muitos outros projetos. Estava em pauta para ser votado com parecer contrário – parecer contrário – quando, para não ser votado – acredito que é o que aconteceu – um novo projeto surgiu. Então, a Mesa Diretora da Câmara fez anexar o novo projeto aos outros já prontos para a votação e devolveu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Devo dizer ao Senado que é impossível que o Brasil continue a tratar o problema da violência esquecendo a vítima e dando ao criminoso as maiores garantias, as maiores oportunidades de se defender. Quantas vezes estamos vendo, diariamente, que todos procuram se unir em favor de proteção aos presos, aos delinqüentes. Não sou contra, acho que isso é uma maneira de caridade, ninguém foi criminoso porque quis ser criminoso, mas a realidade é que ele é. Poucas são as movimentações que assistimos em favor daqueles que foram vítimas de um crime, muitas vezes, hediondo.

Outra coisa que também me impressiona – e contra a qual eu lutei – é que o Brasil é um dos poucos – talvez seja o único, mas é um dos poucos, pois o único, eu não conheço, não posso afirmar, mas é um dos poucos – em que o autor de homicídio pode se defender solto. Essa lei foi feita, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em favor do Delegado Fleury. No Brasil, quem mata, o crime mais hediondo que pode haver, que é roubar a vida de uma pessoa, de um destino, pode responder em liberdade.

Pois, bem, o Delegado Fleury, no tempo do regime militar, cometeu muitas atrocidades tornadas públicas. Uma delas foi tão evidente e violenta, que a Ordem dos Advogados levou esse processo até o fim, e ele foi acusado. Então, passou-se uma lei, um Decreto-lei, que naquele tempo podia ser feito, permitindo a um homicida que se defendesse solto.

Eu quero que reflitam comigo. O que é para uma família, o que é para uma pessoa ver aquele que retirou a vida de um pai, de um irmão de um filho, e, no dia seguinte, transitar livremente pelas ruas, sem que ele

tenha oportunidade de ser preso para poder defender-se daquilo que é uma coisa da maior gravidade.

Quando Presidente da República, tentei acabar com essa lei. Mais que isso, Sr. Presidente, lutei na Constituinte para que isso não pudesse continuar, mas continuou. Houve um **lobby** durante a Constituinte. Não quero dizer por quem foi feito, pois não tenho dados para isso, mas foi um **lobby** profundamente violento, porque, na realidade, a Constituinte manteve essa coisa que eu não posso entender e ninguém pode entender.

No Brasil, se uma pessoa cometer um homicídio hoje, amanhã ela poderá estar andando na praça pública, e a sociedade...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador, V. Ex^a tem mais dez minutos, mas dez é a sua nota.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – ... não reagiu a isso.

Senador Antonio Carlos Magalhães, há um parecer na Câmara dos Deputados considerando inconstitucional criarmos um fundo destinado às vítimas. Pedi à nossa consultoria do Senado Federal que me oferecesse razões com as quais eu pudesse contraditar os termos desse parecer que lá se encontra. Já as entreguei a uns dois ou três Deputados, para que S. Ex^as tivessem oportunidade de protestar contra isso, mas a verdade é que, uma vez mais, esse processo foi protelado. O que acontece é que vamos vendo cada vez mais aquilo que não devíamos ver: o abandono total da vítima e a proteção cada vez maior aos criminosos.

Sem dúvida alguma, este é um dos motivos da violência no País. Claro que não pode deixar de ser!

Então, sou obrigado a vir ao Senado e me congratular com aqueles que se juntaram à causa em proteção das vítimas e dizer que essa legislação já existe na maioria dos países do mundo, porque não se pode tratar o problema da violência somente se pensando em proteger o criminoso, mas também se deve pensar em proteger e em ajudar as vítimas desta sociedade de violência que todos nós lamentamos.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como orador ins-

crito, o Senador Mário Couto, do PSDB do Estado do Pará.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL do Estado da Bahia.

V. Ex^a, Senador Mário Couto, regimentalmente, dispõe de vinte minutos, mas o tempo de V. Ex^a será de acordo com a necessidade.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado nesta segunda-feira para fazer um comentário a respeito...

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – É uma indelicadeza o que vou fazer.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Que nada.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Mas uma indelicadeza para reparar uma injustiça. O Senador Antonio Carlos acaba de me comunicar que o projeto que S. Ex^a apresentou acaba com a famosa Lei Fleury, que permite que um homicida se defenda solto. Muito obrigado por sua compreensão. Solicitei o aparte apenas para reparar uma injustiça.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Por nada, Senador José Sarney. É importante que V. Ex^a coloque isso.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, venho aqui fazer um comentário sobre a presença do Ministro do Planejamento na capital do Estado do Pará. Os parenteses receberam o Ministro.

Senador Mão Santa, antes de falar sobre a visita do Ministro ao Pará, quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e dizer o quanto o povo deste País está revoltado com algumas situações para as quais o Governo Federal não dá a mínima “bola”, que o Governo Federal não tem o menor interesse em resolver, como é o caso da situação dos aposentados.

Como sofrem os aposentados nas regiões mais distantes deste País! Citei a Ilha de Marajó e V. Ex^a, o Piauí. A revolta de que vou falar agora, Senador Mão Santa, é exatamente por causa do desprezo do Governo Federal em relação a algumas áreas totalmente abandonadas neste País. A segurança pública é uma delas.

Estamos em uma guerra civil, Mão Santa. É preciso que se atente para isso. Estamos em uma guerra civil! Quantos militares tombam? Quantos policiais civis tombam? Quantos bandidos tombam? E no meio, a população, Mão Santa. Isso é uma guerra civil! E não se toma nenhuma providência imediata para se resolver a situação! Não é só no Rio de Janeiro, não. Foi ótimo colocar o Exército naquele Estado. Sou a favor. Mas não é só lá, não. No meu Pará, tombaram 2.438 pessoas em 2005. Isso é uma guerra civil, Senador Mão Santa!

Quanto se gasta na recuperação das estradas brasileiras? Recebi a correspondência de um caminhoneiro dizendo assim: “Eu tombei o meu caminhão nas estradas esburacadas deste País. O meu prejuízo foi de R\$100 mil. Quem vai pagar?” Por omissão, não estava no seguro. Quem vai pagar? Quantos morrem por dia nas estradas brasileiras e ninguém toma a menor providência? Ao contrário, o Tribunal de Contas da União diz o seguinte: “Gastam-se R\$2 bilhões na manutenção das estradas”. Que estradas estão boas? Em que foi aplicado esse dinheiro? Que manutenção se faz nessas estradas? E ninguém toma nenhuma providência! Qual é a apuração que se vai fazer? Que apuração foi feita? Mas é o Tribunal que está dizendo. Olhe como é grave, Presidente! Olhe como é grave, Presidente!

Aí vai o Ministro do Planejamento à capital parense para falar sobre o PAC. Tudo bem, aplausos para ele. Vamos aplaudir o Ministro do Planejamento, que foi ao Pará falar sobre o PAC, falar sobre dívidas de 30 anos com o Pará, as eclusas... Estou exagerando um pouco falando em 30 anos, mas é para exagerar mesmo, Mão Santa, para mostrar há quanto tempo o desleixo toma conta das autoridades.

O Ministro chega lá para falar sobre isso, como se fosse algo que nunca teria sido prometido na história do Governo Lula. Em 2005, o Presidente Lula esteve no Pará e prometeu as eclusas. Acho que ele esqueceu que tinha prometido. O Ministro foi lá como grande salvador da Pátria, esquecendo-se de que isso é dívida antiga, de que há muito tempo as eclusas e a Transamazônica já deviam estar prontas. É dívida para com o povo do Pará, Presidente. Esquece-se de que, entre as estradas federais no Pará, só uma tem, mais ou menos, condição de tráfego. A Transamazônica está interrompida, a Santarém-Cuiabá está interrompida. Desleixo total e absoluto. E a segurança? E as promessas feitas para os sindicalistas?

Olhe aqui, Sr. Presidente, o que aconteceu: “Ministro sai pela porta dos fundos de um hotel onde ia

falar para os sindicalistas. Confronto entre a polícia e os sindicalistas". E olhe aqui, Presidente Mão Santa. V. Ex^a sabe o que está no meio desta foto? Agora, faço como V. Ex^a: peço ao cinegrafista que amplie esta imagem para mostrar o que está no meio desta foto. Isso é a revolta do povo paraense com as autoridades federais. Queremos obra do parque? Queremos. É dívida de muitos anos com o Pará, não é favor algum que se está fazendo ao Pará neste momento, nenhum favor. Agora, olhem como o povo paraense não suporta mais as desigualdades regionais e o desprezo.

Vai autoridade lá. O Presidente vai lá e diz que vai concluir as eclusas. Passam anos e anos e anos, e volta. Espera-se que vá falar das estradas federais, de segurança pública. E aí o Ministro vai ter de sair pela porta dos fundos porque a população não agüenta mais.

Olhem aqui o que está no meio desta foto. Sabe o que é isso, Presidente? É um caixão. Não sei de quem. Colocaram um caixão, ao vivo e em cores. Roxa. Colocaram um caixão na cor roxa como protesto contra o Governo Federal, para mostrar que o povo paraense não agüenta mais tantas promessas não cumpridas. O povo paraense não agüenta mais e colocou um caixão.

Este é o jornal *O Liberal*, o jornal de maior circulação no Estado do Pará, sério, com repórteres sérios, diretores sérios – e peço que seja inserida esta matéria nos Anais da Casa. Está aqui uma página inteira mostrando o insucesso da viagem do Ministro do Planejamento, que estava acompanhado da Governadora do Pará, no momento em que os sindicalistas foram mostrar a sua revolta, porque, sempre, Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Sarney, sempre que o Presidente vai à capital do Pará ou a qualquer Município paraense, haja fazer promessas.

Aqui está uma. Isso é revolta pela promessa que fez e não cumpriu.

Eclusas. Em 2005, ele foi lá em Altamira: "Vou terminar as eclusas. Este ano ainda, eu, Lula, termino as eclusas".

Até hoje... E o Ministro chega lá e ainda decepciona, porque o PAC está apontando que essas quatro obras de fundamental importância para o Estado do Pará – as eclusas, a Transamazônica, a Santarém-Cuiabá e a Hidrelétrica de Belo Monte – serão entregues à população daqui a quatro, cinco anos. V. Ex^as sabem da importância dessas obras não só para o Estado do Pará, mas para o País. Não foi isso que o Ministro falou lá. S. Ex^a explicou que parte delas... E

o PAC até hoje, Senador, é só propaganda. E ponha propaganda!

Mas, esse caixão, não sei de quem é. Não quero saber, nem faço questão. Mas está bem-feito, bem preparado e na cor adequada: roxa. E o Ministro teve de sair como aquele juiz de futebol. Quando o juiz é bom, dizem que ninguém nota a presença dele em campo. Não é isso que dizem do juiz de futebol? Mas, quando o juiz é ruim, ele tem de sair pela porta dos fundos do estádio. E assim saiu o Ministro do Planejamento lá no Pará.

Eu queria, Senador Antonio Carlos Magalhães – já falei isso aqui outro dia –, que o Presidente da República pegasse um transporte para visitar a Ilha de Marajó. Eu desejava isso. Sinceramente, Senador Mão Santa, eu desejava isso.

Neste momento, apesar de todo Bolsa Família que se dá na Ilha de Marajó... Muito obrigado. Menos mal. Sei que a população quer emprego, quer trabalhar. A população da Ilha de Marajó é uma população digna, trabalhadora, decente, honesta. É isso que ela quer. Mas, mesmo assim, com todo o Bolsa Família, eu queria que o Presidente da República pegasse um transporte normal, que não fosse de helicóptero, nem de avião, mas de transporte normal, aquele em que se compra o bilhetinho, entra e chega à Ilha de Marajó. Eu queria que ele fosse lá fazer duas perguntas: "Vocês estão satisfeitos com o transporte que têm hoje na Ilha de Marajó?" e "Vocês têm energia elétrica para crescer, para trabalhar, para gerar emprego, para estabelecer alguma indústria, por menor que seja, nesta Ilha? Vocês têm energia elétrica para isso?" Eu queria que o Presidente perguntasse isso àquela população.

Eu duvido que ele também, Senador, não tivesse de sair pela porta dos fundos, mesmo com o Bolsa Família. É um massacre humano o que aquela população sofre na Ilha de Marajó. É um massacre humano.

Vou propor, sinceramente, Senador José Sarney, uma comissão de Senadores, para que dê uma olhadinha nas condições de vida de cada ser humano que habita e mora na Ilha de Marajó. Eu queria que, depois, um Senador viesse a esta tribuna e mostrasse o seu sentimento sobre o que viu na Ilha de Marajó, como se vive naquela ilha.

V. Ex^a acha, Senador José Sarney, que o Ministro do Planejamento vai ao Pará e será aplaudido, quando não cita, absolutamente, em lugar nenhum, em página alguma, do Plano de Aceleração do Crescimento, nada que possa melhorar a condição de vida daquela população?

Então, o povo paraense não pode aplaudir; tem de mostrar que está indignado com a falta de zelo – e olhe, Sr. Presidente, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi muito bem votado no Pará, principalmente na Ilha de Marajó, e agora, nem quer saber dos marranoaras.

Então, Sr. Presidente, deixo o meu registro, nesta tarde, e a minha indignação também...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – E o meu aplauso!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador.

E deixo também a minha indignação, porque o povo paraense não aceita mais ser enganado. Esta é a palavra exata: enganado. E há muito tempo vem sendo. Esta é a palavra exata: enganado. E há muito tempo vem sendo. Eu não quero desejar, Presidente Sarney, mas eu acredito que isso vá se repetir por muitas vezes. Essa insatisfação que mostra **O Liberal** vai se repetir por muitas vezes se não tomarem providências de olhar para o povo do Pará. Não será a última, não! Vão se repetir, várias e várias vezes, esse tipo de insatisfação. E não será só um caixão, não. Vão ter que aprontar um bocado de caixões.

Sr. Presidente, eu fico olhando às vezes V. Ex^a lutar tanto pelo Piauí. Lute, lute, Presidente, por sua terra. Eu o admiro, sou seu fã, em ver a sua luta árdua. Quase todos os dias, V. Ex^a está na tribuna, batalhando em função do seu povo. Cita Paulo Brossard, que vinha aqui dizer da sua representatividade pelo seu povo, mostrar o peso da sua responsabilidade. Esse é o seu dever, essa é sua obrigação, Sr. Presidente.

E, assim, farei também o meu dever, a minha obrigação aqui nesta tribuna. Falar sempre, sem medo! Sem nenhum medo, porque sei que estou falando de um povo abandonado há muitos e muitos anos, de um povo desprezado há muitos e muitos anos, de um povo que clama – clama – pelas promessas que são feitas. E muitas delas, quase a totalidade, Presidente, não são cumpridas. Promessas que passam anos e anos e que, agora, como se fossem uma novidade, elusas; como se fosse, agora, o salvador da Pátria... É obrigação! É promessa de muitos anos. Se fizer... Se fizer! Mas é promessa de muitos anos, não é de agora, não, Presidente.

Eu quero aqui, na quinta-feira, falar sobre segurança pública. Estou levantando dados estorcedores, Senador Sarney. Dados estorcedores! Quero falar aqui, nesta quinta-feira.

Paraenses, antes de descer desta tribuna, parabenizo os sindicalistas que fizeram a manifestação, com

referência à cobrança de dívidas do Governo Federal ao meu querido Estado do Pará. Vamos sempre fazer assim: vocês lá e eu aqui! Fazer assim...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dei mais dez minutos a V. Ex^a, mas isso traduz a nota que quero dar-lhe. Eu, o povo do Pará e do Brasil.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado. Já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São mais dez minutos e a nota.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quero, então, parabenizar os sindicalistas e todos os sindicatos que participaram dessa manifestação ordeira, com o direito democrático de falar. Tem de haver o direito democrático de falar, de cobrar. Vocês aí e eu aqui cobrando sempre. “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Um dia, o Presidente Lula vai entender que lá no Estado do Pará há pessoas dignas, pessoas honestas, trabalhadoras, que querem, sim, ver seu Estado prosperar. Merecem, têm o direito de cobrar, de exigir. Confiaram no Governo Lula, votaram no Governo Lula.

Agora, Presidente Lula, eu quero ver o Governo fazer, não em véspera de eleição. Próximo da eleição, eles distribuíram muito material para pescador. Nem vou entrar nesse assunto agora. Não vou entrar nesse assunto agora, mas vou trazê-lo a esta tribuna, caro Senador Antonio Carlos Magalhães. Vou trazê-lo filmado. Em filme, com data e tudo.

Está prontinho, prontinho! Eu vou trazer para esta tribuna. Véspera de eleição é uma coisa muito complicada; véspera de eleição é complicado, pois se dá tudo, se oferece tudo. E ainda não se tem a fiscalização que se deseja. É preciso se fazer uma reforma política profunda neste País, profunda, política neste País.

Quero ver agora eles cumprirem com as promessas de campanha, pois não estão cumprindo, Sr. Presidente. Eles não estão cumprindo, mas desejamos isso. Quando for para elogiar, farei, quando for para elogiar, farei, mas ainda não tenho nenhum motivo, nenhum, para chegar a esta tribuna e elogiar o Governo Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua paciência.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ministro sai pela porta dos fundos

PROTESTO

Servidores acuam titular da pasta do Planejamento, que falava sobre o PAC

Depois de uma longa apresentação na qual detalhou a aplicação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado neste ano pelo governo federal, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foi obrigado a sair pelos fundos do Hotel Pararamazonia, onde ocorreu a audiência pública, por causa de um protesto dos servidores federais da educação. Com palavras duras contra o governo, os sindicalistas exigiram entrar na reunião para falar com o ministro e com a governadora Ana Júlia Carepa, e por diversas vezes foram à porta de entrada do hotel. O Comando Tático de Operações Especiais da Polícia Militar foi acionado para conter os manifestantes, que, mesmo depois da entrada de uma comissão para representá-los, continuaram na frente do hotel até o final do evento e a saída das autoridades.

Até a chegada dos manifestantes, o ministro fazia a apresentação detalhada dos números do PAC, um programa direcionado especialmente para garantir a infra-estrutura necessária ao crescimento regional. Do total de R\$ 323 bilhões para obras de desenvolvimento regional, os Estados do Norte receberão R\$ 50,9 bilhões em obras.

OBRAIS

No Pará, problemas históricos como a conclusão das obras da Transamazônica e da Santarém-Cuiabá, o asfaltamento da BR-163 e a construção das escusas de Itacuruí receberam ontem a garantia do ministro de que serão do papel. "O Pará se beneficiado com grandes obras e com investimentos que nenhum outro governo ousou fazer, assim como vai acontecer em outros Estados da região Norte", garantiu o ministro.

A rodovia BR-163, a San-

tarém-Cuiabá, terá cerca de mil quilômetros, entre Guarantã do Norte (MT) e Santarém, no oeste do Pará. A obra vai permitir a redução de 35% dos custos de transporte para os produtores rurais. Já as obras na rodovia Transamazônica, paradas há 30 anos, deverão receber recursos da ordem de R\$ 590 milhões até 2009, dos quais R\$ 7 milhões serão aplicados ainda neste ano. As obras da rodovia compreendem o trecho que passa pelos municípios de Marabá, Altamira, Medicilândia e Rurópolis.

INÍCIO

Em entrevista durante a audiência, a governadora Ana Júlia disse que as obras no Pará começaram o quanto antes. "As escusas, por exemplo, são obras para início imediato, ainda neste semestre. Ainda do ministro a Belém para apresentar os investimentos do PAC na nossa região é um sinal do cuidado do governo federal com a Amazônia e com o Pará", afirmou.

Sobre a construção da

Paulo Bernardo recebeu uma comissão de sindicalistas, mas nada prometeu

usina hidrelétrica de Belo Monte e o asfaltamento da BR-163, obras questionadas por muitos ambientalistas, em especial Belo Monte, sob o argumento de ser uma obra visando à geração de energia para exportação com alto grau de impactos ambientais, a governadora disse que já foi entregue ao governo federal uma pauta

, intitulada o "PAC Socioambiental", com propostas que levam em conta as especificidades da região e dos municípios paraenses.

ESTUDOS

"Da BR-163, por exemplo, nós pedimos um estudo de redução dos impactos ambientais e integração das comunidades no projeto. De Belo Monte, estamos propõendo a mesma coisa porque o nosso governo está preocupado em desenvolver, mas com a garantia de baixo impacto e reais benefícios para as comunidades diretamente afetadas por esses projetos", declarou a governadora.

Na plenária da audiência pública estiveram presentes representantes do setor produtivo, lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e ainda alguns prefeitos de municípios paraenses e parlamentares estaduais, federais e municipais, que queriam saber informações sobre a posição do governo federal em relação às obras de infra-estrutura anunciamadas para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a empolga não só o Pará, mas a Pátria toda. V. Ex^a reencarna o pensamento que Teotônio Vilela deixou para o Congresso. Ele disse que a função do Congresso e do Parlamentar, a função soberana é falar, sobrevivendo para falar e falando para sobreviver. E V. Ex^a, com esse espírito de Teotônio Vilela, engrandece esta Casa.

Convidamos para usar da palavra, ansiosamente aguardado pela Pátria e pela Bahia e abençoado pelo Senhor do Bonfim, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Deus fez o mundo, e Antonio Carlos Magalhães construiu a Bahia grande.

V. Ex^a, regimentalmente, tem direito de usar a palavra por 20 minutos, mas tem o da Bahia, tem o do Senhor do Bonfim. Em homenagem a Rui Barbosa e a V. Ex^a, use o tempo que achar conveniente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito grato a V. Ex^a, mas hoje o meu discurso será bem curto, a não ser que surja alguém do Partido dos Trabalhadores para que possamos encetar um debate sobre o sono, o sono.

O Presidente Lula, com quem tive agradável encontro recentemente, não quer demitir o Ministro Waldir Pires – dizem os jornais. Isso já está provado, mas eu trouxe aqui **O Globo** de ontem. Peço que todos o vejam – aliás, vou voltar à tribuna porque hoje há pouca gente –: o Ministro Waldir Pires está dormindo, roncando. Presidente, pelo menos acorde o seu Ministro para que ele saiba o que está se passando em torno de si.

Não direi do Brasil, porque o apagão ele não viu, estava dormindo. Está aqui a charge. Dormindo.

Mais adiante, no outro jornal, o próprio Ministro Waldir. “É assim desde menino”. Quer dizer, ele dorme, inclusive nos discursos do Presidente Lula. Está aqui.

Sr. Presidente, não é possível. Congresso convoca o Ministro da Defesa para esclarecer a morte de 154 pessoas. Mais ainda: milhares de pessoas que ficaram no aeroporto dois, três dias. E o Ministro Waldir Pires, aqui, em vez de esclarecer, quando chegam novos visitantes, ele dorme. Está dormindo, como se não houvesse nada neste País. Dormindo.

Farei isso outros dias para que esta Casa veja. Para uns, é dificílimo ter um sono tranquilo.

Outros que são responsáveis por desastres e mortes dormem tranquilamente horas e horas, enquanto nós aqui temos que suportar isso no Brasil.

Outro ponto – e eu não gostaria de falar, porque eu não gosto de falar sobre os baianos. Sobre os baianos eu só gosto de falar bem. Vejo o Rui e me inspiro. Vejo V. Ex^a, que é fã do Rui, e me inspiro mais ainda. Vejo o meu amigo o Presidente Sarney, que é sem dúvida alguma a figura literária maior deste Congresso, e fico também inspirado, mas não posso deixar de dizer aos senhores que anteontem foi preso, com algema, na Bahia, o tio do Ministro Geddel Vieira Lima, o tio do Ministro, ou seja, irmão do seu ilustre pai Afrísio Vieira Lima. Na Bahia, foi uma surpresa muito grande porque ele foi preso por vender aves, araras enquanto que com o sobrinho dele, até agora, nada aconteceu. Essa surpresa terrível é o que trago ao conhecimento da Nação.

Queremos saber por que aves levam a prisão e outras coisas piores levam a Ministério. Ah, Sr. Presidente! Temos de modificar.

O Presidente Lula, eu disse aqui, e agora repito, em uma conversa muito agradável, me mostrou um conhecimento muito grande, para a minha surpresa, de alguns problemas brasileiros e uma vontade enorme, segundo a aparência, de acertar. Ora, se é esse o propósito do Presidente, para que Ministro dormir e outros fazerem coisas que só bem accordados fazem.

Portanto, venho aqui, eu, que gosto de falar um pouco mais do que de habito, não decepcionarei V. Ex^a. Falarei pouco, mas digo que neste País só quem tem o bom sono hoje é o Ministro da Defesa e só quem rouba ou vende araras tem a proteção do Ministro da Integração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Epitácio Cafeteira, V. Ex^a quer usar a palavra? (Pausa.)

Presidente Sarney, a V. Ex^a, o País e eu, todos devemos muito. Mas é como o Padre Antônio Vieira dizia: “Um bem nunca vem só, sempre acompanhado de outro bem”.

V. Ex^a enfrentou a mais difícil fase da história brasileira: a transição democrática. V. Ex^a é o senhor paciência, o senhor prudência. Mas dos muitos feitos

de V. Ex^a, esta Televisão Senado, hoje, exerce a mais importante contribuição para a democracia.

Presidente Sarney, nós sabemos que governos, sejam quais forem, tentam encabrestar os órgãos de comunicação, no País e no mundo. E aqui, esta tribuna se transformou na tribuna da verdade. V. Ex^a engrandeceu este Parlamento. Em 181 anos, quero crer que esse foi o instrumento que mais fortaleceu esta Casa e mostra ao País o homem de visão que V. Ex^a é.

É tão importante que há pouco eu fazia um pronunciamento sobre os velhinhos e recebi, de imediato, de Deputados Estaduais, a solidariedade e o pedido para que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Deputado Paulo Paim, chame os velhinhos que estão com dificuldade de receber seus dinheiros porque acabou o convênio – não sei se foi do Governo de V. Ex^a – pelo qual eles podiam receber por correio.

Muitas dessas cidades do Nordeste, como Maranhão e Piauí, não têm agência bancária. Então cortaram o convênio, e os velhinhos estão se deslocando.

Mas recebi agora, depois do pronunciamento, um e-mail dos Deputados Wilson Brandão, João Madison e Marcos Menezes – um é do PSB, outro do PMDB e outro do PSDB –, que estão se prontificando a vir à Comissão de Direitos Humanos para defender esses velhinhos que estão humilhados, andando 150 km – muitos deles não têm condições nem de ir às agências dos Correios – e desagregando as famílias, Presidente José Sarney. Se os velhinhos vão receber o dinheiro a 150 km em estradas intrafegáveis, eles acabam deixando suas velhinhos e ficando com as novinhas da cidade maior, destruindo o maior patrimônio que temos: a família. Assim, está havendo esse problema. E os Deputados Estaduais já se prontificaram a vir dar o testemunho dessa desagregação familiar.

Esse instrumento que o Presidente José Sarney deu ao País foi ímpar.

Senador Antonio Carlos Magalhães, já dizia Rui Barbosa: “A Pátria é a família amplificada”. Como dizia o Padre Antonio Vieira, um bem nunca vem só.

O Presidente Antonio Carlos Magalhães, quando aqui passou, deu muitos exemplos. E digo ao Senador Papaléo Paes: se não leu, leia e ouça os melhores discursos deste Parlamento.

V. Ex^a fez a equipe do Senado – que é uma equipe fabulosa – buscar os melhores discursos e pronunciamentos feitos nesta Casa ao longo dos 180 anos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Mario Couto, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Cícero Lucena e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PMDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O anticlímax de mais de dois meses de espera”, publicada no jornal **Valor Econômico** em sua edição de 22 de março de 2007.

A matéria destaca que, dois meses e meio depois de assumir o segundo mandato, o Presidente Lula ainda tenta completar um “inevitável quebra-cabeças” de quem pretende governar com o apoio de oito partidos, sendo que um deles, o PT, o seu próprio, já com articulações de tão longo prazo que quase suprimem do calendário os quase quatro anos que faltam para 2010 quando Lula termina seu último mandato.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O anticlímax de mais de dois meses de espera

De

ois meses e meio depois de assumir o segundo mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda tenta completar um inevitável quebra-cabeças de quem pretende governar com o apoio de oito partidos, sendo que um deles, o PT, o seu próprio, já com articulações de tão longo prazo que quase suprime os calendários os quase quatro anos que faltam para 2010, quando Lula termina seu último mandato. Ninguém imaginaria que essa pudesse ser uma equação fácil, mas o fato é que o presidente monta um novo ministério com os mesmos companheiros que o comprometeram no episódio do mensalão, no segundo ano de seu primeiro mandato, acrescidos do PMDB, com igual potencial de arrumar confusão. Fora isso, a oficialização do apoio do PDT coloca mais um numa longa lista que contraria a lei da física, de que dois corpos não conseguem ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo.

Excluídas as dificuldades inerentes a acordos para articular uma grande aliança, também é fato que o presidente Lula conseguiu apenas em raras oportunidades manter suas escolhas em um nível técnico adequado para tocar os projetos do segundo mandato. Os critérios para composição do ministério foram fundamentalmente políticos. Do ponto de vista técnico, o presidente manteve intocáveis dois ministros do primeiro mandato que foram formuladores de políticas fundamentais para o segundo mandato e responsáveis pela implantação de projetos e concepções de execução de políticas, o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e o ministro da Educação, Fernando Haddad. Colocar os dois ministérios na cota das negociações políticas seria comprometer os acompanhamentos de gestões que estão sendo implantados no MDS e adiar por mais tempo uma intervenção obrigatória na Educação. Além disso, Lula manteve, sem ser questionado, parte da equipe que atua na sua assessoria direta — a mais importante é a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Desse final melancólico da reforma ministerial sobram, portanto, um pequeno núcleo dos ministros da casa — a eles agregado Walfrido Mares Guia, que assumirá a Secretaria das Relações Institucionais com a ida de Tarso Genro para o Ministério da Justiça — mais dois executores de políticas sociais e o próprio Genro, que sem dúvida continuará a compor o núcleo dos estratégistas do governo. Ainda assim, mesmo resguardado por pessoas de confiança, o governo ainda passou pelo vexame da indicação do deputado Odílio Balbinotti (PMDB-PR), alvejado logo após a indicação por denúncias ainda frescas de falsificação de documentos. No mínimo, é um sinal de que a Agência Brasileira de Informações (Abin) continua operando com a mesma ineficiência de antes, submetendo o presidente da República a vexames evitáveis.

A outra enorme trapalhada do governo, na reforma ministerial, é a forma como dá um “jeitinho” de composição com o PSB, que ficou de fora das indicações. O anunciado “governo de coalizão” que prometia ministérios com “porteira fechada” aos partidos aliados está sendo obrigado a fatiar territórios para colocar mais porteiras, justo no momento em que anuncia total prioridade ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A idéia de desmembrar o Ministério dos Transportes uma Secretaria dos Portos, que serviria de compensação ao PSB, é a antítese de um programa que se pretende como globalizador. Pior que isso, coloca dentro dessa nova porteira o Porto de Santos, o mais cobiçado historicamente nas partilhas políticas de cargos — e alguma razão para isso deve ter. Leva de roldão a Codesp, o órgão que o controla.

Politicamente, além de alguma confusão, o que Lula efetivamente conseguiu foi ganhar a queda-de-braço com o PT. Fingiu-se de morto na disputa pela presidência da Câmara — que foi, de fato, uma demonstração de força do partido sobre o governo —, mas deu o troco resistindo a pressões para brindar a ex-prefeita Marta Suplicy com ministérios em que ela pudesse se projetar como candidata à Presidência pelo partido em 2010. Marta começa o segundo mandato como ministra do Turismo. É só.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O retorno do mensalão”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 15 de março do corrente.

A matéria destaca que enquanto o “lero-lero” da assim chamada reforma ministerial continua a rastejar pelo noticiário, o novo titular da Justiça, Tarso Genro, viceja nos subterrâneos do poder a mesma tática prática de aliciamento de parlamentares, empregada no primeiro mandato, que engendrou o mensalão.

O retorno do mensalão

Enquanto o lero-leiro da assim chamada reforma ministerial continua a rastejar pelo noticiário – com o presidente Lula dizendo entre risos, como se não devesse satisfações ao País, que “tanto posso como não posso” anunciar até o fim da semana mais um nome escolhido, além do novo titular da Justiça, Tarso Genro –, viceja nos subterrâneos do poder a mesma tática de aliciamento de parlamentares, empregada no primeiro mandato, que engendrou o mensalão. Logo que Lula se instalou no Planalto, o seu grão-operador político, ministro José Dirceu, acertou com o PL do vice José Alencar e com o PTB do então governista Roberto Jefferson o assédio a deputados oposicionistas conhecidos pela flexibilidade das respectivas colunas vertebrais.

Só quando, por ressentimento e desejo de vingança, o ex-collorido mostrou como funcionava o esquema de compra e venda de deputados, para garantir ao governo a maioria mais ampla possível na Câmara, foi possível entender as razões de fundo, digamos assim, por que em 2003 o PFL e o PSD perderam, cada um, 19 deputados, ao passo que o PL ganhou 16 e o PTB, 29. Agora, mudaram apenas as siglas de conveniência. O PTB perdeu serventia (e 1 deputado) porque, embora governista, ainda é presidido pelo cassado Jefferson. E o PL se metamorfoseou em Partido da República (PR), ao se fundir com o Prona. O arranjo acrescentou 2 cadeiras às 23 que os liberais – mais próximos da liberalidade do que do liberalismo – obtiveram.

Desde então, outro arranjo, que há de embutir promessas mais sonantes, já fez aumentar a representação do PR para 38 deputados (ou 40, caso tenham se confirmado as adesões previstas para ontem). Apoiado pelo Planalto, o programa de aceleração do crescimento da legenda tem como meta formar uma bancada de no mínimo 50 políticos, todos, evidentemente, lulistas veteranos. A sensação que permeia a Câmara “é a mesma que se tinha antes e que acabou no mensalão”, diz o líder do PPS, Fernando Coruja. Jefferson é mais direto. “Conheço essa

Mudaram as siglas, mas a tática de cooptação é a do primeiro mandato

prática”, alertou. “Já vi esse filme e já li esse prefácio.” Por falar em *déjà vu*, aliás, é oportuno lembrar que a figura de proa do PR era o presidente do PL, o deputado Valdemar Costa Neto, vulgo “Boy”. Acusado de mensalismo, renunciou para fugir da eventual cassação, e assim pôde se reeleger. De certo é um dos que se empenham para que Lula não perca o sono mesmo na véspera das quelas votações que exigem maioria qualificada de 3/5 dos parlamentares, como nos projetos de emenda constitucional. Não basta, para o presidente, ter o apoio de uma dezena de partidos. É preciso que suas bancadas sejam as mais enxundiosas. Sem falar que, ainda assim, surpresas desagradáveis acontecem. Os deputados do PDT, por exemplo, as-

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

sinaram o requerimento de convocação da CPI do Apagão Aéreo e ainda se recusaram a retirar as assinaturas.

O jogo é bruto. Mesmo que já não se tenha descido ao estágio monetário, a barganha impõe. Domingo passado, este jornal publicou declarações do deputado pelelista Márcio Junqueira, de Rondônia, em entrevista ao repórter Expedito Filho, segundo as quais o ex e possivelmente futuro ministro dos Transportes, senador amazonense Alfredo Nascimento, tentou atraí-lo para o seu PR, em troca do controle de um naco do Departamento Nacional de Infra-Estrutura (Dnit), entre outras benesses. O presidente do PR, Sérgio Tamer, pediu à Câmara que investigasse Junqueira. “Agora quem denuncia o que estão fazendo de errado é que é culpado”, exclama o líder da minoria, Júlio Redecker, do PSDB.

Já o líder “republicano” na Câmara, Luciano Castro, num assomo de franqueza (de que já parece ter se arrependido) reconheceu o óbvio: “Vários deputados precisam estar na base aliada. Caso contrário, começam a perder prefeitos e vereadores. Um deputado que precisa do governo não aguenta muito tempo na oposição. É como um castelo de cartas que se esfarela: se o deputado não responder às necessidades de sua base, começa a perder apoio.” É o que faz funcionar a coalizão a brasileira, sem um programa comum, em que o governo mercadeja apoios, mas não reparte poder.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O mal que o cachimbo sindical de Lula faz”, publicado no Jornal **O Estado de S.Paulo** de 04 de abril de 2007.

O artigo do jornalista José Nêumanne critica a forma como o Presidente Lula governa o País. Para o articulista o Presidente age como se estivesse administrando um sindicato, “muita gente se queixa da falta de prática do principal executivo do governo federal em qualquer cargo público ou privado que o houvesse preparado para gerir os negócios deste País (...) cuja

economia ocupa um lugar de destaque entre países emergentes”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ó mal que o cachimbo sindical de Lula faz

José Nêumanne

O maior problema do Brasil no momento é que, embora o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva tenha abandonado a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC há mais de um quarto de século, esse cargo nunca o deixou. Apesar de ter trocado a vida sindical pela militância política, tornando-se símbolo e principal patrimônio do Partido dos Trabalhadores (PT), o presidente cheifa o governo da República como se nunca tivesse saído da mesa de negociações em que brilhou nos anos 70 defendendo os interesses dos metalúrgicos daquele bolsão industrial da Grande São Paulo. E desafiadno a ditadura militar, que ajudou a derrubar muito mais por sua ação naquela ocasião do que depois nos palanques da campanha das Diretas Já.

Muita gente se queixa da falta de prática do principal executivo do governo federal em qualquer cargo público ou privado que o houvesse preparado para gerir os negócios desse país de dimensões continentais e cuja economia ocupa um

Mas é bom que eles se preparam para as fortes evidências que têm surgido com o apagão aeroportuário de que, de um lado, a experiência que Lula não teve na gestão pública está faltando, sim. E, o que é pior, pode ser que, de outro, o excesso de vivência na negociação sindical tenha deformado sua capacidade de decisão a ponto de torná-lo um gestor desastrado para crises graves. Pois tudo indica que o vício do cachimbo sindical entortou-e, infelizmente, parece que não vai ser nada fácil desentortar-a a boca do presidente, impedindo-o de lidar bem com os problemas da gestão pública e, o que é ainda mais grave, das instituições românicas, mas em terra. Não decorreu do choque com o Legacy que pôs a pique o jato de passageiros da Gol há meio ano, mas essa tragédia, em parte acidental, em parte resultante de incônia, em parte consequência da fragilidade da infra-estrutura do controle de vôo, trouxe à tona problemas que poderiam não ser de domínio público, mas deveriam fazer parte do acervo de informações de qualquer chefe de governo aplicado. Talvez seja injusto atribuir a desinformação do presidente sobre o caso, como muitos adversários dele o fazem, a um descaso eventual como o segmento da sociedade que pode pagar por passagens aéreas e que, em sua maioria, não vota nele nem tem círculo eleitoral suficiente para derrotá-lo nas urnas. Mas o fato é que, seja qual for a razão, o desconhecimento de um problema das dimensões trazidas a público depois do acidente é imperdoável para o mais poderoso membro de nosso Poder Executivo.

Os seis meses entre a tragédia da Amazônia e a morte do passageiro em Curitiba se passaram sem que o presidente da República tivesse tomado nenhuma providência prática, limitando-se a produzir espasmos de autoritarismo verbal que em nada resultaram. Ao

longo de meio ano, a Nação foi forçada a conviver com a patética incapacidade do ministro da Defesa, Waldir Pires, sem que seu chefe tomasse a única providência cabível, sua demissão, e com o desafio impune a qualquer noção elementar de hierarquia. O ápice dessa cena de horror foi, num dia, Lula exigir que seus subordinados marcasse data e hora para pôr fim ao caos e, no seguinte, o presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, garantir que não há data nem hora aprazadas para o restabelecimento da rotina no setor.

Com a gestão anterior da Infraero sob suspeita, numa amostra do erro de optar pelos *shopping centers* nas estações, em detrimento das pistas, dos equipamentos e do pessoal para controlar os vôos, o governo se perdeu em explicações estapafúrdias para se eximir da culpa óbvia. A camuflagem começou com as desculpas do *overbooking* e do fretamento. E ficou absurda com a convicção da ministra do Turismo, Marta Suplicy, de que a compra da Varig pela Gol ajudaria a resolver a crise. Como se as empresas tivessem algo que ver com equipamentos obsoletos que não funcionam e pessoal amotinado que se recusa a trabalhar nas condições vigentes.

Sem conhecer a diferença dos significados das palavras *breve e motivo e confundindo gociação salarial*, o chefe do governo, voando para fora do País, como de hábito em crises, desautorizou o comando da Aeronáutica. Ao ceder à chantagem dos sargentos, Lula deu razão a seus críticos, pois lhe faltou a mínima familiaridade com o funcionamento das instituições e errou feio. Ao acenar com a desmilitarização do controle de vôo como saída, com os especialistas advertindo que, na melhor das hipóteses, isso é impossível (na pior, contribuirá para aumentar ainda mais a confusão), o presiden-

te exibiu uma vez mais sua tendência a recorrer a fantasias ideológicas para fugir da realidade comezinhas. E, ao recuar do desatino, mostrou que, felizmente, não perdeu o senso pragmático, que sempre foi seu forte. Oxalá essa sensatez prevaleça, afinal!

A notória capacidade de comunicação com o brasileiro comum, particularmente o mais pobre, deu a Lula dois mandatos presidenciais. Cabe-lhe honrar a confiança que este cidadão desamparado lhe dá, administrando os negócios da República com mais atenção e cuidado. Pois não há mágica no circo do marketing para desatar nós de má gestão crônica. •

José Nêumanne, jornalista e escritor, é editorialista do *Jornal da Tarde*

Não há mágica no circo do marketing que desata os nós de uma má gestão

lugar de destaque entre os países emergentes deste planeta globalizado. Essas críticas são consideradas manifestações de preconceito classista de uma *elite* emperrada e ressentida que não consegue conviver com o fato histórico inexorável de que o povo brasileiro, cumprindo seu papel histórico, assumiu o destino nas próprias mãos e renegou a intermediação, que antes era feita pelos bacharéis na democracia burguesa clássica. Pode ser que os teóricos desses grupos que subiram ao poder com o ex-dirigente sindical tenham um pouco de razão quando apelam para esse argumento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Reforma que é bom, nada”, publicada pela revista **Veja** de 28 de março do corrente.

A matéria destaca que enquanto o Governo, o Congresso e as entidades empresariais, discutem quem é que tem o direito de fiscalizar as relações de trabalho, a reforma trabalhista que o País precisa fazer para crescer, mais uma vez, não é prioridade.

REFORMA QUE É BOM, NADA

Governo, Congresso e entidades empresariais discutem quem fiscaliza o trabalho, mas não avançam em medidas de que o país precisa nessa área

GUSTAVO PAUL E ROBERTA PADUAN

Nas últimas semanas, uma polêmica que envolveu o governo, de um lado, e um leque de entidades empresariais e parte do Congresso, de outro, trouxe novamente à luz ve- lhas distorções do mercado de trabalho no Brasil. A questão dizia respeito à manutenção do poder de fiscais da Receita Federal de autuar empresas suspeitas de disfarçar vínculos empregatícios — e, portanto, evitar o pagamento de encargos trabalhistas — ao contratar, como fornecedores fixos, microempresas em que um só profissional presta o serviço. O argumento da Receita é que os contratos com microempresas muitas vezes são usados em lugar da carteira assinada, que custa mais ao empregador. Estima-se que 66% das 5 milhões de empresas existentes no país sejam formadas por apenas uma pessoa. O argumento do lado empresarial é que esse julgamento não deveria caber aos fiscais, e sim à Justiça do Trabalho. No dia 16 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu o embate vetando uma emenda, incluída no projeto da Super-Receita — a fusão da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária —, que retiraria a atribuição dos fiscais. A Receita, portanto, levou a melhor.

O episódio envolvendo a chamada Emenda 3 é mais uma das manifestações provocadas por uma das mais obsoletas legislações trabalhistas do mundo. A contratação de pessoas jurídicas é o atalho que muitas empresas usam para controlar seus custos. A discussão não deve-

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

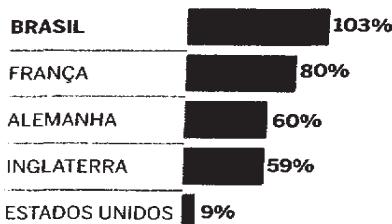
DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REFORMA QUE É BOM, NADA

O custo de empregar

Os encargos sobre os salários pagos pelas empresas brasileiras são superiores aos de países desenvolvidos. Compare:



Resultado

O alto custo das obrigações trabalhistas estimula a informalidade. Enquanto

32 milhões

de brasileiros possuem carteira assinada,

48 milhões

trabalham sem vínculo empregatício

Fonte: José Pastore, especialista em relações do trabalho

ria, portanto, restringir-se a ela. O que deveria estar em pauta é uma reforma para valer, que tire das relações trabalhistas o estigma de trava do crescimento do país. A legislação brasileira, a pretexto de proteger os trabalhadores, gera um custo ao empregador que está entre os mais elevados do mundo (*veja quadro na pág. 97*). As consequências dessa situação acabam sendo nefastas para os próprios empregados. De acordo com cálculos do economista José Pastore, especialista em relações do trabalho, quem emprega segundo manda a lei arca com um custo adicional equivalente a 103% da remuneração de cada funcionário. É como se existisse um segundo salário pago todos os meses -- só que, neste, quase nada vai para o bolso do trabalhador, já que o Fisco e uma série de instituições assistenciais ficam com a maior bolada.

A LISTA DE TRIBUTOS trabalhistas inclui desde a contribuição à Previdência até uma taxa, criada em 1955, destinada à promoção da reforma agrária. A tentativa de proteger o empregado na hora da demissão também é um dos tiros no pé da legislação brasileira. Além dos 8% sobre o salário dos funcionários depositados mensalmente pela empresa no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o empregador paga, em caso de dispensa, 50% de multa sobre o total recolhido para o empregado. Essas obrigações todas são um incen-

tivo fortíssimo à informalidade", afirma Pastore.

Eis um dos efeitos mais perniciosos provocados pela ultrapassada legislação do Brasil. Estima-se que 60% da população economicamente ativa trabalhe na informalidade. São 48 milhões de brasileiros, ante apenas 32 milhões que possuem carteira assinada. "A experiência internacional demonstra que, quanto mais flexível a lei, no sentido de acomodar demanda e oferta de trabalho, e quanto menores encargos sobre os contratos, maior é a eficiência da legislação", afirma Jaime García-Legaz, economista que participou da reforma trabalhista espanhola, iniciada em meados dos anos 90 e ainda em curso no país. "Trabalhadores e empregadores tentam de negociar cada vez mais, pois a economia vem se modificando rapidamente, com reflexos diretos nas relações trabalhistas."

A Espanha é um dos exemplos bem-sucedidos de mudanças nesse campo. Em 1994, o país registrava uma taxa de desemprego de 24%. A modernização das regras introduziu novos tipos de contratação com custos de demissão mais baixos. O trabalho temporário, por exemplo, passou a ser legal. Também foram criados contratos com formas reduzidas de contribuição social, que asseguram garantias parciais aos trabalhadores. O resultado dessa flexibilização, passados 12 anos, foi a queda da informalidade no trabalho,

Trabalhadora da Zara na Espanha: o país é um exemplo a ser seguido

de 12% para 6%, e do índice de desemprego, de 24% para 8.6%.

No Brasil, as leis trabalhistas não avançaram um milímetro para acompanhar as mudanças econômicas. Ao contrário, o país tem criado leis que prejudicam

ainda mais o mercado de trabalho. Em 2001, por exemplo, foram estabelecidas duas regras nas contribuições para o FGTS. Uma delas foi o aumento da multa demissional paga pela empresa, de 40% para 50% do total recolhido para o funcionário. Os 10% a mais não vão para o trabalhador, mas para tapar um buraco do Fundo, originado pelos planos econômicos Verão e Collor. A alíquota de recolhimento mensal também foi elevada, de 8% para 8.5%, para o mesmo fim. Ocorre que o aumento de arrecadação deveria ser provisório e terminar em 2006. No final do ano passado, a alíquota mensal do FGTS voltou aos 8%, mas não há previsão de que a multa demissional retorne aos 40%.

A exemplo do que fez a Espanha, o Brasil teria muito a ganhar caso promovesse a redução dos encargos sobre o trabalho. De acordo com projeções do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), para cada ponto percentual de redução do custo de impostos sobre a folha de pagamento, poderiam ser gerados 900 000 empregos formais direta e indiretamente. Nada disso, porém, está em questão -- as atenções ao momento dirigem-se para um novo remendo legal que o governo pode encaminhar para compensar o efeito do voto à Emenda 3. A reforma trabalhista que o país realmente precisaria fazer, mais uma vez, não é prioridade.

**O corte de
um ponto
percentual
nos tributos
sobre salários
permitiria
gerar 900 000
empregos**

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O custo incerto da ambigüidade”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 7 de março de 2007.

O artigo, do jornalista Fernando Rodrigues, destaca que o Presidente Lula passará à história como um político ambíguo que “executa em público quase o oposto dos acertos professados nas conversas de gabinete”. O jornalista cita como exemplos o apoio dado a favor da reeleição de José Sarney e de João Paulo Cunha para as presidências do Senado e da Câmara sendo que na prática nada fez permitindo assim a “era Severino Cavalcanti” e o mesmo tratamento dado ao

deputado Aldo Rebelo que acreditou ser apoiado por Lula à reeleição à presidência da Câmara e conclui; “as mágoas acumuladas podem ter um custo político futuro”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FERNANDO RODRIGUES

O custo incerto da ambigüidade

BRASÍLIA - A ambigüidade tem sido uma das características políticas mais marcantes de Lula. O presidente fala em privado de forma oblíqua. Os políticos saem do Planalto “se achando”, como se ouve nos diálogos das telenovelas. Em seguida, muitos se decepcionam. O petista executa em público quase o oposto dos acertos professados nas conversas de gabinete.

Como Lula foi reeleito presidente no ano passado, é argumentável que sua estratégia esteja correta. Engana os políticos. Segue em frente. Finge que vai fazer a reforma ministerial. Depois não faz —ontem, anunciou novo adiamento.

Mas essa forma de operar a política nem sempre funcionou tão bem. No final de 2004, Lula sinalizou ser a favor da reeleição de José Sarney e de João Paulo Cunha para as presidências do Senado e da Câmara. Na prática, nada fez.

Severino Cavalcanti ocupou o vácuo. O clima pesou. O mensalão explodiu. A crise tomou conta do governo. Lula se salvou. OK. Só que o

problema poderia ter sido evitado.

No ano passado, Lula estendeu a Aldo Rebelo o mesmo tratamento dispensado a Sarney e a João Paulo. O comunista acreditou que o Planalto o apoiava para presidir a Câmara. Foi uma verdade momentânea. Deu-se mal. Lula abandonou-o no caminho, sem avisar.

Agora, o imolado foi Nelson Jobim. O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal queria presidir o PMDB. Acreditou nos gestos de Lula. Foi fritado em público —junto com José Sarney e Renan Calheiros, que o apoiavam.

Por enquanto, tudo bem. Lula está com sua popularidade nas alturas. As coisas andam. Mas as mágoas acumuladas podem ter um custo político futuro.

Lula sabe dos riscos. Se os assume, deve estar seguro. No caso do mensalão, tudo começou da mesma forma: excesso de autoconfiança.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “País não cresce mais de 3,8% diz IIF”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 19 de março de 2007.

A matéria destaca que um relatório divulgado ontem pelo *Institute of International Finance (IIF)* faz uma leitura negativa da dinâmica da economia brasileira. De acordo com o estudo, o desempenho da economia brasileira no ano passado foi “desapontador” e é conseqüência de problemas estruturais, tais como deficiências nos marcos regulatórios, um mercado de

trabalho rígido, ineficiência judiciária e infra-estrutura inadequada.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

País não cresce mais de 3,8%, diz IIF

Instituto Internacional de Finanças, que reúne bancos do mundo, sugere reformas para o Brasil crescer mais

Thiago Veloso
ENVIADO ESPECIAL
GUATEMALA

Um relatório divulgado ontem pelo Instituto de International Finance(IIF) faz uma leitura negativa da dinâmica da economia brasileira, apesar de reconhecer alguns avanços conseguidos nos últimos anos. Além disso, projeta um crescimento do Produto Interno Bruto de 3,8% neste ano, seguido de uma desaceleração do ritmo em 2008, para 3,5%.

De acordo com o estudo, o desempenho da economia brasileira no ano passado foi “desapontador” e é conseqüência de problemas estruturais, tais como deficiências nos marcos regulatórios, um mercado de trabalho rígido, ineficiência judiciária e infra-estrutura inadequada.

A falta de reformas econômicas básicas, como a tributária e da Previdência Social, também é apontada como uma das barreiras para o crescimento brasileiro se tornar mais robusto do que tem sido nos últimos anos.

“Será muito mais difícil e im-

pliar o investimento (privado) interno”, analisa.

O relatório do IIF também aponta que o PAC não ataca pontos fundamentais, como a redução da carga tributária, e deixa de lado a realização das reformas. “O plano reduz o superávit primário do setor público para aumentar o investimento, não reduz a carga tributária, uma restrição chave para aumentar o investimento privado, e falha ao não apontar caminhos para aumentar a flexibilidade orçamentária”, escrevem os autores do estudo.

RESERVAS NA REGIÃO

O instituto, que reúne cerca de 350 bancos de 60 países, também analisou outras economias da América Latina e chegou à conclusão de que o crescimento da região continuará forte, apesar de apresentar para uma desaceleração que levará a uma alta de 4,5% neste ano, em comparação com a expansão de 4,9% no ano passado.

Para os autores do estudo, é particularmente positiva a formação de reservas internacionais na região, que devem atingir US\$ 300 bilhões neste ano, ante os US\$ 278 bilhões observados no ano passado, o que traz maior segurança para as economias dos países latino-americanos.

Esse fato, entretanto, não afasta a possibilidade de que ocorram sérios problemas na região, no caso de uma mudança negativa – ensaiada recentemente com a queda das bolsas de valores no mundo, sobretudo em Xangai – no cenário global atual, bastante favorável aos países emergentes.

Entre os riscos citados no estudo do IIF estão uma realavaliação maior dos preços dos ativos financeiros e o aprofundamento dos desequilíbrios da economia americana, que ainda mantém vivo o temor de uma desaceleração brusca.

“Não acredito que vá ocorrer, porém acho que há uma chance em torno de 20% de os Estados Unidos entrarem em recessão. Os investidores, no entanto, não precisam de um grande choque, mas apenas de um médio para se moverem mais em direção aos Treasuries e saírem dos títulos de países como o Brasil”, conclui Dallara. ■

Para a entidade, PAC somente terá efeitos no curto prazo na economia

provável atingir um crescimento maior, de 5% ao ano, sem realizar as reformas básicas, como a fiscal, da Previdência e do trabalho”, afirma o diretor-gerente do instituto, Charles Dallara.

Ele também não prevê um efeito duradouro dos projetos contidos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na economia. “No curto prazo (impacto do PAC) pode ser significativo, mas no longo prazo deve ser mínimo. Hoje em dia, as economias não ganham altitude no longo prazo por causa do investimento estatal. Elas ganham isso por conta da produtividade, do investimento e da estabilidade financeira”, observa o economista.

Para Dallara, o Estado brasileiro tem se mostrado excessivamente envolto na economia e o conjunto de medidas anunciamos recentemente pelo governo reforça essa visão. “O Estado deveria ser mais catalítico e menos central para o investimento. O investimento estatal pode ser catalisador, mas precisa ser mais bem desenhado para receber o investidor externo e am-

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, neste mundo de passos tão velozes muitos são os acontecimentos que ou nos passam despercebidos, pelo prodigioso volume das informações que exigem nossa atenção, ou não lhes damos a merecida observação.

Um destes é o do expressivo percentual de pessoas, entre todas as classes sociais, que vêem debilitadas as suas funções de voz. Não raro a perdem pela desinformação.

Segundo levantamento feito por organismos de fonoaudiólogos, realizado com os professores da rede pública do Município de São Paulo, 60% deles sofrem alterações de voz, geralmente relacionadas ao trabalho. Por rouquidão, perda da voz, pigarro e cansaço para falar, são constantemente afastados do trabalho, o que gera numerosas consequências morais, profissionais e sociais advindas do problema da voz. Calcula-se que tais afastamentos, em São Paulo, provocam um impacto financeiro que ultrapassa 100 milhões de reais por ano. A tal prejuízo, acrescente-se o da queda na qualidade do ensino. Quando a deficiência é do aluno, comprometida está a sua atuação como estudante.

O Brasil, Sr. Presidente, ocupa o lamentável segundo lugar na incidência de câncer de laringe, motivado principalmente pelo uso do cigarro e de bebidas alcoólicas. E sabe-se que uma das primeiras seqüelas desse terrível mal é atingir o mecanismo da voz, suscitando transtornos que podem emudecê-lo.

Tal tema vem à tona, Sr. Presidente, porque hoje, 16 de abril de 2007, comemora-se o Dia Mundial da Voz, ensejando aos fonoaudiólogos – desde o primeiro movimento nacional de 1999 – a feliz iniciativa de movimentar campanha sob o título “Seja amigo da sua voz”. Procuram sensibilizar a população para os necessários cuidados com a voz, especialmente os setores comprometidos com a formação educacional e artística – professores, atores, locutores, advogados, cantores e todos quantos têm a voz na composição da sua estrutura profissional.

Como registra um documento dos fonoaudiólogos:

A campanha visa propiciar o entendimento da voz como veículo de relacionamento, de afeto e constitutiva das funções orgânicas, físicas e mentais do sujeito; promover ações que favoreçam a conscientização da sociedade quanto à importância da saúde vocal e a pre-

venção de alterações na voz; promover ações para divulgar a importância da educação da voz desde a infância, incluindo a formação cultural, educacional e social do indivíduo.

É bastante meritória, Sr. Presidente, essa iniciativa da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, com apoio do Conselho Regional de Fonoaudiologia, da 2^a Região de São Paulo, e do Conselho Federal de Fonoaudiologia. De tais atuações resultam incontáveis benefícios de interesse público.

Cumprimento os fonoaudiólogos pelo Dia Mundial da Voz, um estímulo àqueles que pelo estudo, experiência e dedicação procuram adequá-la a determinadas situações, orientando o ser humano, que tem o privilégio da comunicação verbal, a preservar tão precioso bem da sua saúde vocal. Prestam os fonoaudiólogos um serviço relevante aos cidadãos, da nossa e de outras nações, que perseveram na busca de uma melhor qualidade de vida. Merecem esses profissionais o nosso respeito e admiração.

Eu os saúdo nesta data comemorativa, que reflete a relevância da missão que lhes cabe cumprir.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^as e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

2**MEDIDA PROVISÓRIA N° 338, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinqüenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

3**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 2, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que *dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

4**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 3, DE 2007**

(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que *altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes*

e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

5**MEDIDA PROVISÓRIA N° 354, DE 2007**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 124, DE 2006**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 10, DE 2007**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Co-*

ordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

- de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

- de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14.4.2007)

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator ad hoc: Senador Delcídio Amaral, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea d do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

12

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 337, DE 1999

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.*

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família*.

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário,

em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.

21

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada esta sessão de segunda-feira, 16 de abril de 2007, coordenada pela inteligência e beleza da Secretaria da Mesa, Drª Cláudia Lyra.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 21 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.**

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaleó Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
 SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
José Nery	

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaleó Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	<u>6^a Eleição Geral:</u> 06.03.2007

Presidente:
Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Slhessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Álvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral: 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003
3^o Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
 Presidente: Arnaldo Niskier
 Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> LÚCIA VÂNIA PSDB-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 6.3.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 98 PÁGINAS